

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

MÉRCIA CRISTINA DOS SANTOS

**NORMA LEXICAL NO PORTUGUÊS FALADO EM SÃO PAULO: REFLEXÕES
ACERCA DO RURAL E DO URBANO**

Campo Grande – MS
Setembro – 2019

MÉRCIA CRISTINA DOS SANTOS

**NORMA LEXICAL NO PORTUGUÊS FALADO EM SÃO PAULO: REFLEXÕES
ACERCA DO RURAL E DO URBANO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquendo.

Área de Concentração: Linguística e Semiótica

Campo Grande – MS
Setembro – 2019

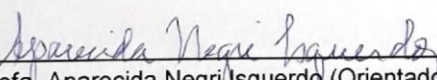
MÉRCIA CRISTINA DOS SANTOS
NORMA LEXICAL NO PORTUGUÊS FALADO EM SÃO PAULO:
REFLEXÕES ACERCA DO RURAL E DO URBANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Faculdade de Artes, Letras, e Comunicação, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para a obtenção do grau de Mestre em Estudos de Linguagens.

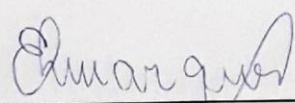
Área de Concentração: Linguística e Semiótica
Linha de Pesquisa: Descrição e análise linguística
Orientador: Prof. Dr. Aparecida Negri Isquerdo

Campo Grande, MS, 20 de setembro de 2019.

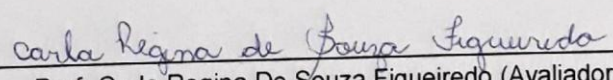
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.ª Aparecida Negri Isquerdo (Orientadora — Presidente)
Doutora pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP,
Araraquara/SP,
Brasil Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)



Prof. Elizabete Aparecida Marques (Avaliador — Membro Titular)
Doutora pela Universidad de Alcalá de Henares, UAH, Espanha,
Brasil Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)



Prof. Carla Regina De Souza Figueiredo (Avaliador — Membro Titular)
Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre/RS,
Brasil Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)”.

*Sou, sou livre feito um regato
Eu sou um bicho do mato
Me orgulho de ser caipira*

(Compositor: Joel Marques;
Intérpretes: Chitãozinho & Xororó)

*Aos meus pais e irmão
Edson, Márcia e Pedrinho, amo vocês!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre me amparar, ser meu refúgio e fortaleza nos momentos mais difíceis e também por ter abençoado cada passo que dei para a concretização deste sonho; ao meu anjo da guarda, que sempre me protegeu e me guardou de todo mal e ao universo por ter proporcionado esse aprendizado na minha história.

À toda minha família, em especial aos meus pais Márcia, Edson e ao meu irmão Pedrinho, que mesmo distantes se fizeram presentes o tempo todo por ligações ou mensagens, sempre me dando apoio, força e acreditando em mim. Vocês são figuras essenciais em minha vida, que me ensinaram princípios e valores dos quais me orgulho muito e que contribuíram para que eu me tornasse a pessoa que sou.

Ao meu namorado João, que sempre esteve comigo desde o início desta trajetória e me ensinou muito sobre o amor, o respeito, a paciência e o companheirismo, gratidão por você ser quem é.

À minha orientadora, professora Dra Aparecida Negri Isquerdo, por todos esses anos que me acompanha desde a Iniciação Científica e pelos ensinamentos que tanto contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal, como também, para a realização deste trabalho.

Às minhas amigas, Janaína e Camila, por todo carinho e amizade. Obrigada por estarem sempre ao meu lado. Com vocês vivi momentos únicos em todas as etapas deste período, desde o cumprimento das disciplinas, viagens para eventos científicos até durante a redação e finalização deste trabalho. Vocês são um presente que o mestrado me deu.

A todos os professores com os quais tive o privilégio de aprender muito, em especial, aos membros da banca examinadora do Exame de Qualificação: professora Dra Carla Regina de Souza Figueiredo, professora Dra Elizabete Aparecida Marques e professora Dra Daniela de Souza Silva Costa, agradeço por todas as sugestões que foram de suma importância para a finalização deste trabalho e pela amizade. Agradeço também à professora Dra Silvana Soares Costa Ribeiro pelo curto período que passou conosco na UFMS e à professora Dra Sueli Maria Ramos da Silva por ter supervisionado o meu estágio de docência com tanto carinho e comprometimento.

Ao Comitê Nacional do Projeto ALiB, coordenado pela professora Dra Jacyra Andrade Mota, e por extensão, também à professora Suzana Alice Cardoso (*in memoriam*)

por terem autorizado o uso do Banco de Dados do Projeto ALiB para a coleta do *corpus* analisado nesta pesquisa.

Agradeço aos meus amigos que sempre estiveram comigo desde a minha vinda para Campo Grande – MS, especialmente, a Bianca, pela amizade que floresceu logo no início da graduação e se perdura até hoje; ao Fernando, Raynara, Bárbara, Juliana, Cássia, entre outros mais, vocês são muito especiais. Também sou grata às amizades que o grupo de pesquisa do Projeto ALiB, regional Mato Grosso do Sul, me concedeu; vocês estiveram comigo sempre quando precisei.

À minha terapeuta Naty, por ter me ajudado a enfrentar os medos e as inseguranças. Obrigada por ter me acompanhado nesta trajetória com o seu excelente trabalho fundamentado no amor pelo que faz.

A todos os funcionários e membros do Mestrado em Estudos de Linguagens pelo excelente trabalho, meus sinceros agradecimentos.

SANTOS, Mércia Cristina dos. **Norma lexical no português falado em São Paulo**: reflexões acerca do rural e do urbano. 2019. 172 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

RESUMO

O nível lexical de uma língua evidencia aspectos culturais, sociais e históricos relacionados a uma comunidade linguística ao longo da sua história. Assim, o acervo vocabular de um grupo para nomear o mundo reflete formas particulares que singularizam o modo como os falantes apreendem a realidade, revelando, deste modo, a norma lexical desse grupo. Por meio do léxico os indivíduos também constroem o conhecimento, compartilham experiências, circunscrevem sua identidade e transmitem às gerações futuras suas heranças culturais como valores, crenças, costumes, tradições e ideologias. Este trabalho tem como objetivo mais amplo analisar a norma lexical dos paulistas, buscando examinar vestígios de ruralidade no acervo vocabular de falantes citadinos para nomear referentes comuns do universo rural, examinando relações entre léxico, cultura e sociedade. Para tanto, analisou um *corpus* formado de variantes lexicais documentadas como respostas para sete questões do Questionário Semântico-Lexical do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), coletadas por meio de consulta aos inquéritos que compõem o Banco de Dados do Projeto ALiB, vinculadas à área semântica *atividades agropastoris*, respostas fornecidas para as perguntas: 42 – “cada parte que se corta do cacho da bananeira para pôr para madurar/ amadurecer”; 44 – “a ponta roxa do cacho da banana”; 54 – “armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca?”; 56 – “a peça de madeira que vai no pescoço do boi, para puxar o carro ou o arado”; 61 – “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho”; 62 – “o que é que se abre com o facão, a foice, para passar por um mato fechado” e 63 – “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou homem passarem por ali” (COMITÊ NACIONAL..., 2001). Os dados foram fornecidos por habitantes de 37 localidades situadas no interior do estado de São Paulo. Em cada ponto de inquérito, foram entrevistados quatro informantes selecionados de acordo com o perfil estabelecido pelo Projeto ALiB: pessoas nascidas e criadas na mesma comunidade linguística, com no máximo o Ensino Fundamental incompleto, de duas faixas etárias (18 a 30 anos e 50 a 65 anos), homens e mulheres, somando um total de 148 inquéritos. O estudo fundamenta-se nos pressupostos teóricos da Dialetoлогия e Geolinguística pluridimensionais e da Lexicologia. A análise dos dados considera a perspectiva diatópica – exame da distribuição espacial das variantes lexicais segundo as mesorregiões administrativas do estado de São Paulo e localidades da rede de pontos do Projeto ALiB – somadas à observação das variáveis sociais diasssexual e diageracional; e léxico-semântica – análise semântica dos itens lexicais em exame, pautando-se, dentre outras fontes, nos dicionários de Houaiss (2001) e Aulete (2014). Por fim, o resultado da pesquisa apontou que os dados coletados por meio das perguntas selecionadas motivaram o registro de um rico vocabulário que deixa transparecer questões de ruralidade e urbanização. Em síntese, o estudo demonstrou a presença de traços de um *continuum* rural no léxico de falantes paulistas, como também, apontou formas lexicais com tendências ao desuso, alto índice de não resposta e o uso de denominações genéricas para nomear os referentes contemplados pelas questões.

Palavras-chave: Léxico; norma lexical; rural; São Paulo.

SANTOS, Mércia Cristina dos. **Lexical norm in portuguese spoken in em São Paulo: reflection on rural and urban.** 2019. 172 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

ABSTRACT

The lexical level of a language highlights aspects cultural, social and historical related to a language community throughout its history. Therefore, the vocabulary collection of a group used to name the world and reflect particular forms that singularize the way that speakers apprehend reality, revealing the lexical norm of this group. Through the lexicon, individuals also build knowledge, share experiences, circumscribe their identity and impart to future generations their cultural heritage as values, beliefs, customs, traditions, and ideologies. This work aims in the analyses of the lexical norm of São Paulo speakers and seeking to examine traces of rurality in the vocabulary collection of city informants by naming common referents of the rural universe, examining the relations between lexicon, culture, and society. Therefore, analyzed a *corpus* composed by lexical variants as answers to seven questions of the Lexical-Semantic Questionnaire of Linguistic Atlas of Brazil Project (ALiB), collected through inquiries from the ALiB Project Database, linked to the semantic area of *agro-pastoral activities*, answers provided to questions: 42 - “each part that is cut from the banana bunch to put to ripen”, 44 - “the purple tip of the banana bunch”, 54 - “wooden frame, which is placed around the neck of animals (pig, calf, lamb, cow) not to cross the fence?” 56 - “the piece of wood that goes around the neck of the ox to pull the cart or the plow”, 61 - “the man who is hired to work in another's field, who earns per day of work”, 62 - “what opens with the large knife, the sickle, to pass through a closed bush” and 63 - “the way in the pasture where grass no longer grows, whether the animal or man pass by” (COMITÊ NACIONAL..., 2001). The data were provided by inhabitants of 37 locations placed in the interior of the state of São Paulo. At each inquiry point, were interviewed four informants selected according to the profile established by the ALiB Project: people born and raised in the same language community, with at most incomplete elementary education, from two age groups (18 to 30 years old and 50 to 65 years old), men and women, totaling 148 surveys. The study is based on the theoretical assumptions of Dialectology and multidimensional Geolinguistics and Lexicology. Data analysis considers the diatopic perspective – examination of spatial distribution of documented lexical variants according to the administrative mesoregions of the state of São Paulo and locations of the ALiB Project point network – added to the observation of the social variables diasexual and diagenational; and lexical-semantic – semantic analysis of the lexical items under examination, based, among other sources, on the Houaiss (2001) and Aulete (2014) dictionaries. Finally, the result of the research indicated that the data collected through the selected questions motivated the recording of a substantial vocabulary that shows rurality and urbanization questions. In summary, the study demonstrated the presence of traits of a rural continuum in the lexicon of São Paulo speakers, also pointed lexical forms with disuse tendencies, high rate of non-response and the use of generic denominations to name the referents contemplated by the questions.

Keywords: Lexicon; lexical norm; rural; São Paulo.

LISTA DE CARTAS

Carta 1 - Denominações para "penca" mais produtivas no interior do estado de São Paulo	91
Carta 2 - Denominações para “inflorescência do cacho da banana” mais produtivas no interior do estado de São Paulo.....	99
Carta 3 - Denominações para “forquilha” mais produtivas no interior do estado de São Paulo	108
Carta 4 - Denominações para "canga" mais produtivas no interior do estado de São Paulo .	118
Carta 5 - Denominações para “diarista” mais produtivas no interior do estado de São Paulo	129
Carta 6 - Denominações para “diarista” menos produtivas no interior do estado de São Paulo	130
Carta 7 - Denominações para “picada” mais produtivas no interior do estado de São Paulo	142
Carta 8 - Denominações para “picada” menos produtivas no interior do estado de São Paulo	143
Carta 9 - Denominações mais produtivas para “trilho” no interior do estado de São Paulo..	149
Carta 10 - Denominações menos produtivas para “trilho” no interior do estado de São Paulo	150

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Continuum</i> de urbanização (BORTONI-RICARDO, 2005)	58
Figura 2 – Caminhos da expansão paulista segundo Myriam Ellis (1989).....	65
Figura 3 – Mesorregiões geográficas do estado de São Paulo/IBGE	80
Figura 4 – Base cartográfica do Projeto ALiB com a delimitação dos pontos do estado de São Paulo utilizada para a elaboração de cartas linguísticas	85
Figura 5 – Relações de sentido entre as unidades lexicais documentadas como respostas para a questão 56/QSL/ALiB.....	120
Figura 6 – Acessórios utilizados no veículo movido a tração animal “carro de boi”.....	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Denominações para “penca” no interior do estado de São Paulo	89
Gráfico 2 – Denominações para “inflorescência do cacho da banana” no interior do estado de São Paulo.....	95
Gráfico 3 – Denominações para “inflorescência do cacho da banana” segundo a faixa etária no interior do estado de São Paulo.....	96
Gráfico 4 – Denominações para “inflorescência do cacho da banana” segundo o sexo no interior do estado de São Paulo	97
Gráfico 5 – Denominações para “forquilha” no interior do estado de São Paulo	104
Gráfico 6 – Denominações para “forquilha” segundo a faixa etária no interior do estado de São Paulo.....	105
Gráfico 7 – Denominações para “forquilha” segundo o sexo no interior do estado de São Paulo.....	106
Gráfico 8 – Denominações para “canga” no interior do estado de São Paulo	113
Gráfico 9 – Denominações para “canga” segundo a faixa etária no interior do estado de São Paulo.....	115
Gráfico 10 – Denominações para “canga” segundo o sexo no interior do estado de São Paulo	116
Gráfico 11 – Denominações para “diarista” no interior do estado de São Paulo.	126
Gráfico 12 – Denominações para “picada” no interior do estado de São Paulo	139
Gráfico 13 – Denominações para “trilho” no interior do estado de São Paulo	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos informantes do interior do Projeto ALiB	78
Quadro 2 – Estrutura do Questionário Linguístico do Projeto ALiB.	78
Quadro 3 – Distribuição de pontos do ALiB/SP segundo as mesorregiões paulistas (IBGE).	80
Quadro 4 – Questões do Questionário Semântico-lexical/ALiB selecionadas	81
Quadro 5 – Agrupamentos das variantes documentadas para nomear a “inflorescência do cacho da banana”	94
Quadro 6 – Dicionarização das unidades lexicais que nomeiam a “inflorescência do cacho da banana” (válidas)	102
Quadro 7 – Agrupamentos das variantes documentadas para nomear “forquilha”	103
Quadro 8 – Dicionarização das unidades lexicais que nomeiam a “forquilha” (válidas).	111
Quadro 9 – Agrupamentos das variantes documentadas para nomear a “canga”	112
Quadro 10 – Dicionarização das unidades lexicais que nomeiam a “canga” (válidas).	124
Quadro 11 – Agrupamentos de variantes documentadas para nomear o “diarista”	125
Quadro 12 – Dicionarização das unidades lexicais que nomeiam o “diarista” (válidas).....	136
Quadro 13 – Agrupamentos das variantes documentadas para nomear “picada”.	138
Quadro 14 – Agrupamentos das variantes documentadas para nomear “trilho”.	145
Quadro 15 - Dicionarização das unidades lexicais que nomeiam "picada" e "trilho" (válidas)	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variantes documentadas e número de ocorrências.....	82
Tabela 2 – Produtividade das denominações para “penca” (42/QSL/ALiB) no interior do estado de São Paulo	88
Tabela 3 – Produtividade das denominações para “penca” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE no interior do estado de São Paulo	89
Tabela 4 – Produtividade das denominações para “inflorescência do cacho da banana” (44/QSL/ALiB) no interior do estado de São Paulo	93
Tabela 5 – Produtividade das denominações para “inflorescência do cacho da banana” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE no interior estado de São Paulo	97
Tabela 6 – Produtividade das denominações para “forquilha” (54/QSL/ALiB) no interior do estado de São Paulo	103
Tabela 7 – Produtividade das denominações para “forquilha” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE no interior do estado de São Paulo	106
Tabela 8 – Produtividade das denominações para “canga” (56/QSL/ALiB) no interior do estado de São Paulo	112
Tabela 9 – Produtividade das denominações para “canga” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE no interior do estado de São Paulo	116
Tabela 10 – Produtividade das denominações para “diarista” (61/QSL/ALiB) no interior do estado de São Paulo	125
Tabela 11 – Produtividade das denominações para “diarista” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE no interior do estado de São Paulo	127
Tabela 12 – Produtividade das denominações para “picada” (62/QSL/ALiB) no interior do estado de São Paulo	137
Tabela 13 – Produtividade das denominações para “picada” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE) no interior do estado de São Paulo.	140
Tabela 14 – Produtividade das denominações para “trilho” (63/QSL/ALiB) no interior do estado de São Paulo.	144
Tabela 15 – Produtividade das denominações para “trilho” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE no interior do estado de São Paulo.	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESP – Atlas Linguístico do Estado de São Paulo

ALF – Atlas Linguístico da França

ALiB – Atlas Linguístico do Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INQ. – Inquiridor

INF. – Informante

NR – Não resposta

QFF – Questionário Fonético-Fonológico

QMS – Questionário Morfossintático

QSL – Questionário Semântico-Lexical

SP – São Paulo

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	26
1.1 O fenômeno da variação linguística: reflexões preliminares	26
1.2 A questão da norma linguística	28
1.3 Contribuições da Dialetoлогия, da Geolinguística e da Sociolinguística para o estudo da norma lexical	31
1.4 Os atlas linguísticos como tesouro dos estudos dialetais e geolinguísticos	34
1.5 Os estudos dialetais e geolinguísticos no Brasil: contextualização	36
1.6 Área linguística investigada: o caso do estado de São Paulo	40
1.7 Léxico e realidade sociocultural: considerações	41
1.8 O rural e o urbano no contexto brasileiro: reflexões interdisciplinares.	45
1.9 Rastros de ruralidade no português falado no Brasil	52
1.9.1 O português falado em São Paulo: um recorte do léxico rural.....	58
CAPÍTULO 2 – PANORAMA HISTÓRICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	62
2.1 Situando a região investigada: processos de ocupação e de povoamento.....	62
2.2 Bandeiras e entradas: a exploração do interior paulista	64
2.3 Do rural ao urbano: atividades econômicas dominantes.....	67
2.4 As diversidades socioculturais no estado de São Paulo	73
CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	76
3.1 O Projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil	76
3.2 A constituição do <i>corpus</i> desta pesquisa.....	79
3.3 Organização e sistematização do <i>corpus</i> : critérios adotados e proposta de análise	82
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	87
4.1 “Cada parte que se corta do cacho da bananeira para pôr para madurar/ amadurecer” – 42/QSL/ALiB.	88
4.1.1 Abordagem quantitativa	88
4.1.2 Abordagem diatópica	89
4.1.3 Abordagem léxico-semântica	92
4.2 “A ponta roxa do cacho da banana” – 44/QSL/ALiB.....	93
4.2.1 Abordagem quantitativa	93
4.2.2 Abordagens diageracional e diassexual	96
4.2.3 Abordagem diatópica	97
4.2.4 Abordagem léxico-semântica	100

4.3 “Armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” – 54/QSL/ALiB.....	103
4.3.1 Abordagem quantitativa	103
4.3.2 Abordagens diageracional e diassexual	105
4.3.3 Abordagem diatópica	106
4.3.4 Abordagem léxico-semântica	109
4.4 “A peça de madeira que vai no pescoço do boi, para puxar o carro ou o arado” – 56/QSL/ALiB.	111
4.4.1 Abordagem quantitativa	111
4.4.2 Abordagens diageracional e diassexual	114
4.4.3 Abordagem diatópica	116
4.4.4 Abordagem léxico-semântica	119
4.5 “O homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” – 61/QSL/ALiB	124
4.5.1 Abordagem quantitativa	124
4.5.2 Abordagem diatópica	126
4.5.3 Abordagem léxico-semântica	131
4.6 “O que é que se abre com o facão, a foice, para passar por um mato fechado” – 62/QSL/ALiB e “O caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou homem passarem por ali” – 63/QSL/ALiB.....	137
4.6.1 Abordagem quantitativa – Questão 62/QSL/ALiB.....	137
4.6.2 Abordagem diatópica – Questão 62/QSL/ALiB.....	139
4.6.3 Abordagem quantitativa – Questão 63/QSL/ALiB.....	144
4.6.4 Abordagem diatópica – questão 63/QSL/ALiB.....	146
4.6.5 Considerações pontuais acerca dos dados quantitativos e diatópicos documentados por meio das perguntas 62/QSL/ALiB e 63/QSL/ALiB.....	151
4.6.6 Abordagem léxico-semântica – Questões 62/QSL/ALiB e 63/QSL/ALiB.....	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	163
ANEXO 1	172

INTRODUÇÃO

É por meio da linguagem, faculdade humana que permite o exercício da comunicação, que o homem se expressa, propaga ideias e apreende o mundo que o cerca. Para isso, recorre aos elementos disponíveis no sistema linguístico compartilhado para interagir com os membros da sociedade a que pertence. O léxico é o nível da língua que reúne o repertório vocabular utilizado pelos falantes para dar nome aos elementos do mundo real e subjetivo e, por intermédio dele, os indivíduos também perpetuam e reproduzem ideologias, tradições, crenças, valores e experiências.

O acervo lexical pode ser considerado como patrimônio cultural de um povo, por servir de instrumento para a construção do conhecimento e para transmitir heranças culturais às diferentes gerações no curso da história. Além disso, o léxico de uma dada comunidade linguística¹ tende a ser modificado e ampliado por seus usuários de acordo com suas necessidades, o que pode gerar o aparecimento de novas unidades lexicais ou a alteração das existentes por meio de ampliação ou redução de sentidos; além disso, podem ocorrer substituições de uma unidade léxica por outra, seja em razão de maior prestígio, seja por necessidades pragmáticas (alterações ocorridas no universo a ser nomeado).

O estudo do léxico de uma língua permite a delimitação de diferentes normas lexicais, ou seja, de marcas linguísticas que caracterizam e particularizam a forma como cada grupo se comunica e nomeia a realidade, como também possibilita o reconhecimento de fatores extralinguísticos como os aspectos históricos, sociais, culturais e geográficos que incidem sobre a língua e condicionam essas variedades no repertório lexical veiculado por diferentes comunidades de fala.

O português brasileiro falado em sua grande extensão territorial, por exemplo, é formado por diversos falares² que se desenvolveram a partir do contato entre línguas históricas: a língua portuguesa implantada pelo colonizador, as línguas indígenas dos povos

¹ Compreende-se aqui comunidade linguística como um conjunto de indivíduos que utilizam uma mesma língua. Segundo Biderman (1998a, p. 104), “o vocabulário não é criado (ou recriado) pelo indivíduo, mas que ele é adquirido através do processo social da educação. De fato, através do processo de educação social o homem adquire tanto a língua da sua comunidade como o seu vocabulário. Nessa aprendizagem, o falante-aprendiz recebe da sociedade um produto acabado – a língua – que vem a ser o produto da experiência acumulada historicamente na cultura da sua sociedade. Essa cristalização da experiência social tanto cultural como lingüística é o ponto de partida e o fundamento tanto do pensamento como da linguagem individual”.

² Este trabalho não se ateve como propósito discutir a complexa relação entre dialeto, falares e variedades linguísticas. Adotou-se como parâmetro o conceito de falares proposto por Zágari (1998, p. 33) que são “realizações linguísticas de agrupamentos humanos que podem ser associados a uma pronúncia característica, a um ritmo de fala, e a uma que outra definida escolha de um item lexical”.

nativos que aqui já viviam, as influências das línguas africanas trazidas pelos negros escravizados e a dos demais imigrantes que vieram para o Brasil nos diferentes momentos da sua história. Como ressalta Isquerdo (2006a, p. 10), a diversidade lexical brasileira também é

[...] decorrente da história social que individualiza as diferentes regiões do Brasil em termos de processos de ocupação e de povoamento, de formação étnica da população e de características socioambientais que singularizam os diferentes espaços geográficos.

Em razão disso, com a delimitação de normas lexicais que singularizam o acervo vocabular de habitantes de diferentes regiões geográficas do Brasil é possível documentar as múltiplas realidades sociolinguísticas do português falado em território nacional. Ao se tratar da variação lexical esboçada geograficamente é de suma importância buscar fundamentos teóricos e metodológicos da Dialetoлогия e da Geolinguística, ramos da Linguística que fornecem subsídios para o desenvolvimento da pesquisa de caráter dialetal, que objetiva registrar as peculiaridades da língua falada num espaço geográfico, incluindo o léxico, numa perspectiva diatópica e a observação de variáveis sociais como sexo, idade, escolaridade e religião que contribuem para o delinear de uma norma linguística. A descrição dialetal de uma região linguística possibilita, ainda, a representação dos dados lexicais em cartas linguísticas que visam a comparar a distribuição espacial das variantes catalogadas, bem como verificar a contingência de ocorrências ao longo de uma determinada zona territorial.

A escolha do objeto de estudo desta dissertação foi motivada pela pesquisa desenvolvida como bolsista de Iniciação Científica com o Plano de Trabalho *O léxico do homem urbano das regiões Norte e Sul do Brasil: em busca de traços do continuum rural*, sob a orientação da Professora. Dra. Aparecida Negri Isquerdo, que também discutiu as perspectivas do rural e do urbano a partir de um recorte de dados apurados nas regiões Norte e Sul do Brasil. Busca-se somar a pesquisas já realizadas acerca de dados lexicais relacionados à área semântica *atividades agropastoris* e, conseqüentemente, contribuir para a ampliação da análise dos dados lexicais armazenados no *corpus* do Projeto ALiB, no que tange ao exame de dados lexicais, além de fornecer informações que viabilizam a atualização e manutenção de definições em dicionários de língua portuguesa com a identificação de regionalismos no léxico utilizado por falantes do interior do estado de São Paulo.

Um contingente significativo de dados relativos às capitais já foram estudados e publicados nos primeiros volumes do ALiB – *Atlas Linguístico do Brasil* (CARDOSO *et al*, 2014a; 2014b) e uma das metas atuais do Projeto ALiB é a realização de estudos com dados

recolhidos nas localidades do interior das 27 unidades da Federação do Brasil, fator que também contribuiu para a proposição deste trabalho tendo como *corpus* de análise um recorte de dados inéditos documentados no interior do estado de São Paulo. Parte-se do pressuposto de que os falantes oriundos de localidades do interior mantêm em seus acervos vocabulares unidades lexicais que nomeiam referentes comuns no universo rural, mesmo que já não estejam tão presentes na vida cotidiana das cidades interioranas, em relação às capitais.

Este trabalho também dá continuidade às pesquisas já realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens que investigaram dados do Projeto ALiB. Dentre elas, mencionam-se aqui algumas que focalizaram a temática do rural e urbano como a discussão de Marins (2012), intitulada *O rural e o urbano: novos e velhos falares no Centro-Oeste do Brasil*, e a de Carvalho (2015) *Relações entre léxico e ambiente: um estudo da norma lexical da região Centro-Oeste do Brasil*, que examinaram a norma lexical do Centro-Oeste, dispondo de dados lexicais distintos e também focalizaram o estudo das relações entre léxico, cultura e sociedade.

A área geográfica delimitada para esta investigação compreende todo o território do estado de São Paulo. A divisão política atual desse espaço reúne grandes centros urbanos, pequenas cidades, regiões de caráter tradicional e histórico, além de abrigar zonas recentemente povoadas, abrangendo, assim, realidades distintas em termos econômicos, sociais, culturais.

Esta dissertação também tem como propósito somar aos estudos dialetais já produzidos a respeito da história social, cultural e linguística do estado de São Paulo, como a obra pioneira *Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral (1920), que representa um importante estudo dialetal das variedades que caracterizam o falar paulista. O ALESP – *Atlas Linguístico do Estado de São Paulo*, projeto coordenado pelo Prof. Dr. Pedro Caruso que pretendia a elaboração de um atlas regional e, por razões adversas, não pôde ser concluído, deixando uma lacuna que dificulta a comparabilidade das mudanças linguísticas ocorridas nessa extensão territorial.

Intenciona, igualmente, ampliar a descrição e documentação do léxico veiculado nessa área geográfica, como os micro atlas já produzidos: *Atlas Semântico-lexical da Região do Grande ABC* (CRISTIANINI, 2007); *Atlas Semântico-Lexical de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba - municípios do Litoral Norte de São Paulo* (ENCARNAÇÃO, 2010); *Atlas Semântico-Lexical da região norte do alto Tietê (ReNAT) - São Paulo* (SOARES, 2012); *Atlas Linguístico Topodinâmico do Oeste de São Paulo* (SANTOS

IKEUCHI, 2014); *Atlas Linguístico Pluridimensional do português paulista: níveis semântico-lexical e fonético-fonológico do vernáculo da região Médio Tietê* (FIGUEIREDO JUNIOR, 2019), entre outros. Em termos de norma lexical, a tese de Alencar (2018) *O léxico de brinquedos e brincadeiras infantis no estado de São Paulo* foi a primeira pesquisa que realizou um estudo de todas as perguntas de uma área semântica, no caso, *jogos e diversões infantis*, com dados recolhidos nas 37 localidades da rede de pontos do Projeto ALiB do interior de São Paulo.

A análise do vocabulário relacionado à área semântica *Atividades agropastoris* selecionada para este estudo, também recolhido nas localidades do interior do estado de São Paulo, favoreceu a recuperação de importantes aspectos da história social acerca da formação dessa unidade da federação que, por sua vez, se refletem no léxico dos falantes e contribui para a descrição da língua portuguesa na modalidade oral utilizada pelos paulistas. O estudo amplia, assim, os estudos dialetais acerca do português falado nessa faixa de território ainda tão pouco explorado.

Ao estudar a norma lexical no português falado em São Paulo pretendeu-se analisar denominações atribuídas por falantes urbanos a elementos e atividades relacionadas ao universo rural e traçar um panorama do cenário atual do vocabulário utilizado pelos diferentes grupos que habitam a área geográfica selecionada para o estudo. Busca-se, dessa forma, apurar a existência ou não de um *continuum* entre o rural e o urbano respaldando-se, para tanto, na bibliografia complementar de Bortoni-Ricardo (2002; 2005; 2011), que auxilia na verificação de normas lexicais que se diferenciam dentro do contexto atual de urbanização no Brasil, neste caso, no estado de São Paulo. Bortoni-Ricardo (2005, p. 40) estabelece três contínuos na tentativa de sistematização das relações estabelecidas entre o rural/urbano: o *continuum de urbanização*, o *continuum de oralidade/letramento* e o *continuum de monitoração estilística*. Para este estudo, considera-se o *continuum de urbanização* que “representa a variação diatópica (rural x urbano)” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 24).

Frente ao exposto, é fundamental serem considerados os contingentes ocupacionais da área investigada em diversos momentos da história de São Paulo, como por exemplo, as expedições de entradas e bandeiras que exploraram o interior de São Paulo e do Brasil em busca do apresamento de índios e minas de metais preciosos, do ciclo da mineração nas regiões interioranas, sobretudo no estado de Minas Gerais, que estabeleceu os primeiros núcleos urbanos nos interiores, a marcha do café que alterou a economia da região, acelerou o povoamento, expandiu os fluxos imigratórios e fortaleceu as cidades com as construções das

estradas de ferro, entre outros. Esses fatos contribuem para o entendimento das diversidades socioculturais existentes em São Paulo que, por sua vez, incidem sobre a cultura e a língua utilizada por esse povo, bem como possibilitam a verificação da existência de um possível falar paulista.

Em termos teóricos, dada a natureza dos dados geolinguísticos em exame e oriundos do Banco de Dados do Projeto ALiB, o estudo fundamenta-se em procedimentos teóricos e metodológicos contemporâneos da Geolinguística e Dialetologia pluridimensionais discutidas por Cardoso (2002; 2009; 2010); Brandão (1991); Thun (1998; 2005); Romano (2013; 2014), dentre outros teóricos para subsidiar o exame do léxico em estudo, em termos diatópicos, diageracionais e diassexuais. Nesse contexto é preciso considerar que no universo urbano são mais intensas as influências da globalização, da escolarização, dos meios de comunicação em massa, além de um maior contato com as várias tecnologias, o que de certa forma se estende ao ambiente rural, que antes abrigava uma camada social isolada, conservadora e resistente às inovações, mas que na atualidade também sofre constantes mudanças com o advento da urbanização e globalização.

Tendo em vista que esta dissertação objetiva estudar um recorte lexical, busca-se também respaldo na Lexicologia – Biderman (1992; 1998; 2001); Isquierdo (1998; 2006; 2009; 2012), Barbosa (1986), dentre outros autores. Considera-se, também, a dicionarização das unidades léxicas em estudo em obras lexicográficas para fins de verificação das várias acepções fornecidas por glossários, dicionários etimológicos, regionais e de língua portuguesa, como Houaiss (2001) e Aulete (2014), dentre outros, com a finalidade de identificar possíveis mudanças em curso na língua e contribuir com a atualização/manutenção de definições em dicionários atuais. Este estudo também considera os fatores extralinguísticos que podem propiciar o exame de unidades léxicas de uso regular ou o apontamento da tendência ao desaparecimento no acervo vocabular dos falantes, levando-se em consideração contribuições da Sociolinguística – Tarallo (1986); Bortoni-Ricardo (2005); Camacho (2008); Lucchesi (2015).

Esta dissertação discute, então, os resultados alcançados por meio do projeto de pesquisa *Norma lexical no português falado em São Paulo: reflexões acerca do rural e do urbano* que tem como objetivo mais amplo analisar o vocabulário de falantes do interior do estado de São Paulo relativo à área semântica *atividades agropastoris* documentado pelo Projeto ALiB.

Este estudo busca mais especificamente: (i) analisar os itens lexicais documentados para nomear os referentes contemplados pelas perguntas do Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB relacionadas à área semântica *atividades agropastoris* segundo as perspectivas diatópica e léxico-semântica; (ii) examinar as escolhas lexicais dos informantes das localidades estudadas segundo as mesorregiões geográficas paulistas; (iii) cartografar os dados lexicais documentados de maneira a evidenciar a distribuição espacial de variantes fornecidas pelos informantes para nomear um mesmo referente; (iv) verificar a relação do léxico veiculado no espaço investigado com a história social e cultural do estado de São Paulo e (v) contribuir para os estudos linguísticos realizados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil, por meio do estudo de um recorte lexical do acervo vocabular de falantes do interior do estado de São Paulo.

Pretende-se ainda responder as seguintes perguntas de pesquisa: i) há interpenetração do rural no urbano ou vice-versa em termos de seleção lexical? ii) é possível constatar que unidades lexicais de base rural se mantêm na fala do homem citadino? iii) o exame de denominações de referentes relacionados à área semântica *atividades agropastoris* revela traços de ruralidade e de urbanização? vi) os dados examinados apontam para a existência de um falar paulista? E de um *continuum* rural?

O material lexical que compõe o objeto de estudo deste trabalho é formado por respostas atribuídas para sete questões do QSL – Questionário Semântico-Lexical (42; 44; 54; 56; 61; 62; 63) da área semântica *atividades agropastoris* (COMITÊ NACIONAL, 2001) fornecidas por falantes das 37 localidades da rede de pontos do Projeto ALiB do interior do estado de São Paulo. Foram entrevistados em cada localidade quatro informantes, selecionados conforme o perfil estabelecido pelo Projeto ALiB, o que resultou em um total de 148 inquéritos.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro discute os embasamentos teóricos que fundamentam o estudo, fornecidos pela Lexicologia, Dialetoлогия e Geolinguística pluridimensionais. O segundo capítulo traz uma breve contextualização histórica dos processos de ocupação e de povoamento do estado de São Paulo, além de ressaltar os principais momentos econômicos que contribuíram para a transição da sociedade paulista de um contexto rural para o urbano e a sua respectiva relação com a formação histórica e social do território linguístico investigado. O terceiro capítulo discute os procedimentos metodológicos considerados para o desenvolvimento da pesquisa, apontando os passos seguidos para a elaboração deste trabalho; situa o Projeto ALiB e a sua metodologia

(rede de pontos, perfil dos informantes e o questionário linguístico) e também se atém aos critérios adotados para a análise de dados e elaboração das cartas lexicais.

O quarto capítulo, por sua vez, é composto da análise dos dados lexicais apurados como respostas válidas para as questões selecionadas. Inicialmente é discutida a face quantitativa dos dados “brutos”³ coletados e, na sequência, realiza-se o exame diatópico das variantes mais produtivas por meio de tabelas, gráficos e cartas linguísticas com vistas a identificar possíveis áreas dialetais no território paulista. Durante as discussões, avaliam-se os casos em que as dimensões diageracionais e diassexuais forem relevantes quanto à seleção lexical realizada pelos informantes do Projeto ALiB. Em seguida, realiza-se a discussão léxico-semântica dos dados apurados e o exame das relações entre léxico, cultura e sociedade a partir das definições dos itens lexicais examinados.

Por fim, apresentam-se as considerações finais acerca do que foi possível constatar na análise das unidades lexicais examinadas, as referências bibliográficas e o anexo com a autorização do Comitê Nacional do Projeto ALiB para o uso de dados inéditos do Projeto ALiB, enviada pela presidente do Comitê, Profa. Dra. Jacyra Andrade Mota.

³ Dados “brutos” referem-se ao conjunto de respostas obtidas para a pergunta antes de serem analisados.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Este capítulo discute os fundamentos teóricos que embasaram o trabalho. Inicialmente, é focalizada a noção de variação linguística e, na sequência, discutido o conceito de norma linguística, em especial, o de norma lexical, que consiste em particularidades lexicais que integram o acervo vocabular de falantes pertencentes a diferentes grupos de uma mesma região. Na sequência, são abordados fundamentos da Lexicologia, ramo da Linguística que tem por objetivo o estudo científico do léxico; contribuições da Dialectologia e Geolinguística para a descrição da língua, incluindo a delimitação de estudos lexicais regionais, além de discutir as noções de rural e urbano no Brasil, com destaque para o conceito de *continuum*, à luz da Sociolinguística. O capítulo se encerra pontuando a importância dos processos de ocupação, povoamento e migração para a compreensão das variedades linguísticas em uso em regiões geográficas distintas.

1.1 O fenômeno da variação linguística: reflexões preliminares

A história de um povo é mediada por sua língua. Ao associar palavras a conceitos, o homem vai construindo sua identidade, formulando suas visões de mundo, organizando seu conhecimento e dando existência ao que lhe é concreto e abstrato. É por meio do contato linguístico com seus semelhantes que os falantes arquitetam sua cultura e propagam seus valores e suas crenças. Nesse particular, Lyons (1987, p. 274-275) pondera que “o conhecimento da própria língua nativa é culturalmente transmitido: é adquirido, embora não necessariamente aprendido, em virtude do indivíduo ser membro de determinada sociedade”.

As línguas naturais utilizadas pelas comunidades de fala estão sujeitas a constantes transformações. Em decorrência disso, à medida que o tempo avança, ocorrem mudanças no sistema linguístico por diversos fatores como os de natureza histórica, social, política, econômica, cultural, religiosa, entre outros. Nessa conjuntura, é possível observar que no decorrer da história os povos desenvolvem modos próprios de se comunicar e que o acervo vocabular utilizado por eles se diversifica em variedades muito distintas umas das outras. Como aponta Barros Ferreira *et al.* (1996, p. 479):

Estando todas as línguas vivas sujeitas a factores de mudança, a variação que deles decorre faz parte integrante da linguagem humana e pode ser estudada e descrita. Por sua vez, a variação, a hesitação entre diversas formas, ocorrida num dado momento, produz a longo tempo mudança na língua.

Os sistemas linguísticos também revelam vestígios do passado, uma vez que é por meio da língua que os falantes resgatam seus costumes, seus mitos, as formações histórias herdadas de gerações passadas e os mantêm vivos na memória dos falantes, aproximando assim o passado ao presente. A dinamicidade de uso de uma língua também pode apresentar o embate de novas formas em detrimento de outras, devido à flexibilidade e ao teor inovador dos falantes frente ao surgimento de novas realidades e de novas necessidades. A respeito disso, segundo Tarallo (1986, p.8), dá-se o nome de “variantes linguísticas” para as “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade”.

Segundo Biderman (2001a, p. 13), “sendo a língua um patrimônio social, preexistente aos indivíduos, classifica-se como uma realidade heterogênea, sujeita aos outros fatores que compõem a herança social, como a cultura e a estrutura da sociedade”. Dessa maneira, o caráter heterogêneo das línguas naturais, mencionado por Biderman (2001a), possibilita o constante surgimento de novos usos na língua. O fenômeno da variação, nessa perspectiva, apresenta-se como um aspecto fundamental e característico de qualquer sistema linguístico, pois, à medida que as sociedades se transformam, a língua utilizada por seus membros similarmente tende a modificar-se.

As variáveis sociais também podem servir de ponto de partida para a observação das variações, como é o caso do controle de variáveis sociais tais como idade, sexo e escolaridade que são adotadas pelo Projeto ALiB. Considerando a multiplicidade dos indivíduos que compõem uma determinada comunidade, alguns aspectos são relevantes para a observação da variação linguística, como por exemplo, a utilização da língua por pessoas mais jovens ou mais velhas; a influência que a escolaridade exerce nas escolhas linguísticas dos indivíduos, das diferenças nos falares entre os sexos, do grau de formalidade ou informalidade a qual o falante está submetido no momento de fala, os recursos estilísticos utilizados pelos falantes de acordo com o contexto situacional que está inserido, entre outros.

Assim como o tempo e os aspectos sociais, mencionados anteriormente, são forças que atuam como condicionantes das variedades e contribuem para a consolidação das mudanças a que as línguas são expostas, o ponto de vista geográfico (diatópico ou espacial), do mesmo modo, configura-se como importante fator da mudança linguística. Como explica Romano (2014, p. 138):

Dentre as diversas variáveis que influenciam na variação linguística, encontra-se a variação horizontal ou diatópica, que subjaz aos demais tipos, uma vez que o

indivíduo situa-se em determinado espaço geográfico, o que também determina a variedade linguística que utiliza.

Além disso, falantes de uma mesma língua, mas de comunidades distintas, também possuem modos peculiares de se expressar, embora utilizem um mesmo sistema linguístico, isto é, uma mesma língua. Esse fenômeno é denominado de norma linguística que, conforme esclarece Lucchesi (2004, p. 63), são “padrões habituais e coletivos de comportamento linguísticos, que definem tanto os grupos dentro da comunidade de fala quanto a posição do indivíduo dentro dos diversos estratos sociais”. A norma utilizada por determinado grupo também pode se diversificar nos múltiplos níveis da língua: fonético, morfológico, lexical, sintático etc.

Frente ao exposto, é fato que a atividade linguística apresenta-se como uma prática social inerente ao homem, e a língua, que “responde a uma necessidade natural da espécie humana, a de comunicar-se” (FIORIN, 2013, p. 13), sempre esteve presente na vida cotidiana dos indivíduos desde os primórdios da humanidade e varia segundo a comunidade linguística. Os usuários de um dado sistema linguístico são capazes de adequá-lo às mais variadas situações comunicacionais, bem como de utilizá-lo como instrumento de expressão por intermédio da arte, da música, das crenças entre outras infinitas manifestações culturais. Devido ao seu caráter dinâmico e heterogêneo, a fala permite o exercício da criatividade humana para criar e reinventar novas realidades incessantemente.

O exame das diversidades constatadas nas línguas naturais é de suma importância para o entendimento de qualquer sociedade, pois é por intermédio da língua que o homem transmite a sua história, formula seu conhecimento e a sua cultura. Em face disso, disciplinas como a Dialetoлогия, a Geolinguística, a Lexicologia e a Sociolinguística, que serão discutidas nos tópicos seguintes, são relevantes para o estudo da língua em uso, tendo em vista que as variedades são produtos de diferentes manifestações humanas, sejam elas culturais, sociais, geográficas entre outros.

1.2 A questão da norma linguística

A noção de norma linguística foi sistematizada, sobretudo, pelo linguista Eugênio Coseriu (1979). Na tentativa de elucidar a dicotomia *langue* e *parole* proposta por Ferdinand Saussure, que previa a explicação do funcionamento das línguas e a delimitação do objeto de estudo da linguística moderna, Coseriu propôs a distinção tripartida *sistema*, *norma* e *fala*.

Nessa perspectiva, Coseriu (1979, p. 74) situa a norma em um nível intermediário entre sistema e fala e a define como “realizações obrigadas, de imposições sociais, [que] varia segundo a comunidade”. Assim, a língua passa a ser concebida como realidade heterogênea que varia e está constantemente sujeita ao domínio de aceitação social por parte dos usuários, como bem explica Biderman (2001a, p. 18),

[...] o linguista romeno E. Coseriu, no lúcido estudo “sistema, norma e fala”, reformula mais adequadamente a famosa dicotomia saussuriana *língua e fala*. Para ele a oposição dicotômica não revela claramente o que, de fato, se passa na linguagem. Melhor seria propor uma oposição tríplice entre o *sistema* linguístico, a *norma* e a *fala*.

Diferente da visão saussuriana em que a língua é concebida como homogênea, isto é, como um sistema de signos, coletivo, social e sistemático e a fala como particular, individual e assistemática, na concepção coseriana (1979, p. 74), “o sistema é um conjunto de oposições funcionais; [e] a norma é a realização “coletiva” do sistema”. Então, a partir das possibilidades realizáveis e disponíveis na língua compartilhada, os indivíduos elegem coletivamente determinadas formas linguísticas como mais usuais e representativas da realidade que os circundam para se comunicarem. “A norma é, pois, mero costume, a tradição continuada e reiterada no falar e no escrever de uma determinada comunidade linguística” (BIDERMAN, 2001a, p. 19).

No caso da realidade brasileira, devido a sua vasta extensão territorial, diversas normas se fragmentam quanto aos hábitos linguísticos dos falantes, pois, como ressalta Coseriu (1979, p. 75), “dentro de uma mesma comunidade linguística nacional e dentro do mesmo sistema funcional é possível comprovar várias normas [...] distintas sobretudo no que concerne ao vocabulário”. Isso se dá devido ao amplo conjunto de falantes pertencentes a um mesmo espaço geográfico que compartilham de um mesmo sistema linguístico, o português.

No âmbito do estudo da norma linguística, pode-se mencionar como exemplo o nível lexical, que se constitui como uma das faces da língua capaz de evidenciar diferentes normas utilizadas pelos falantes para se comunicarem. O vocabulário empregado por diferentes grupos apresenta peculiaridades que demonstram modos próprios que um conjunto de indivíduos utiliza para organizar, compreender e nomear a realidade que os cercam. As variações no âmbito da norma lexical podem ser verificadas por meio de diversos fatores tais como o social, a localização geográfica da comunidade, a formação histórica da região, as características ambientais, atividades econômicas dominantes, entre outros.

O estudo do português falado em território brasileiro pode comprovar diversas normas lexicais esboçadas espacialmente e, em relação a isso, têm-se como produto diversos falares que compreendem a variação sob a ótica de fatores geográficos. Nesse particular, Isquerdo (2006a, p. 14) salienta que

[...] a configuração dos regionalismos no âmbito de uma língua implica considerar a noção de norma regional e popular, já que esses fatos linguísticos situam-se na esfera da variação lexical de natureza diatópica, ou seja, a variação que se processa no eixo horizontal ou espacial.

A título de exemplo, têm-se os regionalismos que configuram-se como marcas linguísticas próprias do acervo vocabular de indivíduos pertencentes a regiões geográficas distintas e que podem ser “[...] entendido[s] genericamente como a norma lexical veiculada por habitantes circunscritos a áreas geográficas de diferentes dimensões” (ISQUERDO, 2012, p. 116).

A norma lexical também pode manifestar o uso do léxico em diferentes estágios da língua, apontando para possíveis mudanças em curso que ora refletem a preservação de determinadas formas, ora a inovações que resultam no aparecimento de novos vocábulos ou mesmo manutenções semânticas dos já existentes. Biderman (2001a, p. 6) complementa que “a norma linguística nada mais é que a média dos usos frequentes aceitos pela comunidade. E é também a frequência o fator primordial nas mudanças linguísticas de um estado de língua para o estado seguinte”.

Nesse segmento, o estudo científico da norma lexical apresenta-se como importante tarefa dos estudos linguísticos, pois, por meio dela, é possível captar o léxico em uso de determinados grupos de fala, o que auxilia na delimitação dos itens lexicais que caracterizam determinados falares regionais. Além do mais, registrar a norma lexical de diferentes estágios da língua também contribui para o registro da história da língua portuguesa, antes que desapareçam ou que sejam absolvidas pelo tempo e alteradas pelos falantes.

Este estudo adota a perspectiva de norma linguística aqui discutida, em especial, no que concerne à norma lexical veiculada pelos habitantes de uma determinada região geográfica. Os dados analisados foram fornecidos por falantes nascidos e criados nas localidades investigadas, são de natureza geolinguística e demonstram as peculiaridades na fala de habitantes pertencentes a 37 localidades circunscritas na zona territorial que recobre o interior do estado de São Paulo. Pretende-se, enfim, verificar a norma lexical dos falantes investigados pelo Projeto ALiB, relacionada às perguntas selecionadas, e observar em que medida há vestígios de ruralidade no vocabulário de indivíduos citadinos.

O tópico seguinte discute contribuições dos estudos dialetais, geolinguísticos e sociolinguísticos para a descrição da norma linguística.

1.3 Contribuições da Dialetologia, da Geolinguística e da Sociolinguística para o estudo da norma lexical

Os primeiros estudos dialetais produzidos com base nos pressupostos da Dialetologia tradicional, também denominada como areal ou monodimensional, voltavam-se para a descrição de fatos linguísticos considerando, sobretudo, o aspecto espacial, sem abordar outras variáveis que incidem sobre a língua. A preocupação inicial dos dialetólogos centrava-se na elaboração de trabalhos monográficos que abordavam a descrição dos dialetos visando à observação de aspectos gramaticais, fonéticos, lexicais, sintáticos etc. de uma dada língua, restringindo-se a uma determinada área específica (por isso o nome areal) e priorizando o enfoque da dimensão diatópica.

O *ALF - Atlas Linguistique de La France*, de Jules Gilliéron (1902), configura-se como um importante e pioneiro estudo dialetal. Gilliéron voltou-se para as investigações de dialetos regionais depreciados pelos eruditos franceses e se ateve à descrição linguística puramente diatópica. A sua obra representou um significativo avanço para os estudos dialetais, pois instaurou pressupostos metodológicos que estabeleceram critérios para o estudo da descrição dos fatos linguísticos esboçados espacialmente.

A partir dos procedimentos metodológicos propostos por Gilliéron, a Geográfica Linguística ganha visibilidade e passa a ser concebida como um método de investigação científica da Dialetologia tradicional. Com isso, importantes parâmetros passaram a ser adotados para a pesquisa dialetal como o controle de coleta de dados *in loco*, a elaboração de questionários linguísticos e a produção de cartas linguísticas para os estudos dialetais. De acordo com Coseriu (1982), a Geografia Linguística, compreendida na terminologia técnica da linguística de seu tempo, é definida como:

Um método dialetológico e comparativo [...] que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de um determinado território (COSERIU, 1982, p. 79).

À medida que a realização de estudos dialetais se ampliou, a metodologia adotada para as pesquisas foi sendo redesenhada e aperfeiçoada em função dos objetivos propostos nos

trabalhos. Nessa conjuntura, a Sociolinguística forneceu contribuições para o aprimoramento da metodologia utilizada, posto que o exame diatópico da língua em uso em determinados espaços geográficos passou a ser complementado com a observação de aspectos sociais, isto é, com o controle de variáveis sociais como sexo, idade, escolaridade etc. A adoção desses parâmetros leva em consideração a heterogeneidade não só da língua, mas também dos indivíduos que constituem as comunidades linguísticas, o que proporciona uma visão mais ampla dos fenômenos linguísticos coletados nos espaços investigados.

A Sociolinguística revela-se como importante disciplina da Linguística que objetiva a observação de condicionantes capazes de controlar as escolhas linguísticas dos falantes, uma vez que busca “correlacionar as variações existentes na expressão verbal a diferenças de natureza social, entendendo cada domínio, o linguístico e o social, como fenômenos estruturados e regulares” (CAMACHO, 2008, p.50).

Silva-Corvalán (1988, p. 8), por exemplo, discute a importância da interface entre Sociolinguística e Dialectologia para o estudo das variedades linguísticas, reiterando que ambas as disciplinas se atêm ao estudo da língua falada, dos usos linguísticos e das relações estabelecidas entre os fatos linguísticos e certos grupos de indivíduos. Além disso, os dois ramos reconhecem o caráter heterogêneo das línguas e possibilitam a delimitação de alguns conceitos importantes para os estudos da variação, tais como: diassistema – coexistência entre vários sistemas da língua; diatopia – diferenciação horizontal, ou seja, espacial ou geográfica; diastratia – diferenciação vertical que se correlaciona com os fatores sociais e culturais e a diafasia – variação associada aos tipos de relações entre os interlocutores tais como situações ou ocasiões de fala (SILVA-CORVALÁN, 1988, p. 8).

Thun (1998), por seu turno, argumenta que a Dialectologia areal, somada aos pressupostos da Sociolinguística, instaura uma Geolinguística ampliada, também denominada de Dialectologia pluridimensional, ambas, consideradas sob a ótica do autor como parte de uma ciência geral da variação linguística que se atêm ao estudo das relações entre as variantes e variedades linguísticas, sem deixar de lado a investigação direcionada aos falantes de uma língua. Como aponta Thun (1998, p. 704),

La Dialectologia areal y la Sociolingüística, disciplinas históricamente separadas, confluyen en una geolingüística ampliada que pueda llamarse oportunamente “Dialectología pluridimensional” y que se entiende como parte de la ciencia general

de La variación lingüística y de las relaciones entre variantes y variedades por un lado y hablantes por el otro⁴.

A Geolinguística pluridimensional, assim modernamente titulada, é o ramo dos estudos linguísticos que investiga a distribuição geográfica dos fenômenos das línguas por meio da cartografia e também pode ser entendida como um conjunto de critérios metodológicos adotados pelos estudos dialetais contemporâneos que levam em consideração mais de duas dimensões sociais para o estudo da variação diatópica.

Por meio dos pressupostos da Geolinguística contemporânea os fenômenos linguísticos que particularizam diferentes dimensões geográficas podem ser documentados em mapas dinâmicos, onde os dados cartografados que representam uma dada dimensão espacial passaram a ser complementados com as dimensões sociais e, dessa forma, demonstram a variação reproduzida nos atlas linguísticos pluridimensionais. Cardoso (2002, p. 5), no texto *A geolinguística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional?*, esclarece que “essa Geolinguística pluridimensional, que se consolida ao final do século XX, vai ocupar-se do controle sistemático de variáveis sociais, mas terá que administrar, competentemente, a pluralidade de dados a ser cartografada”.

Em suma, a Dialetoлогия contemporânea pode ser entendida como um “ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica” (CARDOSO, 2010, p. 15) e, nessa perspectiva, associada aos pressupostos da Geolinguística auxilia no estudo e na delimitação das peculiaridades identificadas nos falares de diferentes regiões, considerando, em especial, o ponto de vista diatópico. Além disso, a depender da metodologia e do viés teórico adotado, podem fornecer dados para o exame de variáveis sociais como escolaridade, sexo, idade etc. que influenciam nas escolhas linguísticas dos falantes.

Frente ao exposto, fica evidente a importância dos estudos dialetais para as pesquisas que examinam a variação no nível lexical, uma vez que a documentação das diferentes normas lexicais esboçadas espacialmente proporciona o conhecimento mais amplo sobre a

⁴ “A Dialetoлогия areal e a Sociolinguística, disciplinas historicamente separadas, convergem em uma Geolinguística ampliada que pode ser chamar oportunamente de “Dialetoлогия Pluridimensional” e que é entendida como parte da ciência geral da variação linguística e das relações entre variantes e variedades por um lado e falantes pelo outro”. (tradução nossa)

realidade atual linguística do cenário brasileiro. Como produto dos estudos dialetais e geolinguísticos têm-se os atlas linguísticos, assunto a ser tratado no tópico a seguir.

1.4 Os atlas linguísticos como tesouro dos estudos dialetais e geolinguísticos

Para Brandão (1991, p. 11), os atlas linguísticos são “um precioso inventário de formas [que] proporciona uma visão dinâmica de cada fato descrito, pela comparação simultânea com outros nele expostos, ensejando conclusões também de natureza histórica”. Em vista disso, além de garantirem maior comparabilidade da distribuição espacial das variantes apuradas, os atlas fornecem possibilidades de verificação da contingência de ocorrências linguísticas ao longo de uma determinada extensão territorial.

As áreas dialetais consolidadas em mapas nos atlas linguísticos são delimitadas por isoglossas, entendidas como “linha virtual que marca o limite também virtual, de formas e expressões linguísticas” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 12-13), que possibilitam a demarcação dos limites virtuais do uso da língua em determinados espaços geográficos, ou seja, são

[...] um conjunto de isoglossas que se somam e que [...] mostram uma relativa homogeneidade dentro de uma comunidade linguística em confronto com outras. Essa relativa homogeneidade, demonstrada pelo conjunto de isoglossas, leva ao entendimento de que não existem limites rígidos entre as línguas (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 16).

Os atlas linguísticos também são importantes para a documentação e registro dos regionalismos que se constituem como marcas linguísticas que caracterizam os falares de determinadas regiões geográficas. Dessa forma, os fenômenos linguísticos são descritos e estudados de maneira sistemática antes que sejam absorvidos pelo tempo. Biderman (1998b, p. 134), com base na definição proposta por Boulanger (1985), define regionalismo como:

[...] qualquer fato linguístico (palavra, expressão, ou seu sentido) próprio de uma ou de outra variedade regional do Português do Brasil, com exceção da variedade usada no eixo linguístico Rio/São Paulo, que se considera como o *português brasileiro padrão*, isto é, a variedade de referência, e com exclusão também das variedades usadas em outros territórios lusófonos.

No entanto, o posicionamento de Biderman (1998b) de que o “eixo linguístico Rio/São Paulo” representa o português brasileiro padrão é discutível por estar mais associada aos pontos de vista político-ideológico e midiático, do que a princípios propriamente linguísticos. Além disso, a escassez de trabalhos descritivos acerca da delimitação de uma

possível norma padrão do português brasileiro em nível nacional também dificulta a comprovação dessa afirmação.

Em relação aos atlas linguísticos pluridimensionais, Thun (2005, p. 71) argumenta que podem abordar até oito dimensões da variação em suas cartas: dialingual, diatópica, diatópico-cinético, diastrática, diageracional, diassexual, diafásica e diarreferência. Para que seja possível abarcar a diversidade linguística nos atlas linguísticos, demonstrada por meio do exame das variáveis mencionadas por Thun (2005), e tornar possível o cruzamento dessas informações durante a análise e interpretação dos mapas, faz-se necessário adotar determinadas posições teóricas e metodológicas para a coleta, análise e tratamento de dados geolinguísticos.

Nesse sentido, como destaca Isquierdo (2006b, p. 116-117), os dados geolinguísticos documentados nos atlas são coletados a partir do método geolinguístico, que adota critérios para a pesquisa dialetal e garante rigor e autenticidade aos dados. A autora menciona os princípios metodológicos básicos para a pesquisa geolinguística, como: a determinação de critérios para a seleção da rede de pontos; a adoção de um questionário linguístico capaz de abranger diversas áreas do conhecimento humano, delimitar quais os fenômenos da variação propõe-se a serem documentados e o estabelecimento do perfil dos informantes levando em conta a heterogeneidade dos falantes circunscritos na área linguística investigada. Romano (2014, p. 150), por seu turno, elenca de maneira detalhada as atividades a serem cumpridas numa pesquisa geolinguística:

elaboração de questionários com base nos objetivos da pesquisa;
seleção dos informantes considerando variáveis envolvidas a partir do objetivo da pesquisa;
treinamento do pesquisador de campo em trabalhos dessa natureza;
aplicação padronizada dos instrumentos de coleta de dados;
transcrição e revisão dos dados geolinguísticos;
elaboração de bancos de dados geolinguísticos para tratamento quantitativo e/ou cartográfico;
exegese dos dados levantados para posterior cartografia;
elaboração de cartas linguísticas, seja com softwares computacionais atrelados a banco de dados ou com ferramentas de edição de imagem;
interpretação e tratamento dos dados cartografados. [...]

Enfim, tomar como objeto de estudo dados geolinguísticos que reúnem fenômenos linguísticos fonéticos, morfológicos, lexicais, sintáticos etc. utilizados por falantes de determinada região e documentá-los em atlas linguísticos contribuem para o reconhecimento e comparabilidade das variedades expressas por falantes de uma mesma língua pertencentes a regiões geográficas distintas.

Considerando-se a importância dos estudos dialetais e geolinguísticos para o estudo da norma lexical, na sequência, realiza-se uma breve contextualização desses estudos no âmbito do Brasil.

1.5 Os estudos dialetais e geolinguísticos no Brasil: contextualização

A história dos estudos dialetais no Brasil é marcada por quatro grandes momentos. Mota e Cardoso (2006, p. 19), além de recuperarem a proposta de periodização dos estudos dialetais no Brasil, proposta por Ferreira e Cardoso (1994), propuseram uma quarta fase para os estudos brasileiros dessa natureza. Segundo as dialetólogas, a primeira fase inicia-se em 1826 com a publicação do texto de Visconde de Pedra Branca; o segundo é inaugurado com a publicação da obra *O dialeto Caipira* de Amadeu Amaral, em 1920; a terceira é marcada pela publicação do Decreto nº 30.643, em 1952, que torna matéria de lei a produção de um Atlas Linguístico do Brasil; a quarta fase, por fim, tem início com a retomada do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, em 1996, que se perdura até o momento atual.

Mota e Cardoso (2006, p. 17), ao proporem uma quarta fase para a periodização da Dialetologia brasileira, retomam algumas manifestações iniciais de trabalhos de natureza dialetal no âmbito nacional, como o de “Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, datada de 1826, e escrita a pedido do geógrafo Vêneto Adrien Balbi, para integrar o seu *Atlas Ethnographique du Globe*”. A primeira fase revela a preocupação de pesquisadores sobre as diferenças entre o português falado em território brasileiro e o português europeu. As obras desse período demonstram o interesse pelo enfoque lexical, o que dá origem à publicação de diversas obras lexicográficas como glossários, dicionários e léxicos regionais que buscaram “caracterizar o idioma brasileiro como exemplo de influência do meio e do caráter do povo” (PISCIOTTA, 1999, p. 258).

A partir de 1920 inicia-se a segunda fase marcada pela publicação da obra *Dialeto Caipira* de Amadeu do Amaral, um importante estudo sobre o falar paulista, que enfatizou a importância da produção de estudos regionais voltados ao português falado no Brasil. Segundo Amaral,

Fala-se muito num "dialeto brasileiro", expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeção, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados. Nem se poderão discriminar, enquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões (AMARAL, 1920, p. 43).

Durante o período compreendido por essa segunda fase dos estudos dialetais brasileiros houve a produção de diversos trabalhos monográficos com o enfoque na descrição das peculiaridades linguísticas de determinadas regiões brasileiras específicas. Nesse momento, também “nota-se a existência da preocupação com uma metodologia de abordagem dos fenômenos orientada para o exame da realidade observada *in loco* e considerada nos seus diferentes aspectos” (CARDOSO, 2009, p. 144).

Essa fase se estende até 1952 quando é inaugurado o terceiro momento da Dialetologia brasileira, assinalada por meio de um Ato do Governo Brasileiro com a publicação do Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952 – promulgado no 313º aniversário da Independência e no 64º da República por Getúlio Vargas, tendo Ernesto Simões Filho como Ministro da Educação e Cultura – que, ao definir as finalidades da Comissão de Filologia da Casa Rui Barbosa, estabeleceu como principal objetivo dessa comissão a elaboração de um Atlas Linguístico do Brasil. Esse decreto representou o marco inicial para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil (CARDOSO, 2009, p. 147-148). De acordo com Castilho (1972-1973, p. 126),

[...] os estudos dialetológicos no Brasil têm seu divisor de águas no período compreendido entre 1953 (fundação do Centro de Estudos de Dialetologia Brasileira, no Rio de Janeiro) e 1958 (I Congresso Brasileiro de Dialetologia e Etnografia, em Porto Alegre).

A continuidade dos estudos sobre as diferentes realidades linguísticas existentes no território brasileiro gerou o surgimento de “metodologias científicas adequadas para pesquisar a linguagem efetivamente usada pelos falantes” (PISCIOTTA, 1999, p. 259). Consequentemente, houve a produção de diversos trabalhos e materiais significativos nessa fase como *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes, publicado em 1953, e o *Guia para Estudos Dialectológicos*, de Serafim da Silva Neto, publicado em 1957, mencionando apenas duas de tantas obras a respeito dessa temática.

A obra de Antenor Nascentes *Bases para a elaboração de Atlas Linguístico do Brasil*, publicada em dois volumes, o primeiro em 1958 e o segundo em 1961, também pode ser considerada como um importante avanço dos estudos dialetais brasileiros. Esse trabalho forneceu parâmetros essenciais para que Nelson Rossi (1963) pudesse concretizar o primeiro passo para a instauração da Geolinguística no Brasil ao produzir o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. De acordo com Romano (2013, p. 207), os estudos geolinguísticos no Brasil podem ser divididos em dois momentos:

O primeiro tem como marco inicial a publicação do primeiro atlas linguístico estadual, o Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB (ROSSI *et al.*, 1963) e se estende até 1996 - ano em que o Projeto ALiB deu início às atividades com seu esforço de dialetólogos de todo país.

Em 1996, além de ser tomado como o marco da segunda fase da Geolinguística no Brasil (ROMANO, 2013), também desencadeia a quarta fase da Dialetologia brasileira (MOTA; CARDOSO, 2006). Ambas se perduram até o momento atual e foram inauguradas com a retomada do projeto de um Atlas Linguístico do Brasil, durante o Seminário Nacional *Caminhos e perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, realizado em Salvador, em 1996, na Universidade Federal da Bahia quando foi constituído um Comitê Nacional para coordenar o projeto:

Acatada a iniciativa, compôs-se o Comitê Nacional que, no seu primeiro momento, ficou constituído pelos autores dos atlas regionais até então publicados — Suzana Alice Cardoso (escolhida como Presidente do Comitê), Jacyra Andrade Mota (Diretora Executiva), ambas da UFBA, Maria do Socorro de Aragão (UFPB/UFCE), Vanderci de Andrade Aguilera (UEL) e Mário Roberto Lobuglio Zágari (UFMG) — e por um representante dos atlas em andamento — Walter Koch (UFRGS) — como Diretores Científicos. Em 2002, com a publicação do ALERS, Walter Koch passa a figurar como autor de atlas publicado, abrindo espaço para a inclusão de Aparecida Negri Isquendo, como representante dos atlas em andamento. Com o falecimento de Walter Koch (em 2008) e de Mário Roberto Lobuglio Zágari (em 2010), passam a integrar também o Comitê Nacional Cleo Altenhofen (UFRGS), Felício Margotti (UFSC) e Ana Paula Rocha (UFOP) (CARDOSO; MOTA, 2012, p. 858).

De acordo com Cardoso e Mota (2012, p. 859), o Projeto ALiB, coordenado por um Comitê Nacional formado por um grupo de dialetólogos brasileiros, orienta-se pelo seguinte objetivo geral “fornecer dados empíricos, sistematicamente recolhidos e analisados, para o conhecimento do português do Brasil” e pelos objetivos específicos, expostos a seguir:

1. Descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas) consideradas na perspectiva da Geolinguística.
2. Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas linguísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados.
3. Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento — história, sociologia, antropologia etc. — de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil.
4. Oferecer, aos interessados nos estudos linguísticos, um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o

conhecimento da realidade linguística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.

5. Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica (COMITÉ NACIONAL, 2001, p.16).

Dentre os atlas já produzidos no Brasil, situam-se os de cunho regional, publicados antes de 2014, ano da publicação dos dois primeiros volumes do ALiB – Atlas Linguístico do Brasil: *o Atlas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI et. al, 1963); *Atlas Linguístico da Paraíba* (ARAGÃO; MENEZES, 1984); *Atlas Linguístico de Sergipe* (FERREIRA et al, 1987); *Atlas Linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994); *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (RIBEIRO et. al, 1997); *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil volume I e II* (KOCH; KLASSMANN; ALTENHOFEN, 2002); *Atlas Linguístico de Sergipe II* (CARDOSO, 2002) 2V; *Atlas Linguístico do Amazonas* (CRUZ, 2004); *Atlas Linguístico Sonoro do Pará* (RASKY, 2004); *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul* (OLIVEIRA, 2007) e o *Atlas Linguístico do Estado do Ceará* (BESSA, 2010).

O Atlas Linguístico do Brasil tem “por meta a realização de um Atlas geral no Brasil no que diz respeito à realidade da língua portuguesa” (CARDOSO, 2009, p. 162) e se propõe a mapear as múltiplas faces da língua portuguesa falada em território nacional por meio da documentação das diversidades fonéticas, semânticas, lexicais, como também das variações espaciais, culturais, de sexo, graus de escolaridade entre outros aspectos linguísticos atestados diretamente pela fala de informantes oriundos das cinco regiões brasileiras, que podem apresentar variações peculiares segundo a Unidade da Federação e a região.

Pautando-se nos pressupostos da Dialetoлогия Pluridimensional e nos métodos da Geolinguística, o Atlas Linguístico do Brasil inclui perspectivas de estudo contemporâneas que complementam a visão diatópica das realidades linguísticas somadas aos aspectos extralinguísticos. A metodologia do projeto define parâmetros como: rede de pontos composta por grandes, médios e pequenos centros urbanos, informantes dos dois sexos, de diferentes estratos sociais, de mais de uma faixa etária, com nível de escolaridade definidos.

Os atlas linguísticos pioneiros voltavam-se para a obtenção de formas mais ligadas ao universo rural e que estariam ameaçadas de desaparecerem. Para isso, pautavam-se no perfil mencionado por Chambers e Trudgill (1994, p. 57) proposto pela sigla NORMs – *nonmóbile, older, rural, males*, traduzida por Zágari (2005, p. 36) como HARAS – homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário. No entanto, resgatando o pensamento de Aguilera e Silva

(2012, p. 304), percebe-se que a sociedade brasileira transitou por drásticas mudanças socioeconômicas. A passagem do século XX para o atual foi marcada pela inversão da concentração da população brasileira que migrou das áreas rurais para as urbanas. Dentro dessa ótica, os estudos contemporâneos adotados para a produção de atlas linguísticos, como o Projeto ALiB:

[...] propõem metodologias que atendem a essa tríplice realidade: o campo, carregado de história, mas se esvaziando; o mundo rurbano, lutando para se colocar no cenário linguístico e social, e o urbano que ainda carrega traços dessas duas realidades (AGUILERA; SILVA, 2012, p. 304).

Quanto aos outros avanços no âmbito teórico em relação ao Projeto ALiB também pode-se mencionar a incorporação de dados morfossintáticos, pragmático-discursivos, metalinguísticos, para o estudo da língua em uso no território brasileiro. Além disso, também inova na consideração de comentários linguísticos dos informantes para a análise e descrição dos fatos linguísticos investigadas, no armazenamento das entrevistas orais em CDs que incluem a voz do informante onde foi realizada as entrevistas (MOTA; CARDOSO, 2006, p. 23).

A partir desses apontamentos a respeito de importantes trabalhos dialetais e geolinguísticos produzidos no Brasil, situa-se na sequência a área geográfica que compreende a região linguística investigada neste estudo, bem como, pontua-se a importância da realização de estudos lexicais de natureza dialetal acerca da extensão territorial demarcada para este estudo.

1.6 Área linguística investigada: o caso do estado de São Paulo

A proposta de Nascentes (1953, p. 25-26) divide o Brasil em realidades dialetais distintas, composta por dois grandes grupos e seis subfalares. O primeiro grupo, o norte, abarca dois subfalares: o amazônico e o nordestino; já o grupo sul é composto por quatro subfalares: o baiano, o fluminense, o mineiro e o sulista. O autor também denomina parte do território localizado na região central do Brasil como incaracterístico, justificando ser uma região praticamente despovoada. A proposta de Antenor Nascentes (1953) inclui o estado de São Paulo, área linguística investigada neste estudo, no falar sulista.

O estudioso Amadeu Amaral (1920), em sua obra *O dialeto caipira*, defende a tese de existência de um *falar caipira*, ou seja, de marcas linguísticas que caracterizam a cultura dos paulistas que viviam no território da antiga província de São Paulo (AMARAL, 1920, p. 41) e

demonstra a preocupação com a necessidade dos estudos sistemáticos dos falares regionais. O autor ainda ratifica que, devido a diversos fatores, este *falar caipira* estaria caminhando para o seu desaparecimento e suscetível à substituição por outro, cujas características seriam provenientes de diversos processos, como por exemplo, o contato com os meios de comunicação de massa e o nivelamento que a escolaridade trouxe ao cenário linguístico atual.

As hipóteses da existência de um falar paulista na área que compreende o estado de São Paulo e imediações ainda carecem de discussões, em virtude de essa região não ter sido objeto de estudos amplos que descrevam com rigor a língua portuguesa em uso nesse espaço geográfico. O ALESP – Atlas Linguístico do Estado de São Paulo, projeto concebido e liderado pelo Professor Pedro Caruso da Universidade Estadual Paulista de Assis – SP tinha como meta a elaboração de um atlas regional que recobrisse todo o território do estado de São Paulo, no entanto, não foi concluído, o que dificulta ainda mais a descrição dialetal dessa área.

O estudo de Alencar (2018) que se atém ao estudo de nomes de brincadeiras e brinquedos infantis questiona a divisão dialetal proposta por Nascentes (1953), à medida que a autora defende a existência de um *falar paulista* desvinculado do *falar sulista*. Essa hipótese também foi defendida por Romano (2015), que atestou a existência de dois falares: o *falar sulista* e o *falar paulista*.

Na sessão seguinte, discutem-se conceitos relativos à Lexicologia, bem como discute a importância do exame da relação entre léxico, cultura e sociedade e suas interfaces com os estudos dialetais, sobretudo, na documentação da variação no nível lexical.

1.7 Léxico e realidade sociocultural: considerações

Considerando-se o tópico anterior, percebe-se a importância da afirmação de Biderman (2001b, p. 16) que “a Lexicologia faz fronteira com ciências tais como a Dialetologia, a Sociolinguística e a Etnolinguística; [pois] nessas áreas disciplinares fizeram-se estudos sobre Palavras e Coisas, isto é, sobre as relações entre a língua e a cultura”. Desde o início da produção dos estudos dialetais e geolinguísticos, os vocabulários que delimitariam uma determinada área geográfica sempre se configuraram como objeto de estudo. Este trabalho trata de um recorte da norma lexical paulista com base em dados geolinguísticos e, em razão disso, faz-se necessária a discussão dos princípios e fundamentos da Lexicologia.

Dentre os níveis linguísticos, o léxico é o que melhor traduz o conhecimento construído pelo homem ao longo de sua história e revela toda organização cultural e social das

sociedades, pois é “por meio dele que o homem nomeia o espaço que o circunda e consubstancia a sua visão de mundo acerca da sociedade” (ISQUERDO, 2009, p. 43). Registrar o acervo léxico de uma língua permite a delimitação de diferentes realidades sociolinguísticas que vão sendo formuladas (e reformuladas) através dos tempos.

Como atesta Biderman (1992, p. 399), o acervo lexical corresponde ao:

[...] tesouro vocabular de uma língua, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não-linguísticos de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural do presente e do passado da sociedade. Esse tesouro constitui um patrimônio da sociedade, juntamente com outros símbolos da herança cultural.

Dessa maneira, o estudo científico do léxico é reconhecido como importante disciplina dos estudos linguísticos, pois, por meio dele, é possível depreender realidades históricas, sociais, culturais e ambientais dos povos. Cabe à Lexicologia, “um dos ramos da linguística, [que] tem por objeto as unidades do universo lexical, isto é, as lexias, vistas como unidades memorizadas, disponíveis para atualização” (BARBOSA, 1986, p. 81) examinar, descrever e documentar os mecanismos de estruturação do léxico de uma língua.

Por conseguinte, os estudos lexicais também possibilitam a verificação de atualizações e manutenções nesse nível da língua, considerando as perspectivas intra e extralinguísticas, isto é, mudanças ligadas a fatores internos da língua tais como as variações de classes de palavras, a ordem dos elementos na produção de sentenças, mudanças de aspectos semânticos, entre outros, e também de fatores externos como os de natureza cultural e social (idade, sexo, profissão, religião, escolaridade etc.).

Barbosa (1986, p. 84) chama atenção para alguns critérios a serem considerados para se examinar o léxico de uma determinada língua, posto que é preciso embasar-se em dados empíricos e delimitar os modelos de análise seguidos para a elaboração de determinado estudo. A autora salienta que

[...] o lexicólogo, apoiando em dados fornecidos pela lexicografia, pode construir modelos qualitativos ou quantitativos de um universo lexical, com bases empíricas, e, a partir desses dados, propor modelos que busquem descrever sua natureza e funções (BARBOSA, 1986, p.84).

Os métodos de análises lexicais podem basear-se em diversos modelos. Como mencionado anteriormente, é possível optar pelo método de ordem quantitativa, ou seja, dados estatísticos, que permitem a discussão da frequência, da distribuição, da delimitação de normas com base em raciocínios lógico-matemático; ou sob a perspectiva qualitativa que, a partir de levantamentos de dados empíricos, constitui-se um *corpus* capaz de retratar e representar uma realidade lexical em seu contexto sociocultural (BARBOSA, 1986, p. 87).

De acordo com Lara (2006, p. 147-148), “dado el carácter ilimitado del léxico, cada vez que nos planteemos estudiarlo tendremos que planear previamente y con cuidado como recolectarlo. Su recolección dependerá de lo objetivo que persigamos”⁵. Dessa maneira, para se estudar o léxico de uma dada língua, faz-se necessário, antes da coleta de dados, delimitar quais aspectos pretende-se examinar e quais os objetivos nortearão a pesquisa, para que, assim, o recorte de determinadas realidades lexicais seja capaz de representar fielmente o que se pretende, pois, tendo em vista a sua amplitude, o pesquisador deve ter cautela com a coleta de dados e o manuseio do objeto de estudo .

A respeito disso, Dubois (2006), no verbete *vocabulário* em seu Dicionário de Linguística, registra a importância em se delimitar as concepções de léxico e vocabulário para o estudo do léxico e assinala que

[...] é um bom método opor léxico, que trata das unidades da língua, e vocabulário, como lista das unidades da fala. Por exemplo: a estatística léxica, que compartilha com as ocorrências levantadas num *corpus*, e portanto com o vocabulário de um texto, de um autor, de uma época, procura induzir as potencialidades léxicas (o léxico) [...] Nessa ótica, o léxico - que alias só poderia ser o léxico de uma língua-pode, com efeito, ser induzido unicamente da soma dos vocabulários estudados (nos diversos corpus levantados) (DUBOIS, 2004, p. 613-614).

Barbosa (1986, p. 88) também estabelece as diferenças entre os conceitos implícitos nos termos léxico e vocabulário, argumentando que ambos se complementam à medida que o vocabulário corresponde a unidades já realizadas e efetivamente atualizadas no discurso, ou seja, já materializadas discursivamente pelos falantes, enquanto o léxico consiste nas unidades tanto efetivadas como as virtuais, abrangendo as já realizadas e também as realizáveis. Assim, o léxico contém a soma de um conjunto de vocabulários.

Frente ao caráter dinâmico da língua e, por extensão, do léxico, é possível serem identificadas variedades no acervo vocabular de falantes que utilizam uma mesma língua, mas que se situam em localidades de diferentes regiões. Isquierdo (2006b, p. 115) pondera que, “como são diversas as sociedades e as culturas, o vocabulário veiculado pelos povos no decurso da história também possui diferentes facetas que o singularizam conforme o momento histórico da língua, a realidade geográfica, o perfil dos falantes, os objetivos da comunicação, as circunstâncias do ato de enunciação [...]”.

O estudo do vocabulário em uso por um grupo de falantes é capaz de revelar variações que se manifestam por meio da experiência humana construída no decorrer da história que

⁵ “Dado o caráter ilimitado do léxico, cada vez que propomos estudá-lo teremos que planejar previamente e com cuidado como recoletá-lo. Sua coleta dependerá do objetivo que persigamos”. (tradução nossa)

refletem aspectos culturais próprios de um povo. Adota-se aqui a concepção de cultura de Benveniste (1991, p. 32):

A cultura define-se como um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirá o seu comportamento em todas as formas de sua atividade.

Na verdade, durante o processo de nomeação, os indivíduos também classificam, organizam e categorizam simultaneamente a realidade de acordo com suas formações culturais, o que se reflete no vocabulário utilizado pelo grupo de falantes. Nesse particular Biderman (2001b, p. 13) esclarece que “a geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras”, ou seja, os vocábulos utilizados pelos falantes são resultantes de todo acúmulo do conhecimento adquirido culturalmente em sociedade através dos tempos, transmitidos de geração em geração, e que revelam como o grupo organiza a realidade ao seu redor. A respeito disso, Isquardo (2009) pondera que,

[...] por um lado, a língua tem sua própria história e pode servir como meio de comunicação de diferentes povos, com culturas distintas, por outro, em especial no âmbito do vocabulário, sofre influências no meio físico e social que individualizam esses mesmos povos em termos culturais (ISQUERDO, 2009, p. 43-44).

Ao se discutir a relação entre categorização do universo e o processo de nomeação, é relevante considerar a noção de relativismo linguístico, princípio teórico que deu origem à hipótese Sapir-Whorf, que defende a tese de que a maneira como os falantes percebem e nomeiam a realidade que os cercam recebe influência do meio ambiental e cultural em que estão inseridos. Conforme Sapir (1969, p. 45), “o léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes” e o acervo lexical de uma língua, em sua completude, também pode ser considerado como “o complexo inventário de todas as idéias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade”. Biderman (1998a), por sua vez, complementa o proposto por Sapir (1969) esclarecendo que

[...] a conceptualização da realidade se revela claramente nos idiomas, pois todo sistema linguístico manifesta, tanto no seu léxico como na sua gramática, uma classificação e uma ordenação dos dados da realidade que são típicas dessa língua e da cultura com que ela se conjuga (BIDERMAN, 1998a, p. 93).

Sapir (2013, p. 165), na obra *A linguagem: introdução ao estudo da fala*, defende que “a língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas”. Nesse viés, de acordo com a evolução do quadro ambiental e cultural de uma determinada sociedade, o sistema lexical

veiculado nesse espaço tende a ser alterado por seus usuários de acordo com as necessidades e interesses emergidos, e também reflete a cosmovisão dos falantes, como atesta Biderman (1998a, p. 93): “cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas”.

No caso da sociedade brasileira, por exemplo, percebe-se que o desenvolvimento econômico e os processos de ocupação e de povoamento do território ocasionaram no avanço da urbanização e na formação de grandes centros urbanos. Essas transformações ocorridas no cenário brasileiro acarretaram o surgimento de novas realidades, o que se reflete nas normas lexicais utilizadas por populações urbanas em relação às populações rurais. Além disso, o vocabulário utilizado por falantes oriundos de cidades de grande, médio e pequeno porte também se diferenciam em termos da presença de traços de ruralidade, em virtude dos falantes estarem mais ou menos familiarizados com realidades comuns do universo rural, que às vezes já não são familiares para o homem moderno citadino. Assim, algumas formas léxicas podem ou não permanecerem ou serem alteradas no vocabulário dos falantes.

Outro fator que pode ser mencionado a respeito da realidade lexical brasileira é o crescimento da rede urbana que gerou a intensificação do êxodo rural e “tem transferido para o meio urbano grandes levas de populações rurais [e] também tem contribuído para a difusão de hábitos e de costumes campestres entre as populações citadinas” (ISQUERDO, 1998, p. 226). Essas migrações também provocaram diversas adaptações por parte dos indivíduos e, conseqüentemente, gerou manutenções no léxico e na língua da população rurbana, posto que, “paralelamente a isso, processa-se, também, a transferência de hábitos linguísticos de um meio para o outro” (ISQUERDO, 1998, p. 226).

Diante do exposto, é pretendido neste trabalho contribuir com a descrição da norma lexical do português falado no estado de São Paulo, como também, contribuir com os estudos voltados para a presença de traços de ruralidade no vocabulário em uso pelos falantes do território paulista entrevistados pelo Projeto ALiB, tema que será discutido a seguir.

1.8 O rural e o urbano no contexto brasileiro: reflexões interdisciplinares.

A sociedade brasileira como um todo, com o passar dos séculos, foi se transformando em termos ambientais, sociais, políticos e culturais. Ao relembrar a história do Brasil desde o seu descobrimento até os dias atuais, percebe-se que o país transitou de uma realidade

essencialmente rural para urbana. Qualquer discussão dessa temática implica reflexões a respeito da perspectiva adotada para a investigação desse fenômeno. Nesse viés, as concepções dos conceitos de rural e urbano se inserem em diferentes áreas do saber, dentre elas a Antropologia, a Sociologia, a Economia, a Geografia, dentre outras.

Em abordagens clássicas sobre o tema, o rural e o urbano são compreendidos como dicotômicos, ou seja, opostos. Siqueira e Ozório (2001, p. 73-74) no texto *O conceito de rural*, recuperam o postulado por Solari (1979) que, com base na visão clássica de Sorokin e Zimmerman, enumera alguns indicadores que caracterizam a sociedade rural, como por exemplo, a prática de atividades econômicas provenientes do cultivo de plantas e criação de animais, o contato direto com a natureza, a baixa densidade demográfica, sociedade mais homogênea etc.. O rural, nessa visão clássica, é compreendido a partir das diferenças que apresenta em relação ao urbano.

Kageyama (2008), na obra *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*, discorre sobre noções gerais dos conceitos *rural* e *ruralidade* apoiando-se em diversos autores. Segundo a autora o rural, na perspectiva clássica, se destaca como o ambiente em que prevalecem atividades ligadas à agricultura para a obtenção de matérias-primas por meio da produção lavoura e/ou para a criação de animais; enquanto o urbano estaria ligado às atividades industriais que tem por finalidade transformar matéria-prima em produtos para serem comercializados. Apoiando-se em Gómez (2001), a autora menciona três principais características de ruralidade segundo a visão tradicional:

[...] são espaços de baixa densidade populacional, em que a população se ocupa de atividades agrícolas e vive em situação de atraso material e cultural. A origem dessa visão é uma dicotomia que opõe o tradicional, representado pelo campo, pelo agrícola e pelo rural, ao moderno, representado pela cidade, pela indústria e pelo urbano (KAGEYAMA, 2008, p. 19).

No contexto atual da sociedade brasileira, a visão tradicional do conceito de rural não mais se adéqua a realidade. Atualmente, o contexto rural abriga uma gama de atividades que não estão ligadas somente às atividades denominadas agrícolas, mas também comporta “diversidade de ocupações, serviços e atividades produtivas, novas funções não exclusivamente produtivas (residência, paisagem, esportes e lazer), maior interação com o entorno urbano e uma revalorização do rural (pelo turismo, artesanato, etc.)” (KAGEYAMA, 2008, p. 20). A respeito desse cenário transformado do espaço rural, Siqueira e Ozório (2001, p. 75) argumentam que:

Com a agregação de novos elementos às representações do rural e do urbano e graças aos efeitos que estas exercem sobre as realidades que representam, torna-se

mais difícil “achar” um rural que equivalha ao definido no conceito tradicional. Mas as mudanças não se dão somente neste nível, dão-se também em vários outros.

Pode-se perceber, então, que as noções de rural e urbano, no que tange à realidade brasileira, transitaram por diversas reformulações, pois, as visões tracionais não mais correspondem às novas realidades da sociedade como um todo.

Entre os estudos urbanos pioneiros no Brasil, destaca-se a obra *A urbanização brasileira*, de Milton Santos (2013), que discute questões que marcaram o avanço da urbanização brasileira entre os anos de 1960 e 1980, pautando-se em reflexões sociais, econômicas e territoriais. O autor analisa a realidade brasileira considerando a evolução da economia, a urbanização e a expansão capitalista no campo a partir de dois grandes subtipos: *regiões agrícolas e regiões urbanas*.

Na ótica do autor, as *regiões agrícolas* contêm atividades citadinas da mesma forma em que as *regiões urbanas* também contêm atividades rurais, pois ambas se inter-relacionam para adaptar-se às demandas de produção e de geração de renda da população a depender do tipo de cidade. Apesar da visão do autor ainda enquadrar-se na visão de dicotômica, em decorrência de definir as regiões agrícolas e urbanas a partir das diferenças, Santos (2013, p. 75) reconhece o fato de que regiões agrícolas e urbanas compartilham de diversas relações intermediárias e afirma que “haveria, então um Brasil urbano e um Brasil agrícola, em que o critério de distinção seria devido muito mais ao tipo de relações realizadas sobre os respectivos subespaços. Não mais se trataria de um Brasil das cidades oposto a um Brasil rural”.

O autor também enfatiza que nas regiões denominadas como urbanas há o fortalecimento das divisões de trabalho interno e de produção/fabricação de bens de consumo, enquanto nas regiões agrícolas há a inter-relação entre o mundo rural e o urbano ligado às atividades essencialmente agrícolas. Mais adiante, também afirma que “nas *regiões agrícolas*, é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano [...], enquanto nas *regiões urbanas* são as atividades secundárias e terciárias que tem esse papel” (SANTOS, 2013, p. 76).

Esse raciocínio desenvolvido pelo autor implica uma revisão da dicotomia clássica antagonica sobre os conceitos de rural e urbano no Brasil com base no crescimento acelerado das cidades e no esvaziamento dos espaços rurais em detrimento do crescimento da agricultura modernizada. O avanço da urbanização e a modernização da agricultura são vistos nessa obra como fatores que impulsionam o esvaziamento das áreas rurais. Embora o autor

não se desvincule completamente da visão clássica, demonstra preocupação em readequar as noções de rural e urbano ao contexto brasileiro (entre os anos de 1960 e 1980) em razão das transformações ocorridas na sociedade trazidas pelo advento da urbanização.

A partir do século XX, os campos deixaram de ser sinônimos de atividades agrícolas e passaram a abarcar múltiplas atividades. A definição de rural, nessa conjuntura, demonstrou-se como algo complexo, com necessidade de aperfeiçoamento, pois, para sua definição é preciso considerar diversos fatores que antes eram inexistentes na realidade brasileira. Na verdade, as mudanças estruturais, econômicas, sociais e culturais ocorridas no Brasil

[...] transformaram o rural, o urbano e as suas relações, tornando praticamente impossível a análise destes meios através da conceituação dicotômica tradicional. Assim sendo, seria necessário na contemporaneidade entender o rural e o urbano como um contínuo. Isto porque o rural se urbanizou, tanto devido ao desenvolvimento e aplicação de técnicas industriais de agricultura, quanto devido, o que é sem dúvida muito interessante, ao transbordar do urbano para o rural (SILVA, 1996 *apud* SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p. 75).

No que se refere à noção de *continuum* entre o rural e o urbano, pode-se assinalar o trabalho de Reis (2006), que dialoga com literaturas clássicas e recentes dessa temática e discute essa perspectiva do ponto de vista territorial e geográfico. Reis (2006, p. 5), com base em Bertrand (1973), compreende que a noção de rural e urbano associada à abordagem de *continuum* melhor se adéqua ao cenário atual, pois, nessa concepção, há a aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana e ambos são compreendidos em suas diversificações. Nesse contexto,

o crescimento das cidades, a industrialização da agricultura e o transbordamento do urbano nas áreas rurais [...], no decorrer do século XX, sugerem que a transição entre os espaços rural e urbano deve ser entendida de acordo com a formulação teórica do espaço *continuum*. Nessa perspectiva, a polarização antagonica é substituída por um gradiente de variações espaciais (REIS, 2006, p. 5).

Outrossim, os limites territoriais brasileiros que delimitam as zonas urbanas também são de suma importância para a compreensão dos conceitos rural e urbano. Situa-se a obra *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*, de José Eli da Veiga (2002). Segundo Veiga (2002, p. 31) “o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar, que é única no mundo. Este país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características”. Atualmente, a classificação e delimitação de áreas urbanas e rurais no território nacional são baseadas na combinação de dois critérios:

Um deles é o da divisão baseada em critérios legais ou político-administrativos, como o caso brasileiro, no qual os perímetros urbanos (e os rurais, por exclusão) são delimitados por decisão legislativa dos municípios. O segundo critério amplamente

utilizado é o estabelecimento de um patamar demográfico de uma localidade (IBGE, 2017, p. 25)

Veiga (2002) em sua obra esclarece que os limites territoriais urbanos no Brasil não correspondem à realidade e defende a tese de que não deveriam ser considerados como urbanos municípios com menos de 20 mil habitantes. Como consequência disso, o posicionamento do autor acarretaria numa redução do grau de urbanização para 70% se considerasse como rural os 4.024 municípios brasileiros com menos de 20 mil habitantes (VEIGA, 2002, p. 32).

Para minimizar a problemática, Veiga (2002) entende que seria “preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização” (VEIGA, 2002, p. 33). Entretanto, o critério proposto pelo autor, que prioriza a consideração de altos números demográficos para denominar determinada área como urbana, apresenta-se como insuficiente, pois é válido salientar que, por toda a extensão territorial nacional, há a existência de grandes, médias e pequenas cidades que desempenham importantes papéis dentro da rede urbana em que está inserida. Os números, de modo geral, representam apenas uma face quantitativa das cidades, não devendo, assim, ser um aspecto determinante, mas um dos critérios que somados a pressupostos qualitativos, como por exemplo, a combinação de fatores econômicos, sociais, serviços, renda, entre outros que resultariam em uma visão que melhor represente a realidade.

Com base em reflexões extraídas do texto *O urbanismo como modo de vida*, de Louis Wirth (1967), tem-se a delimitação da combinação de três proposições sociológicas para auxiliar no estudo científico dos ambientes urbanos, são elas: a) quantidade de população; b) densidade da população; c) heterogeneidade de habitantes e vida grupal. Ao discutir a questão numérica para determinar um espaço como urbano na sessão II “uma definição sociológica da cidade”, Wirth (1967, p. 91) afirma que “nenhuma definição de urbanismo poderá ser considerada satisfatória apenas se considerando os números como único critério” e, por consequência disso, é possível constatar que o autor argumenta ser insuficiente definições que que priorizam a associação de altos números como um indicador de urbanização.

Vale ressaltar, dessa maneira, que os ambientes urbanos não são somente sinônimos de alto índice de aglomerado de indivíduos, tampouco considerados como espaços marcados pela divisão de trabalho decorrente da presença de um pólo industrial fortalecido pelo capitalismo e gerador de empregos, embora esses fatores também contribuam para o desenvolvimento das cidades.

A terceira variável destacada por Wirth (1967) “heterogeneidade de habitantes e vida grupal” pode ser interpretada como a necessidade de se considerar outros indicadores de graus de urbanismo, como o aglomeramento de um número elevado de grupos humanos complexos e heterogêneos das mais diversas identidades e culturas. Os indivíduos residentes nas cidades estão interessados não só em trabalho e melhores condições de vida, mas também possuem outros interesses, individuais ou coletivos, como o acesso mais amplo às instituições sociais relacionadas à educação, trabalho, lazer, religião, política, economia, família etc., mais acesso aos meios de comunicação de massa e a tecnologia, a busca por ascensão social, por maiores possibilidades de participação e convívio com diversas esferas sociais no seu dia-a-dia, ou até mesmo, a busca pelo anonimato. Nessa perspectiva,

[...] o local de residência, o local e a característica do emprego, a renda e a receita, flutuam, e o trabalho de manter juntas as organizações e de promover relações de amizade íntimas e duradouras entre os membros é difícil. Isso se aplica notavelmente às áreas situadas dentro da cidade, nas quais as pessoas se segregam mais em virtude de diferenças de raça, língua, renda e *status* social do que através de escolha ou atração positiva a pessoas como elas mesmas (WIRTH, 1967, p. 104).

Para demonstrar a problemática de princípios que priorizam dados quantitativos para a delimitação de áreas urbanizadas, Kageyama (2008, p. 39) propôs uma análise do estado de São Paulo, segundo o censo demográfico disponível pelo IBGE (2000), baseando-se nos critérios de Veiga (2002) e os resultados apontaram que:

[...] apenas 36,6% dos municípios paulistas possuíam mais de 20 mil habitantes, 27,6% tinham densidade maior que 80 hab./km² e cerca de 40% atendiam a um dos dois critérios. Metade dos municípios paulistas tinha menos de 11.550 habitantes e metade tinha densidade demográfica abaixo de 35 pessoas por km². Um *benchmark* quase universal entre os censos de população internacionais para definir áreas urbanas é uma densidade de 400 ou mais habitantes por quilômetro quadrado (QADEER, 2000). Se fosse utilizado esse critério, somente 59 municípios de São Paulo (menos de 10%) seriam considerados propriamente urbanos, embora esse pequeno conjunto de municípios concentrasse 66,9% da população urbana do estado em 2000. (KAGEYAMA, 2008, p.39)

A análise da autora constata, pois, a insuficiência do enfoque numérico populacional para a classificação dos limites de urbanização no Brasil. Nesses parâmetros, pequenos municípios de alta densidade demográfica situados em regiões metropolitanas, por exemplo, seriam desconsiderados como urbanos, enquanto alguns municípios com população acima de 20 mil habitantes que apresentam características rurais seriam tidos como urbanos.

É preciso levar em consideração, para a definição do que seja rural e urbano, a combinação não só a predominância do fator populacional, mas também de diversas variáveis que caracterizam o espaço investigado, fundamentando-se em aspectos como a sua formação histórica e social, o desenvolvimento econômico, aspectos socioculturais da população,

peculiaridades ambientais, a localização geográfica, fatores de migração e povoamento, dinâmicas internas e externas que mantém com outros ambientes, entre outros.

Além disso, Veiga (2004), em seu texto *Nem tudo é urbano*, também faz um paralelo entre alguns contextos globais de desenvolvimento em relação à realidade brasileira partindo do ponto de vista econômico e territorial. No que tange ao âmbito rural e urbano, esse autor argumenta que a intensificação da urbanização não é garantia de alto índice de desenvolvimento, tendo em vista que são “diversas as combinações entre os vários tipos de atividade econômica que permitem elevar os níveis de renda, educação e saúde de muitas populações que continuam rurais”. Esse mesmo autor considera ainda que

[...] a visão de uma inelutável marcha para a urbanização como única via de desenvolvimento só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram (VEIGA, 2004, p. 26).

Segundo Veiga (2004, p. 27), as áreas rurais fornecem não só subsídios para o desenvolvimento do meio urbano, como também ao de outros espaços rurais. Nesse sentido, os ambientes rurais não são considerados como o oposto dos centros urbanos, mas sim, como interdependentes. Os espaços rurais tidos como desenvolvidos são aqueles que geram dinâmicas internas com base na exploração de recursos naturais, capazes de se aproximarem-se dos demais espaços (sendo eles urbanos ou não), enquanto aqueles espaços com baixo índice de desenvolvimento carecem dessas dinâmicas e não ao fato de não serem urbanizadas.

Essas considerações mencionadas nesta sessão configuram-se como importantes fatores que também devem ser levados em conta para o estudo do estado de São Paulo em relação à temática do rural e do urbano. De acordo com o censo demográfico mais atual disponível pelo IBGE (2010), São Paulo possui 645 municípios e sua densidade demográfica é de 166,23 hab./km²⁶. Apesar de essa unidade da federação abranger um número elevado de cidades, de concentrar alta densidade demográfica e qualificar-se como a Unidade da Federação mais populosa do Brasil, grande parte dos seus municípios possuem modos de vida remanescentes do universo rural e com um grau de urbanismo não tão elevado, levando-se em consideração não só números, mas também aspectos socioculturais, ambientais, econômicos, entre outros.

De fato, o estado de São Paulo abriga realidades muito distintas que vão desde espaços altamente urbanizados aos menos afetados pelo urbanismo, sem contar as relações

⁶ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

intermediárias existentes entre espaços que podem afetar toda organização econômica, social e cultural dessa região.

Com o advento da globalização os limites do que seria rural e urbano tornaram-se ainda mais solúveis. Devido o aumento da facilidade de trocas entre os indivíduos e espaços rurais e urbanos, houve uma consequente aproximação entre esses dois ambientes. As cidades passaram a ser disseminadoras de valores que atravessam os limites territoriais e invadem os campos, ocasionando trocas de informações, conhecimentos, experiências etc.. Em contrapartida, a cultura urbana é transplantada para a rural não somente por meio do êxodo rural propriamente dito, mas também via aos meios de comunicação de massa, conforme esclarece Oliven (2009, p. 3):

A situação da cidade como um pólo de irradiação e atração acentua-se cada vez mais com a grande utilização dos meios de comunicação de massa. Forma-se uma pressão dos valores urbanos que não encontram possibilidade de realização no meio rural. A cidade invade o campo (e as cidades menores) bombardeando-o de mensagens e estende sua atração até ele.

A julgar pelo exposto, as concepções de rural e urbano que melhor adéquam-se ao que se propõe neste trabalho fundamenta-se na perspectiva do espaço urbano não somente do ponto de vista valorativo, ou seja, o lugar onde se procura emprego, moradia, de maior índice de população ou alta densidade demográfica, mas também o compreende como parte constitutiva da face social e cultural do ser humano moderno. É buscando a cidade que os indivíduos sanam suas necessidades, interagem com outros grupos de convívio social, político e econômico; agregam a sua cultura novos valores, crenças, ideologias. Há, então, constantes trocas entre os dois espaços, tanto no âmbito de fluxos migratórios como pelos meios de comunicação de massa com a vinda dos recursos tecnológicos em decorrência da globalização.

A cidade e o campo, nesse sentido, não são concebidos como opostos, mas sim, considerados como espaços de continuidade, onde ambos se complementam e se interdependem. A concepção adotada contribui com os estudos linguísticos, à medida que as relações graduais entre os espaços rurais e urbanos e as transformações ocorridas nesses ambientes também influenciam no uso da língua, sobretudo no nível lexical, haja vista que a língua, como entidade que varia, tende a ser aperfeiçoada pelos falantes de acordo com as evoluções da sociedade que estão inseridos.

1.9 Rastros de ruralidade no português falado no Brasil

Conforme Cunha (1977, p. 67), em seu texto *O português e sua origem rural*, “o português apresenta todas aquelas liberdades e indecisões que caracterizam as línguas de base essencialmente rural, nas quais a força (sic) niveladora das cidades ou não se exerceu, ou só veio a agir tardiamente”. Esse mesmo autor também pontua que “Portugal é um país de civilização rural” (1977, p. 70). A partir do exposto, percebe-se, pois, que a língua portuguesa desenvolveu-se inicialmente no âmbito rural e, ao ser implantada no Brasil por meio dos colonos, ainda manteve esses mesmos traços rurais, posto que o português, inicialmente, foi uma língua de contato utilizada por uma parcela muito baixa de falantes no território brasileiro e que se expandiu em um contexto puramente rural, sem a presença das cidades.

A língua portuguesa em uso no Brasil é resultante de diversas transformações históricas, sociais e políticas no decorrer da sua história que vão desde o período de sua implantação até sua fase atual. O início da formação da sociedade brasileira desenvolveu-se de maneira lenta e marcada por atividades particularmente agrárias somadas a fusão entre as etnias que aqui se multiplicaram – os indígenas nativos, os negros trazidos da África para o trabalho escravo, os lusitanos europeus e os imigrantes de diversas regiões do mundo. Percebe-se então que o português falado em território nacional demonstra características remanescentes do universo rural marcado pela miscigenação, ou seja, de hábitos linguísticos oriundos de gerações passadas que vivenciaram os primeiros séculos de colonização do Brasil.

Desde os estudos pioneiros sobre o português falado em território brasileiro, os falares rurais têm se destacado como objeto de estudo de renomados linguistas. Serafim da Silva Neto (1976, p. 124), por exemplo, argumenta que as comunidades brasileiras possuem um cenário linguístico diverso, que se diferenciam entre falares urbanos e falares rurais. Na ótica deste autor, os falares rurais podem ser considerados como continuação e desenvolvimento das seguintes comunidades brasileiras: a) antigos aldeamentos indígenas (neste caso fala-se de *cultura* ou *subcultura caipira*); b) antigas fazendas onde conviviam brancos, índios e negros ou só brancos e negros; c) quilombos com mescla de tribos indígenas; d) antigos acampamentos e estabelecimentos militares, com a presença de mulher índia e, portanto, do mameluco e, e) antigos agrupamentos de colonização açoriana. Segundo essa perspectiva, a área linguística investigada enquadra-se no primeiro caso.

Dentre os estudos mais recentes a respeito dessa temática, situa-se Bortoni-Ricardo (2005, p. 31), que discute alguns fatores fundamentais a serem considerados para o estudo da língua portuguesa falada no Brasil: i) a modalidade urbana *versus* modalidade rural; ii) os

fluxos migratórios do século XX e iii) a tendência emancipacionista da literatura brasileira moderna.

Para tanto, a autora expõe em sua obra os conceitos de rural e urbano no viés dicotômico e esclarece que os falares, inicialmente, foram subdivididos entre “a língua urbana *versus* falares regional-rurais [...] decorre do próprio processo de colonização do país”, pois a língua trazida pelos colonos, inicialmente, conservou-se e fortaleceu-se em cidades situadas nas zonas costeiras, enquanto “os vernáculos ficaram muito tempo mais ou menos circunscritos às regiões interioranas e isoladas” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 33), o que gerou o desdobramento das diversidades linguísticas por todo território brasileiro.

Mattos e Silva (2004, p. 52), por exemplo, defende que o contexto linguístico inicial brasileiro foi marcado por uma espécie de multilinguismo generalizado, resultante do contato entre as diversas línguas e etnias que aqui se confluíram no período colonial. A autora também defende que essa língua inicial utilizada pela maioria da população não seria o português, mas sim uma língua geral, de base indígena, utilizada para a intercomunicação entre os povos. Segundo Mattos e Silva (2004, p. 52),

Não é o português a língua das reduções e missões jesuíticas, sabe-se que nas fazendas e no ambiente rural em geral (e o que seria urbano no Brasil?), na casa dos senhores e dos outros era uma língua não-portuguesa, mas com interferências do português, que se constituía de base indígena e marcas africanas, aceita, entretanto, pelo poder leigo e da Igreja, esta que foi legitimadora da língua geral para a catequese e domínio dos indígenas nos primeiros tempos da colonização.

Desta forma, destaca-se a importância de estudos a respeito de rastros de ruralidade no vocabulário do homem urbano contemporâneo, tendo em vista a contribuição que estudos dessa natureza podem fornecer para o entendimento da língua portuguesa em uso e das variedades linguísticas e culturais brasileiras, considerando-se que as primeiras manifestações de povoamento no Brasil ocorreram em ambientes puramente rurais: nos grandes latifúndios, nos engenhos açucareiros, nas fazendas, nos sítios e na exploração de florestas nativas.

Durante o período colonial, como já mencionado, o Brasil vivenciava uma realidade multilíngue generalizada e de contatos linguísticos entre falantes de diversas línguas, como as nativas e as africanas. A partir da metade do século XVIII implanta-se a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa por meio do decreto Marquês de Pombal, ao mesmo tempo em que proibia o uso da língua geral. No entanto, nesta fase inicial de formação do Brasil, o ciclo econômico baseava-se em atividades agrárias e pecuárias como o cultivo de produtos de subsistência (grãos, raízes, animais etc.), de cana-de-açúcar nos engenhos, da exploração de minas de metais e pedras preciosas etc. e a presença de cidades encontrava-se inferior em

relação aos campos, o que dificultava o controle do uso do português em todas as situações de comunicação. Destaca-se então que, em um primeiro momento, as cidades foram apenas extensão das fazendas e sítios, motivo pelas quais as individualidades do português falado pela população brasileira urbana e rural demorassem ainda mais para se concretizar.

Ilari e Basso (2006, p. 55) elencam três principais fatores que influenciaram a difusão da língua portuguesa no Brasil nos três últimos séculos: i) o crescimento demográfico do país; ii) a urbanização e iii) a ocupação do interior brasileiro. No primeiro caso, as estimativas iniciais do censo populacional brasileiro revelam uma pequena população em relação ao tamanho do território, cenário esse que começa a ser modificado somente a partir de meados do século XIX com o crescimento da taxa de natalidade da população e a elevação do fluxo migratório.

A urbanização brasileira, por sua vez, pode ser entendida como a somatória de diversos momentos. O desenvolvimento urbano no Brasil iniciou-se de fato com a expansão do sistema econômico baseado no Ciclo de Ouro em decorrência das expedições das bandeiras, pois, nesse período, muitas cidades foram erguidas nas redondezas das minas de extração de pedra e metais preciosos no interior do Brasil, o que inclui as regiões Sudeste e Centro-Oeste. De acordo com Holanda (1989, p. 296), quando “localizado o ouro, terminavam as entradas, substituídas pelo povoamento propriamente dito em torno das lavras, dos arraiais e das vilas, atraído pelos interesses (sic.) que a mineração proporcionava e que inauguravam na História do Brasil uma nova época”.

O contexto urbano brasileiro volta a ser modificado com a chegada da família real no Rio de Janeiro, em 1808, e motivou o crescimento urbanístico das cidades com aspiração à cultura européia, assim como o estímulo da valorização social alcançada por meio da escolarização que influenciou a criação de bibliotecas, teatros, universidades, centros políticos etc.. “A partir da chegada [da família real portuguesa] ao Rio, em março de 1808, D. João VI dedica-se à tarefa de criar uma elite de civis e militares e de tirar a capital do Reino-Unido de seu atraso cultural e material” (ILARI; BASSO, 2006, p. 56).

Ao focalizar o cenário linguístico no período colonial, Lucchesi (2015, p. 88) considera que “a imensa maioria do contingente de origem africana e indígena era analfabeta e vivia no interior do país, esses segmentos deviam falar variedades bastante alternadas do português”. Como defende o mesmo autor, havia o português da elite colonizadora recém formada que se contrastava com as línguas indígenas e africanas dos grupos subjugados: “quase 60% da população do Brasil era constituída de descendentes de africanos e índios,

menos de 10% da população vivia nos centros urbanos, e o analfabetismo atingia mais de 75% dos brasileiros” (LUCCHESI, 2015, p. 88).

Mais tarde, com o crescimento e expansão das cidades, parte da população brasileira passou a migrar para os centros urbanos, fator que contribuiu para que a sociedade, até o momento essencialmente rural, expandisse suas redes urbanas e inaugurasse um novo momento urbanístico. A partir do século XX, a urbanização brasileira é marcada pelo crescimento do êxodo rural, que, ao longo dos anos, provocou o esvaziamento de grande parte dos espaços rurais e a super população nos espaços urbanos, como atestam dados disponibilizados pelo IBGE, na obra *Estatísticas do Século XX*:

Uma transformação importante por que passou a população brasileira ao longo do século XX foi sua passagem de uma população basicamente rural durante toda a primeira metade do século para uma situação de larga predominância urbana ao final do século. Assim, enquanto a população classificada como urbana em 1950 correspondia a cerca de 36% do total da população brasileira, a cifra referente ao ano 2000 atingia mais de 81%. Esse crescimento da população urbana não reflete apenas as fortes migrações de origem rural, como também o significativo crescimento natural das próprias áreas urbanas e a incorporação de novas áreas, que passaram a ser classificadas como urbanas nos censos mais recentes (IBGE, 2006, p. 48).

É preciso, pois, considerar que as ocupações dos interiores brasileiros também foram de suma importância para a disseminação da língua portuguesa, posto que, a partir das primeiras décadas do século XX, parte do território brasileiro era desconhecido. Um exemplo disso, mencionado por Ilari e Basso (2006, p. 57), é o estudo do linguista Antenor Nascentes, que “ao traçar em 1953 seu mapa de variedades regionais do português brasileiro, qualificou de “território incaracterístico” uma área [...] que abrange partes de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia”.

Os autores também argumentam que após a transferência da capital do Brasil para Brasília, em 1960, houve o aumento do povoamento de regiões interioranas antes consideradas como despovoadas como as zonas do Cerrado e do Pantanal, como também houve a criação de novas unidades federativas como Mato Grosso do Sul e Tocantins, a mudança de territórios para estados (Roraima, Amapá, Rondônia) e o fortalecimento de atividades econômicas nessas áreas como a pecuária e a agricultura.

Ao longo dos tempos de formação nacional as individualidades do português falado pela população brasileira urbana e rural ficaram mais nítidas. Com base nas discussões anteriores, é possível elencar diversas causas que contribuíram para que variedades linguísticas brasileiras mantivessem traços rurais, dentre as quais podem-se destacar: o processo lento de ocupação do território; a lenta disseminação da língua portuguesa

homogeneizante nas regiões afastadas dos centros urbanos em detrimento das línguas nativas e estrangeiras; a heterogeneidade étnica e cultural da população brasileira, as condições físicas do meio ambiente das diferentes regiões do Brasil, a vasta extensão territorial que provoca o distanciamento de determinadas regiões dos centros urbanos e o crescimento acelerado dos centros urbanos, entre outros.

Esses fatores explicam a existência de diferentes hábitos culturais e linguísticos que se solidificaram de maneira distinta nas diferentes regiões brasileiras. Cada grupo engendrou sua própria identidade, se diferenciando uns dos outros por toda extensão territorial. Em alguns espaços, as manifestações urbanísticas surgiram tardiamente, o que se refletia na língua e na cultura dos povoados e vilas que se situavam em espaços rurais afastados dos centros urbanos. Ao mesmo tempo em que os espaços urbanos, à medida em que cresciam, abrigavam falantes recém chegados dos ambientes rurais, que traziam as características linguísticas da região de origem e se transformariam em dialetos urbanos de classe baixa (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 33).

Essa realidade gerou um embate entre a variedade do português falado nas metrópoles por letrados e os falares rurais próprios da população atraída e recém-chegada aos centros urbanos, sendo possível visualizar atualmente uma variedade linguística proveniente desse processo de ocupação territorial. Frente, ao exposto Bortoni-Ricardo (2005, p. 40) compreende

[...] o português brasileiro como um *continuum* de urbanização, que se estende desde as variedades rurais geograficamente isoladas, conhecidas genericamente como “dialeto caipira” (Amaral, 1976) [...] até a variedade urbana culta [...] podendo-se situar um falante em qualquer posição ao longo deste *continuum*.

Para tanto, autora adota um modelo de estudo composto por três “contínuos”: *continuum urbanização*, *continuum oralidade-letramento* e o *continuum monitoração estilística*. Para este trabalho, admite-se o *continuum de urbanização*, pois este parâmetro representa “um *continuum* horizontal, em que as variedades se distribuem sem fronteiras definidas”, ou seja, “que representa a variação diatópica (rural x urbana)” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 24).

A Figura 1 a seguir ilustra o *continuum de urbanização* com base na mesma autora. Os falantes, por razões diversas, podem situar-se de maneira gradual ao longo do contínuo e posicionar-se nos pólos *rural*, *rurbano* e *urbano* de acordo com as variedades linguísticas que utilizam para comunicar-se:

Figura 1 – *Continuum* de urbanização (BORTONI-RICARDO, 2005)



Fonte: Elaboração da autora com base Bortoni-Ricardo (2005, p. 24).

Os pressupostos anteriormente delineados são de suma importância para este estudo, posto que as unidades léxicas utilizadas pelos falantes para nomear referentes distintos podem fornecer pistas que indicam em quais dos pólos se posicionam (se próximo ao rural ou ao urbano). Além disso, as variações podem ocorrer tanto do ponto de vista geográfico como social em escala gradual dentro do *continuum*. A respeito disso, Bortoni-Ricardo (2005, p. 51) enfatiza que

O *continuum* de urbanização é muito relevante porque as categorias rural e urbano são indispensáveis para se conhecer a realidade do Brasil, país que até meados do século XX tinha uma economia essencialmente rural. Há que se considerar, porém, que nesse *continuum* a propriedade mais funcional é o grau de isolamento da comunidade, que pode ser de natureza geográfica (física) ou social.

No que tange ao nível lexical do português brasileiro, Isquendo (2010, p. 137) argumenta que a partir do século XX, o léxico “foi marcado pelo êxodo rural e o fenômeno da globalização tem contribuído para acelerar imbricamentos entre formas eruditas, populares, tradicionais e modernas, em razão da facilidade de acesso aos meios de comunicação de massa”, o que reflete tanto conservadorismos no sistema lexical como a assimilação de novas formas linguísticas, haja vista que as transformações ocorridas na sociedade brasileira proporcionaram agregações de costumes culturais e linguísticos das populações rurais aos hábitos das populações urbanas, além de uma realidade heterogênea em termos linguísticos, sociais e culturais.

1.9.1 O português falado em São Paulo: um recorte do léxico rural

No caso específico deste estudo, as questões selecionadas do QSL – Questionário semântico-lexical do Projeto ALiB que forneceram o objeto de estudo vinculam-se área

semântica *atividades agropastoris* e remetem elementos do universo rural, bem como contemplam atividades essenciais do homem rural que, atualmente, já não são tão frequentes no cotidiano do espaço rural, já caminhando para o desaparecimento. Na seleção das perguntas partiu-se da hipótese de que os referentes contemplados por essa área semântica poderiam representar um campo fértil para o estudo de traços do léxico rural, além de favorecer a identificação de regionalismos, como já mencionado anteriormente.

As questões 62/QSL/ALiB (picada) e 63/QSL/ALiB (trilho), por exemplo, se reportam a práticas comuns na fase de penetração da população pelo interior do Brasil e do desbravamento dos chamados “sertões”⁷ brasileiros. Durante a penetração nas florestas nativas ainda não exploradas pelo homem branco (conhecidas, até então, somente pelos povos nativos – os índios), muitos “caminhos” eram abertos entre as matas para permitir o avanço territorial e a exploração do território desconhecido.

Como pondera Diégues Junior (1960, p. 45) sobre o povoamento dos interiores brasileiros praticado pelos povos paulistas sudeste adentro entre os séculos XVII e XVIII, “a estrada, menos que o rio [...] é que caracteriza a paisagem dessa área: mas, a estrada de índio, vereda, trilho aberto entre as matas”. O autor ainda complementa que “o rio foi também importante; mas as necessidades dessa penetração estavam melhor relacionadas com a estrada terrestre” (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 45). Justifica-se, pois, a importância dessa atividade para a cultura paulista, em razão de grande parte do Brasil ter sido povoada, inicialmente, por meio de práticas essencialmente manuais, dentre elas, a abertura de novos caminhos e a solidificação das estradas terrestres que fariam ligações entre pontos estratégicos e permitiram a intercomunicação entre os grupos fixados em lugares distintos.

Outro fator de suma importância para a história do Brasil é o aumento do fluxo imigratório a partir dos séculos XVIII e XIX motivado pela necessidade de mão-de-obra para o trabalho rural. Esse período foi fortemente marcado pelo exercício de atividades rurais manuais em uma economia baseada na agricultura tradicional. Segundo dados disponíveis pelo IBGE (2006, p. 33):

Com a abolição formal da escravatura em 1888 e a carência decorrente de mão-de-obra agrícola, um esforço de recrutamento de trabalhadores estrangeiros foi desenvolvido não só pela iniciativa privada como pelos governos federal e estadual, através do subsídio dos custos de transporte para o Brasil. Dessa forma, estima-se que um total de quase 5 milhões de pessoas emigraram para o país entre 1887 e 1957, sendo este contingente formado em cerca de 32% por italianos, 31% por portugueses, 14% por espanhóis e 4% por japoneses.

⁷ Sertões é o nome dado às terras ainda desconhecidas pelos desbravadores nos interiores do Brasil.

Os imigrantes que chegaram ao Brasil nesse período foram os principais protagonistas do fortalecimento do ciclo do café no território paulista, tendo em vista que os imigrantes que se fixavam na região Sudeste dedicaram-se ao plantio e à colheita das lavouras de café. A respeito disso, Mahl (2007, p. 25) esclarece que

Do ponto de vista social, a imigração, no último quarto do século XIX, mudou o panorama étnico brasileiro, principalmente nas zonas cafeeiras. Italianos, espanhóis, alemães e portugueses destacaram-se entre os estrangeiros que inicialmente vieram para as plantações do sudeste, fugindo de guerras políticas, perseguições ou simplesmente buscando, na América, um futuro mais farto e esperançoso.

No contexto do ciclo do café na economia brasileira, particularmente no território paulista, percebe-se a importância da atividade contemplada pela questão 61/QSL/ALiB (diarista, trabalhador que recebe por dia trabalhado), pois, durante esse período, como ressalta Diégues Junior (1960, p. 388), “o sistema de trabalho adotado nas fazendas de café nem sempre é o mesmo em tôdas (sic.) elas; há diversificação”. Como explica o mesmo autor, a forma mais comum de trabalho nesses ambientes era de “diarista”:

A colheita geralmente é feita por tarefa: paga-se determinada quantia por alqueire de 50 litros colhidos. Quando o número de colonos é insuficiente para a “apanha”, admitem-se “turmas de solteiros” para a colheita, os quais se retiram da fazenda quando termina a tarefa. O pagamento, nesse caso, é feito por dia de trabalho (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 388).

Outro fator relevante acerca das expansões cafeeiras paulistas é a problemática gerada pelos meios de transporte da época realizados com o uso de animais que, por sua vez, tornaram-se insuficientes em razão de diversos fatores como altos volumes de mercadorias, estradas precárias, longas distâncias etc.. Tal fato justifica o estudo das questões 54/QSL/ALiB e 56/QSL/ALiB, onde ambas se relacionam tanto com o trabalho manual executado nos ambientes rurais, como por exemplo, o uso do arado para lavrar o solo, como também para transportar as mercadorias para os portos de exportação. A esse respeito Prado Jr (2011, p. 277-278) argumenta o seguinte:

[...] muito sério é o volume das mercadorias, que não podem constituir unidades grandes, ou ultrapassar uma meia carga de peso, pois as cangalhas precisam ser igualmente carregadas de ambos os lados do animal. Em consequência é preciso reduzir ou dividir as mercadorias, quando isto é possível; caso contrário, fica excluída a possibilidade de transporte.

Por fim, como já assinalado ao longo deste trabalho, a língua utilizada por um povo, em especial, o léxico, reflete a sua cultura, seu meio ambiente e os hábitos herdados de gerações passadas. No ramo alimentício, por exemplo, a banana configura-se como um alimento comum da cultura brasileira e consumido em todo território do período colonial até os dias atuais. De acordo com Cascudo (1983, p. 127), estudioso da cultura brasileira,

A fruta mais popular no Brasil é a banana (Musácea). Crua, assada, cozida; com açúcar, canela, doce em calda e a bananada, compacta; assada com queijo, cartola; farinha para as crianças; mingau; tortas. Com mel. Licor. Cozidas acompanham os cozinhados [...] Banana com farinha não é apenas pospasto mas quase refeição. É a fruta íntima e comum, fiel ao pobre, saboreada por todas as idades e paladares. Sem trabalho e sem complicações.

Devido ao fácil cultivo em razão do clima tropical do território brasileiro, o consumo dessa fruta se espalhou por todo o Brasil, tornando-se conhecida e sendo consumida por toda população. Assim, a bananeira representa um importante patrimônio cultural brasileiro do universo rural e é um referente também contemplado pelas perguntas da área semântica *atividades agropastoris*, por meio das questões 42/QSL/ALiB (as partes do cacho da bananeira/ as pencas) e 44/QSL/ALiB (a ponta roxa do cacho da bananeira).

CAPÍTULO 2 – PANORAMA HISTÓRICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Este capítulo apresenta uma breve contextualização histórica, apontando aspectos gerais acerca da formação do estado de São Paulo. Para tanto, são focalizados momentos históricos que contribuíram para a consolidação das diversidades étnicas, culturais e sociais da população paulista, como por exemplo, os processos de ocupação e de povoamento do território, os ciclos econômicos vigentes em diferentes momentos da história, os movimentos de fluxos migratórios, além de características físicas e ambientais dentre outros fatores que auxiliam na investigação das diversidades linguísticas existentes no território paulista.

2.1 Situando a região investigada: processos de ocupação e de povoamento

Como consequência das expedições de expansões marítimas portuguesas, em 1500 houve a chegada dos portugueses ao Brasil. A partir de então, iniciou-se o processo de colonização e de ocupação do território recém descoberto pelos lusos de maneira lenta e diversificada por todas as regiões do país: preliminarmente, a ocupação se manteve nas regiões litorâneas e só mais tarde ocorreu adentramento dos colonos nas regiões interioranas.

As primeiras vilas fundadas em território brasileiro configuravam-se como agrupamentos humanos fixados nas zonas litorâneas. Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra *Raízes do Brasil*⁸, esclarece que as primeiras cidades localizadas no litoral tinham o intuito de facilitar a entrada, o comércio e a defesa da terra (HOLANDA, 2006, p. 99). Foram, pois, nesses contextos que as primeiras cidades e vilas brasileiras se ergueram e, por meio delas, as comunicações com a metrópole portuguesa e as expedições marítimas eram efetuadas com maior facilidade.

Ao tratar da vinda e chegada dos colonizadores no território brasileiro, Fausto (2009, p. 28) relata que:

A 9 de março de 1500, partia do rio Tejo em Lisboa uma frota de treze navios, a mais aparatosa que até então tinha deixado o reino, aparentemente com destino às Índias, sob o comando de um fidalgo de pouco mais de trinta anos, Pedro Álvares Cabral. A frota, após passar as ilhas de Cabo verde, tomou rumo oeste, afastando-se da costa africana até avistar o que seria terra brasileira em 21 de abril.

Todavia, antes da presença dos portugueses, outros grupos humanos já habitavam toda a extensão territorial brasileira. Tanto em regiões denominadas como sertões, que consistiam

⁸ A primeira edição dessa obra foi publicada em 1936. Para este trabalho foi consultada a 26ª edição (2006).

em áreas situadas no interior do país, como na vasta costa litorânea brasileira, viviam habitantes nativos, isto é, populações indígenas de variadas etnias e culturas. Segundo Ribeiro, (1984, p. 19) “o povo que Cabral veio encontrar na costa da Bahia era chamado de Tupiniquim e pertencia à grande família Tupinambá, tronco tupi-guarani, que ocupava quase todo litoral”. A autora também esclarece que no Brasil encontravam-se os povos indígenas denominados Tapuia em detrimento dos Tupi: “essa divisão dos índios do Brasil em *tupi* e *tapuia* prevaleceu por muito tempo e servia para distinguir os grupos do litoral daqueles do sertão”⁹.

Logo no primeiro século de colonização, os europeus se depararam com diversas dificuldades quanto ao alojamento e defesa do território contra invasores estrangeiros. Em decorrência disso, a mando de D. João III, a corte portuguesa implantou o sistema de Capitanias Hereditárias e dividiu o Brasil em quatorze faixas horizontais que foram doadas a doze donatários para explorá-las por conta própria e promover a ocupação de toda a costa, são elas: Maranhão I, Maranhão II, Ceará, Rio Grande, Itamaracá, Pernambuco ou Nova Lusitânia, Bahia de Todos dos Santos, Ilhéus, Pôrto Seguro, Espírito Santos, São Tomé, São Vicente, Santo Amaro e Santana (VIANNA, 1965, p. 67-68). Essas divisões são assim descritas por Ribeiro (1995, p. 86):

As donatárias, distribuídas a grandes senhores, agregados ao trono e com fortunas próprias para colonizá-las, constituíram verdadeiras províncias. Eram imensos quinhões com dezenas de léguas encrestadas sobre o mar e penetrando terra adentro até onde topassem com a linha das Tordesilhas.

Esse sistema, apesar de não ter obtido êxito em sua plenitude¹⁰, representou o primeiro incentivo ao povoamento e exploração do Brasil, bem como inaugurou o processo de formação da base étnica e cultural do povo brasileiro fundamentado na mestiçagem. Além disso, “ao donatário era permitida a concessão de sesmarias aos que quisessem se estabelecer e cultivar a terra, havendo um prazo para o cumprimento do compromisso de torná-la produtiva” (HERMANN, 2007, p. 23). Acerca desse assunto, Vianna (1965, p. 78) argumenta o seguinte:

Se é verdade que alguns lotes então distribuídos não tiveram nem mesmo comêço (sic.) de povoamento, outros, isto é, a maioria, receberam os esforços de seus donatários, fundamentando-se povoações e iniciando-se plantações que, mesmo quando precárias, eficazmente contribuíram para a obtenção do primeiro objetivo que se tinha em vista: impedir o estabelecimento de estrangeiros em zonas

⁹ Para mais informações a respeito dos grupos indígenas por toda extensão territorial, ver *Os povos que o português encontrou* em Ribeiro (1984, p. 19-23).

¹⁰ Segundo Holanda (1989, p. 106), o Governo Geral, criado em 1549, marcou o desfecho da exploração do Brasil por meio da iniciativa particular e propôs a participação direta e intensiva do poder monárquico, ou seja, da Coroa portuguesa.

anteriormente abandonadas. Isto, sem falar nas Capitanias que progrediram, no consenso geral, como Pernambuco e São Vicente.

O estado de São Paulo, espaço geográfico estudado, situa-se na região onde foram instaladas duas capitanias: a Capitania de São Vicente, com limite de Bertioga (SP) a Cananéia/Ilha do Mel (PR), pertencente ao donatário Martim Afonso de Sousa e a Capitania de Santo Amaro, cujos limites aproximados eram de Caraguatatuba (SP) a Bertioga (SP), pertencente ao donatário Pero Lopes de Sousa. Na sequência, são pontuados acontecimentos históricos que contribuíram de forma decisiva na formação população paulista e na exploração econômica do território que compreende o estado.

2.2 Bandeiras e entradas: a exploração do interior paulista

“Humildes como só podiam sê-lo, com tamanha inópia de recursos, foram os primórdios da colonização em terras de S. Vicente”, afirma Taunay (1975, p. 16), ao focalizar São Vicente em *Histórias das bandeiras paulistas*. O início da ocupação das terras vicentinas foi marcado por diversos impasses, elencados por Sodré (1979, p. 109): “donatários ausentes, deficiência de recursos, distância marítima da Metrópole e das zonas consumidoras, estreiteza da baixada, impropriedade do planalto às culturas de exportação, insuficiência demográfica etc.”.

As primeiras iniciativas para a exploração dos sertões de São Vicente ocorreram por meio dos movimentos das entradas e bandeiras. Os vicentinos se deslocavam da costa e avançavam em direção ao interior na busca do apresamento de índios e de metais preciosos numa tentativa de encontrar o “remédio para a sua pobreza” (ELLIS, 1989, p. 277). Além disso, em razão da intensa mobilidade da população das terras de São Vicente, Sodré (1979, p. 112) explica que, durante o primeiro século de colonização e exploração desta área, as relações com populações de países vizinhos influíram na vida dos vicentinos:

As relações com a área espanhola, do Paraguai e, depois, do Prata, e as relações com o núcleo de povoamento da Guanabara [...] são mais intensas do que com a zona pernambucana ou mesmo com a Metrópole, – Cananéia é a porta do Paraguai. Há elementos espanhóis em número relativamente elevado, fixados ou de passagem pela Capitania. (SODRÉ, 1979, p. 112).

No que diz respeito aos avanços da exploração territorial de São Vicente, Ellis (1989, p. 276) pontua que as condições geográficas dos campos de Piratininga favoreciam os deslocamentos das populações em direção ao planalto e enumera três grandes passagens que representaram as diretrizes terrestres dessa expansão: a) a passagem rumo nordeste, pelo vale

do XVII, o bandeirismo se sustentou com o comércio e tráfico de escravos indígenas para fornecimento de mão-de-obra, tendo em vista a impossibilidade de compra de escravos negros vendidos por valores elevados: “a função básica da indiada cativa foi, porém, a de mão-de-obra na produção de subsistência. Para isso, eram caçados nos matos e engajados, na condição de escravos” (RIBEIRO, 1995, p. 99).

Prado Jr (2011) em *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*¹¹ argumenta que o bandeirismo praticado nessa região, que consistia na captura de índios e na busca dos metais preciosos, foi um fator decisivo para a expansão dos interiores:

O bandeirismo predador de índios e prospector de metais e pedras precisas, que abriu caminho, explorou a terra e repeliu as vanguardas da colonização espanhola concorrente; mais tarde, a exploração das minas, descobertas sucessivamente a partir dos últimos anos do século XVII, [...] que fixou núcleos estáveis e definitivos no coração do continente (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso) (PRADO JR., 2011, p. 36).

As expedições de entradas e bandeiras¹² praticadas pelos povos de São Vicente tinham como principal protagonista o mameluco ou brasilíndio que eram indivíduos “gerados por pais brancos, a maioria deles lusitanos, sobre mulheres índias”. Dessa maneira, a figura do bandeirante das expansões territoriais paulistas é representada por esses povos, pois “os portugueses de São Paulo foram os principais gestadores dos brasilíndios ou mamelucos” (RIBEIRO, 1995, p. 106).

É válido salientar ainda que os grupos de bandeirantes vivam sempre em movimento e tinham como objetivo o ataque às reduções jesuíticas¹³ para saquear seus bens e escravizar os seus índios. “O bandeirismo não foi em si mesmo um fator de povoamento, ou de ocupação humana, mas o foi de devassamento do território” (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 239), isto é, de exploração.

Ribeiro (1995, p. 368) também explica que as expedições consistiam em grandes grupos organizados compostos em sua maioria por mamelucos, índios e alguns brancos: “a bandeira transitava pelo sertão toda uma corte de serviçais que carregavam as cargas de mantimentos e utensílios, de índios que caçavam, pescavam e coletavam alimentos, de sertanistas que abriam picadas e estabeleciam rumos”.

¹¹ A primeira edição dessa obra foi publicada em 1942. Para este trabalho foi consultada a edição publicada em 2011 pela editora Companhia das Letras.

¹² O movimento de Entradas configura-se como expedições oficiais organizadas pelo Governo português enquanto o das Bandeiras refere-se a expedições financiadas a partir de iniciativas privadas, geralmente por indivíduos com poder monetário (fazendeiros, comerciantes etc.).

¹³ As reduções jesuíticas eram aldeamentos indígenas liderados por padres jesuítas por toda América. O principal objetivo dessas missões consistia em catequizar e educar os índios nos moldes da cultura cristã ocidental.

Em suma, foram nesses cenários que a população paulista dá início a sua formação no território dos campos de São Vicente. Na sessão seguinte pretende-se contextualizar as atividades econômicas que deram origem aos ciclos que se desenvolveram no estado de São Paulo.

2.3 Do rural ao urbano: atividades econômicas dominantes

Segundo Prado Jr (2011), a organização econômica do Brasil colonial durante os três primeiros séculos fundamentou-se na organização agrária, ou seja, na produção de grandes lavouras destinadas ao comércio exterior somada à agricultura de subsistência de consumo interno da população brasileira. O autor também esclarece que o sistema econômico era constituído por três principais elementos: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo:

Esses três elementos se conjugam num sistema típico, a da “grande exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isso que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social (PRADO JR, 2011, p. 127).

Diante disso, percebe-se que o desenvolvimento inicial do Brasil fundamentou-se em bases essencialmente rurais. Como lembra Diégues Junior (1960, p. 87), “foi pela organização rural que começou o Brasil; antes de possuir cidades, possuiu engenhos, fazendas, sítios”. Durante esse período, as cidades não exerciam influência econômica sobre o país, pois “a população da colônia viveu em sua grande maioria no campo. As cidades cresceram aos poucos e eram dependentes do meio rural” (FAUSTO, 2009, p. 73).

Durante todo o período colonial a superexploração de recursos naturais foi um dos principais fatores que impulsionaram a colonização das terras brasileiras com base na constituição de latifúndios e de práticas predominantemente agrárias, como a exploração do pau-brasil, o cultivo da cana-de-açúcar para os engenhos açucareiros, a produção de itens de subsistência etc. No entanto,

[...] só com a agricultura, a colonização não teria penetrado o interior; e é por isso que até o século XVII os portugueses continuavam a “arranhar o litoral como caranguejos”. São a mineração e a pecuária que tornam possível e provocaram o avanço (PRADO JR, 2011, p. 139).

A descoberta de minas de metais preciosos no interior do território inaugurou o início de um novo momento do país. Conforme destaca Sodré (1979, p.133) “a mineração brasileira é um fenômeno do século XVIII. Já nos fins do século XVII, divulgaram-se as primeiras

descobertas”. A partir de então, as explorações das minas foram se expandindo e provocando o deslocamento das populações rumo ao interior do Brasil, atraindo gente de todas as regiões brasileiras, inclusive de estrangeiros.

Com a crescente procura de metais preciosos erguiam-se rancharias¹⁴ passageiras em determinadas regiões para pousos e alojamento dos mineradores. Esgotados os metais preciosos, em razão da desvalia da terra, essas estruturas eram abandonadas pelos mineiros, que partiam junto com seus escravos em busca de novas terras auríferas para explorações. Contudo,

[...] alguns daqueles pousos se estabilizaram, tornando-se arraiais e vilas capazes de prover, além de mercadorias, também necessidades da região e da população. Assim se constitui, com extraordinária rapidez, a base do que viria a ser uma vasta e próspera rede urbana (RIBEIRO, 1995, p. 375).

Apesar do impacto econômico e estrutural que o ciclo do ouro proporcionou ao cenário brasileiro, o rápido esgotamento das minas e a falta de recursos teriam ocasionado a rápida decadência desse ciclo. O surto da mineração foi um período breve na economia colonial, posto que, como alude Prado Jr (2011, p. 179), “chega-se assim, no alvorecer do século XIX, a um momento em que já se tinham esgotado praticamente todos estes depósitos de superfície na vasta área em que ocorreram. A mineração sofre então o seu colapso final”. Desse momento em diante, a paisagem urbanística das regiões mineiras, antes calcada na riqueza, começa a modificar-se dando lugar à pobreza.

Várias foram as transformações que a mineração trouxe para o Brasil colônia, dentre elas, o surgimento dos primeiros núcleos de povoamento estáveis nas regiões centrais brasileiras, incluindo o interior do estado de São Paulo. Sodré (1979, p. 139) enumera as principais transformações ocorridas com o advento do ciclo da mineração como o

[...] surto demográfico que então se processou com o deslocamento de parte da população colonial e o fluxo imigratório; a abertura de nova e extensa área de povoamento; o conhecimento amplo da terra, com as penetrações, devassando quase totalmente o Brasil [...]; as ligações internas e a circulação terrestre que correspondem aos roteiros da região mineradora a São Paulo, ao Rio de Janeiro, a Goiás, a Mato Grosso, sem falar no longo roteiro para a zona platina; à criação de novas Capitanias, a de Minas Gerais (1720), e as de Goiás e Mato Grosso (1751); o deslocamento da sede colonial da cidade do Salvador para a do Rio de Janeiro (1763); ao enorme aumento do aparelho administrativo [...] (SODRÉ, 1979, p.139).

Outros importantes momentos para o desenvolvimento urbanístico no Brasil foram a vinda da Corte Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, para a capital Rio de Janeiro e a Independência do Brasil, em 1822, à medida que provocaram consideráveis transformações

¹⁴ Segundo o verbete original de Aulete (2014) rancharia é o nome dado a um “grupo de ranchos (casas toscas); arranchamento; ranchario; rancheria; povoado pobre: Serra Branca, lembrando uma rancharia de tropeiros”.

econômicas, sociais e culturais no país. Durante os períodos mencionados, muitos imigrantes europeus, italianos, alemães, espanhóis, holandeses, dentre outros, foram atraídos para o Novo Mundo, e os núcleos urbanos passaram a adquirir maior importância, pois:

Com a independência, as funções burocráticas e políticas ganharam novo relevo. As capitais das províncias, quase todas, aliás, situadas no litoral, tornaram-se centros políticos-administrativos importantes, o que daria nova vida a esses núcleos urbanos (COSTA, 2007, p. 242).

De acordo com Petrone (1968, p. 18), somente a partir da última década do século XVIII é que o desenvolvimento da agricultura com fins econômicos no território paulista começa a ganhar força e afirma que “a produção de açúcar, o principal produto de exportação da Capitania, aumentou gradativamente, devido ao incentivo da administração que pôde ser eficaz devido à maior procura do açúcar brasileiro pelo mercado europeu”. Além disso, a mesma autora também ratifica que a partir do século XIX:

A agricultura desenvolveu-se, a produção aumentou em todos os setores, principalmente no açucareiro, São Paulo encontrou definitivamente seu modo de vida na agricultura. A agricultura será responsável pelo aumento da população e pelo acúmulo de capitais que permitirão, primeiro, o aparecimento de grandes engenhos depois, de grandes fazendas de café (PETRONE, 1968, p. 21).

Todavia, apesar do crescimento urbano, o Brasil ainda permanecia em situação econômica agrária exportadora estagnada, baseada na superexploração do trabalho escravo. Outro ponto a ser destacado sobre esse período é a inviabilidade do acúmulo de capital durante todo o domínio colonial em decorrência do monopólio português, o que dificultava ainda mais o avanço econômico.

Só mais tarde, a contar de 1850 em diante, é que os rendimentos provenientes da produção de cana-de-açúcar seriam substituídos pela introdução da monocultura do café e esse cenário começa a modificar-se. A respeito dessa temática, situa-se aqui Diégues Júnior (1960), estudioso brasileiro que se dedicou à observação das diversidades culturais consolidadas por todas as regiões do Brasil. O autor elenca dez regiões culturais brasileiras, delimitadas segundo “um conjunto ecológico de pessoas, aproximadas pela unidade das relações espaciais da população, da estrutura econômica e das características sociais, dando-lhe em conjunto, um tipo de cultura” (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 6), que são: nordeste agrário, mediterrâneo pastoril, Amazônia, mineração, centro-oeste, pastoril extremo sul, colonização estrangeira, café, cacau e sal. A área coberta pelo estado de São Paulo, segundo Diégues Junior, situa-se na região do café.

Inicialmente, a incorporação da produção do café no Brasil processou-se em território fluminense e, só mais tarde, com o sucesso das exportações e o crescimento da demanda, é

que a produção desse produto se espalhou por toda província de São Paulo. Influenciada pelo Vale do Paraíba, as lavouras de café se expandiram até atingir o Oeste paulista e imediações vizinhas como Paraná e Minas Gerais (RIBEIRO, 1995, p. 394-395). Durante esse primeiro momento, os cuidados com as lavouras eram manipulados por braços escravos remanescentes dos antigos engenhos açucareiros e da mineração.

Não é demais lembrar que a penetração do café na região sudeste brasileira no século XIX coincidiu com diversos momentos da história, como aponta Fragoso (1990):

Temos a abolição do tráfico atlântico de escravos, a implantação do Código Comercial e a Lei de Terras no mesmo ano de 1850, a Lei de Hipotecas em 1864 e, ainda na segunda metade do século XIX deu-se o crescimento das estradas de ferro e a instauração de um verdadeiro sistema bancário. Em 1888, o trabalho escravo seria abolido. Em nível internacional nota-se a efetivação da hegemonia do capitalismo, com o incremento da concorrência intercapitalista (aparecimento de novas potências industriais, como Alemanha e Estados Unidos) e o início da formação do capital monopolista (FRAGOSO, 1990, p. 162).

Apesar dos fatos históricos mencionados anteriormente, o modelo econômico cafeeiro inicial não se enquadrava nesses moldes. Como ressaltado pelo mesmo autor, esperava-se que, nessas regiões, “principalmente o novo Oeste paulista, a fazenda de café recorresse ao trabalho livre e assalariado. Entretanto, não é isso que ocorre” (FRAGOSO, 1990, p. 162).

A abolição do tráfico negreiro em meados do século XIX e a consequente diminuição de aquisição de novos escravos diante da crescente necessidade de mão de obra levaram os cafeicultores a recorrerem ao recrutamento de estrangeiros com base no regime de parceria para a substituição da mão de obra escrava nos cafezais. A introdução do imigrante como nova leva de mão de obra ocorreu dentro dos moldes anteriores dominantes do sistema escravocrata, o que gerou diversos conflitos entre fazendeiros e colonos.

Costa (2007), em sua obra *Da Monarquia à República*, discorre a respeito das desvantagens as quais os colonos eram submetidos no regime de parceria. Segundo a autora, esses povos eram submetidos a diversos prejuízos tais como: a entrega da metade dos gêneros alimentícios produzidos para sua subsistência ao fazendeiro; contagens da moeda e imposição de juros desonestos e desfavoráveis, pois as leis da justiça da época regiam a favor dos fazendeiros; o endividamento que recaía sobre os próprios estrangeiros com os gastos das passagens financiadas até a chegada à fazenda; condições precárias de moradia; produtos comercializados nas fazendas a preços altos, em virtude da impossibilidade de serem adquiridos fora das fazendas, entre outros (COSTA, 2007, p. 218-219). Ainda a respeito dos prejuízos enfrentados pelos estrangeiros, Spindel (1979, p. 58) pontua que

Fica evidente, pois, que as normas que regiam as relações de trabalho entre colonos e o senhor do café – “parceria de endividamento” – eram altamente desfavoráveis ao

imigrante, na medida em que os submetiam a uma elevada taxa de exploração, único meio de retirar essa mão-de-obra a mesma rentabilidade obtida do escravo.

O descontentamento progressivo entre colonos e fazendeiros e as discórdias causadas com as insatisfações propiciaram os primeiros passos da transição do modelo econômico agrário baseado no sistema escravista e servil, antes dominante, para a introdução do trabalho livre assalariado e do capitalismo. “A preferência dos fazendeiros voltava-se, a partir de então, para outras fórmulas, em geral baseadas num sistema de salários fixos e outras compensações” (COSTA, 2007, p. 226).

Dentre os diversos contingentes de imigrantes que vieram ao Brasil, como os espanhóis, alemães, portugueses etc., destacam-se, no estado de São Paulo, os italianos por representarem maior parte da população imigrante que residia nas fazendas de colonato. De acordo com Truzzi (2016, p. 21), “na era das migrações em massa, dos mais de quatro milhões de imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1888 e 1939, os italianos representam o maior grupo, perfazendo 34% dos ingressados no país”. Além disso, segundo esse mesmo autor, entre os anos de 1886 e 1900, os italianos representavam 57% de todos os imigrantes que entraram no Brasil (TRUZZI, 2016, p. 21).

A crescente demanda de exportação de café exigia colheitas de safras cada vez maiores. Devido a isso, como medidas para a resolução dos problemas que envolviam o transporte foram feitos investimentos públicos e, sobretudo, privados para construções das primeiras estradas de ferro situadas na sua maioria em pontos estratégicos do território paulista com o intuito de facilitar o transporte do café até os portos.

As ferrovias representaram um avanço para a interligação entre o interior e a capital paulista, garantindo maior mobilidade de mercadorias e de pessoas, bem como provocou o desenvolvimento das cidades que localizadas às margens das vias férreas:

A ferrovia, primeira grande indústria do Estado de São Paulo, significou muito mais que uma inovação nos meios de transporte; foi, na realidade, o marco de uma grande mudança de processo na organização produtiva do café, na passagem do sistema mercantil-escravocrata para a organização capitalista de produção (SPINDEL, 1980, p. 42).

O cultivo do café elevou a província de São Paulo à posição de maior economia brasileira e o crescimento do acúmulo de capital proveniente dessa cultura foi fundamental para o surgimento de uma elite econômica: os conhecidos como Barões do café. O crescimento significativo das cidades passou a atrair o prestígio social da burguesia cafeeira e a capital São Paulo passa a ser vista como cidade cosmopolita. A elite paulistana, em um primeiro momento, firma-se às atividades agrícolas, e só a partir do século XX começa a se

desenvolver uma burguesia urbana devido ao surgimento das indústrias, fortalecimento do comércio e dos meios de comunicação de massa.

A capital torna-se, logo, o centro das aspirações modernizadoras desses grupos sociais ligados à cafeicultura. Surgem movimentos ligados às artes, principalmente pintores e escritores, que tratam de colocar a cidade em contato com os movimentos culturais europeus, refletindo um estilo de vida burguês que contrastava com a pobreza e a desigualdade social, problema que, mesmo a recém fundada república, foi incapaz de resolver. A própria cidade de São Paulo tornou-se ícone de desenvolvimento, exemplo e motivo de admiração, orgulho e modelo a ser seguido pelas cidades do interior do Estado (MAHL, 2007, p. 27).

Assim, à medida que os centros urbanos alcançavam sua própria autonomia e fortaleciam seus mecanismos industriais, foram se edificando, atraindo novos membros e ganhando complexidade. Nesse contexto, a cidade tornou-se um polo atrativo e passa a ser “vista como um lugar onde é possível ascender social e economicamente, onde os rígidos controles sociais do meio rural inexistem e onde é possível dar vazão às aptidões e vocações individuais” (OLIVEN, 2009, p. 2).

O crescimento urbano acelerado gerou a redistribuição da população campestre que passou a migrar para as cidades. O aumento significativo da procura pelo meio citadino atraiu populações de todas as classes: os burgueses, imigrantes comerciantes, nativos livres não só dos interiores da própria região sudeste, como também de outras regiões brasileiras, como é o caso das grandes levas de migrantes nordestinos que se direcionaram para a região Sudeste brasileira.

Esse fenômeno de êxodo rural que intensificou o fluxo migratório direcionado aos grandes centros urbanos gerou disparidades entre as populações urbanas e rurais, uma vez que os indivíduos recém chegados às cidades traziam seus hábitos característicos de sua origem. A população rural, dessa maneira, passou a compor grupos estigmatizados, de baixa classe social acabando por ser marginalizada e pertencer aos grupos proletariados subjugados em relação à elite letrada dominadora do capital. Wirth (1967), ao abordar essa temática, argumenta que

[...] a influência histórica é reforçada pela circunstância da população da cidade em si ser recrutada, em larga escala, do campo, onde persiste um modo de vida remanescente dessa forma anterior de existência. Consequentemente não devemos esperar encontrar variação abrupta e descontínua entre tipos de personalidades urbana e rural. A cidade e o campo podem ser encarados como dois pólos em relação aos quais todos os aglomerados humanos tendem a se dispor. (WIRTH, 1967, p. 90-91)

Pelo exposto, é possível perceber que o processo de urbanização no Brasil, sobretudo no estado de São Paulo, acarretou drásticas difusões socioculturais entre os povos. Nessa região, a partir do final do século XIX, a paisagem urbana ganhou força e os interesses

diversos grupos das populações citadinas impulsionaram o fortalecimento desses espaços com construções de diversos edifícios, como cinemas, teatros, hotéis, escolas etc. Além disso, como lembra Costa (2007, p. 258), também “cresceu o número de escolas, aumentou o índice de alfabetização. Na cidade de São Paulo, por exemplo, o índice de alfabetização que andava próximo aos 5%, em 1835, atingia 35%, em 1872, e 45% em 1887”.

Na transição do século XIX para o XX também ocorre o aparecimento das indústrias que “tenderam a se localizar nos principais núcleos urbanos nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde [há] a concentração de mão-de-obra e capitais e a existência de um mercado relativamente desenvolvido, bem como de uma infraestrutura de transportes” (COSTA, 2007, p. 260).

Em suma, a formação e todo território paulista é proveniente de diversas transições e mudanças, como: a transição de uma sociedade escravocrata para capitalista; o fortalecimento e crescimento de atividades econômicas e industriais; a expansão dos centros urbanos e o aparecimento dos meios de comunicação de massa e da globalização; do êxodo rural em grande escala etc..

Fica evidente, dessa forma, que atualmente a rede urbana paulista encontra-se híbrida e complexa e abriga uma ampla diversidade sociocultural, assunto a ser discutido na sessão a seguir.

2.4 As diversidades socioculturais no estado de São Paulo

O antropólogo Darcy Ribeiro (1995), baseando-se em confluências étnicas que delimitam as variantes culturais brasileiras, divide o Brasil em cinco brasis na história: o Brasil crioulo, Brasil caboclo, Brasil sertanejo, Brasil caipira e Brasis sulinos: gaúchos, matutos e gringos. A cultura caipira, segundo por Ribeiro (1995, p. 272) é relacionada à “população das áreas de ocupação dos mamelucos paulistas, constituída, primeiro, através das atividades de preia, de índios para a venda, depois, da mineração de ouro e diamantes e, mais tarde, com as grandes fazendas de café e industrialização”, logo, diz respeito à variante cultural correspondente ao estado de São Paulo.

Antes da expansão cafeeira por toda região Sudeste, sobretudo, no território paulista, os nativos livres denominados como os caipiras possuíam sua cultura e seu modo próprio de vida baseado na produção de itens de subsistência, sem vida econômica ativa. Com a introdução da economia do café, o paulista proveniente dessa fusão étnica, somado aos ex-

escravos e migrantes de outras regiões, não se incorporaram ao novo sistema mercantil vigente nas fazendas, uma vez que, ao passo que as plantações de café avançavam, os nativos livres eram obrigados a abandonar suas terras e se alojarem em territórios cada vez mais distantes das grandes fazendas de café dando lugar para os imigrantes. Como solução para isso, instalavam-se em terras por meio da parceria, como meeiros, ou simplesmente como posseiros invasores em busca de sobrevivência (RIBEIRO, 1995, p. 388). Fugiam, por sua vez, da submissão ao trabalho imposto pela fazenda e resistiam para manter sua cultura de subsistência:

É-lhes impossível, todavia, integrar-se nesses novos estilos de consumo, pela estreiteza da própria estrutura social em que estão inseridos, fundada na propriedade latifundiária, incapaz de melhorar as condições de vida da massa de parceiros e, também, de incorporá-los no trabalho assalariado. Caem, assim, na condição de trabalhadores eventuais, os bóias-frias (RIBEIRO, 1995, p. 392-393).

A mão de obra fundamentada no trabalho assalariado é destinada ao imigrante, conforme já assinalado anteriormente. Aos nativos paulistas, ex-escravos e migrantes de outras regiões, sobretudo do Nordeste, eram destinados trabalhos complementares, como a derrubada das matas antes do plantio do café e em épocas de colheita, quando a demanda de mão de obra aumentava. Em razão disso, a mobilidade espacial desses grupos da cultura nativa da região era elevada, pois seus deslocamentos também acompanhavam a “marcha do café” rumo ao oeste do estado de São Paulo. De acordo com Silva e Menezes (2007, p. 1),

Finda a escravidão, houve, além da força de trabalho estrangeira, a vinda de migrantes dos estados do Nordeste, e Minas Gerais se caracterizou pelos diaristas, denominados camaradas, cujas funções eram diferenciadas daquelas dos colonos imigrantes. De modo geral, a presença desses trabalhadores, como parceiros, meeiros, diaristas, foi constante em toda a fase da economia cafeeira. Muitos residiam com a família nas unidades cafeeiras durante o período do contrato de trabalho e em seguida se deslocavam para outras propriedades.

Só mais tarde, com o desenvolvimento econômico e social das cidades, é que esse o cenário começou a modificar-se. Tanto os nativos livres, como os imigrantes passaram a incorporar-se ao trabalho assalariado e/ou a buscar os centros urbanos.

As peculiaridades socioculturais características da sociedade paulista decorreram do lento processo de ocupação e povoamento do território e, inicialmente, da mestiçagem de etnias (do branco e do indígena) que contribuíram para que as populações desenvolvessem modos de vida próprios, ao mesmo tempo que delimitaram as principais atividades exercidas por elas como a cultura de subsistência remanescente das práticas indígenas. Mais tarde, a presença do imigrante também resultou na incorporação de novos costumes na vida da

população e durante o longo período que abrangeu a transição de uma sociedade rural para a urbana, esse novo sistema de vida se difundiu e incorporou-se à sociedade paulista.

Em síntese, o tipo humano paulista contemporâneo é proveniente de todos os fatos mencionados e, em muitas regiões, sejam elas afastadas ou não dos centros urbanos, ainda se mantém, mesmo que escassamente, modos de vida, hábitos e costumes remanescentes de gerações passadas, ou seja, de vestígios da cultura caipira baseada na vida agrária de subsistência. Considera-se ainda que diversos fatores como a urbanização e o consequente acesso à escolarização, somados e o aos meios de comunicação e avanços tecnológicos têm influenciado a vida da sociedade atual como um todo, funcionando como uma espécie de nivelamento que contribui, cada vez mais, para o apagamento da cultura caipira em detrimento da vida moderna.

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este capítulo discute os pressupostos teórico-metodológicos adotados para a pesquisa. Primeiramente é realizada uma breve contextualização da metodologia do Projeto ALiB. Na sequência, a pesquisa é contextualizada por meio de apontamentos sobre o *corpus* selecionado para estudo (perguntas do questionário), rede de pontos da região estudada e perfil dos informantes. Por fim, são apresentados os critérios adotados para o agrupamento e sistematização dos dados, bem como os de elaboração de cartas linguísticas, além da proposta de análise.

3.1 O Projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil

Fruto da retomada de uma das tarefas atribuídas à Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, por meio do Decreto nº 30.643 de 20 de março de 1952, a proposta de projeto de um atlas linguístico nacional nasce, em 1996, por iniciativa da eminente dialetóloga brasileira Suzana Cardoso, apoiada por uma equipe da UFBA e de dialetólogos de diversas regiões do Brasil que assumiram o compromisso com esse projeto que tem “por meta a realização de um Atlas geral no Brasil no que diz respeito à realidade da língua portuguesa” (CARDOSO, 2009, p. 162).

O Projeto ALiB é coordenado por um Comitê Nacional composto até 2016 pelos pesquisadores: Suzana Alice Marcelino Cardoso (UFBA), diretora presidente, Jacyra Andrade Mota (UFBA), diretora executiva, e por diretores científicos das regionais do Projeto ALiB: Maria do Socorro Silva de Aragão (UFCE): regional Ceará; Vanderci de Andrade Aguilera (UEL): regional Paraná; Aparecida Negri Isquerdo (UFMS): regional Mato Grosso do Sul; Abdelhak Razky (UFPA): regional do Pará e Felício Wessling Margotti (UFSC): regional Santa Catarina. A partir do ano de 2016, quando foram comemorados os 20 anos do Projeto ALiB, foi acrescido mais um diretor adjunto em cada regional: Silvana Soares Costa Ribeiro (UFBA); Conceição Maria de Araújo (UFMA); Fabiane Cristina Altino (UEL); Regiane Coelho Pereira Reis (UFMS); Marilúcia Barros de Oliveira (UFPA) e Valter Pereira Romano (UFLA). Em decorrência do falecimento da diretora presidente, Suzana Alice Cardoso Marcelino, em 02 de maio de 2018, que presidiu o Comitê desde a sua formação, assumiu a presidência Jacyra Andrade Mota, até então diretora executiva, função que passou a ser

exercida por Silvana Soares Costa Ribeiro tendo como adjunta Marcela Moura Torres Paim (UFBA).

O desafio de elaboração de um atlas linguístico brasileiro capaz de cobrir toda extensão territorial do Brasil já se encontra em vias de concretização, pois já publicaram-se os volumes I e II do ALiB em outubro de 2014 (CARDOSO *et al*, 2014a; 2014b) e outros volumes estão em fase de finalização. Os estudos vinculados ao Projeto Atlas Linguístico do Brasil baseiam-se nos pressupostos teóricos e metodológicos da Dialetoлогия pluridimensional e da Geolinguística.

O *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil é composto de dados geolinguísticos, documentados por meio dos procedimentos metodológicos da Geolinguística: a partir da definição de uma rede de pontos e com o auxílio de um único questionário linguístico, realizaram-se inquéritos linguísticos com informantes selecionados segundo os perfis estabelecidos. Os dados foram documentados por meio de entrevistas orais realizadas *in loco* pela equipe de pesquisadores do projeto e posteriormente transcritos.

A rede de pontos do Projeto ALiB é composta por 250 localidades, incluindo cidades de interior (225) e capitais (25) dos diferentes estados da Federação, distribuídos pelas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. Os pontos de inquéritos foram selecionados pela equipe de pesquisadores segundo critérios como densidade demográfica, distribuição geográfica, aspectos históricos e culturais das regiões linguísticas investigadas.

O projeto inquiriu um total de 1.100 informantes por toda extensão territorial que atenderam ao perfil estabelecido pelo Projeto ALiB. Para fins de controle de variáveis sociais, foram consideradas o sexo, a idade e a escolaridade para documentar a língua portuguesa na modalidade falada em território nacional, daí a importância de os informantes serem naturais da mesma região linguística investigada e se enquadrarem nos perfis estabelecidos.

Os informantes do interior e das capitais possuem perfis distintos. Atendendo ao critério diatópico todos os inquiridos devem ser nascidos na localidade com pais oriundos da mesma região linguística. Em termos de variáveis sociais foram entrevistados informantes do sexo masculino e feminino, de duas faixas etárias (Faixa I: 18 a 30 anos; Faixa II: 50 a 65) e com escolaridade máxima Ensino Fundamental incompleto, para o interior e com esse grau de ensino acrescido curso universitário para as capitais. Segundo esses critérios foram entrevistados quatro informantes nas localidades do interior e oito nas capitais. O Quadro 1 a seguir apresenta o perfil dos informantes das localidades do interior:

Quadro 1 – Perfil dos informantes do interior do Projeto ALiB

Informante	Escolaridade	Faixa etária	Sexo
1	Ensino fundamental incompleto	18 a 30 anos	Masculino
2	Ensino fundamental incompleto	18 a 30 anos	Feminino
3	Ensino fundamental incompleto	50 a 65 anos	Masculino
4	Ensino fundamental incompleto	50 a 65 anos	Feminino

Fonte: Elaborado pela autora

A coleta de dados para o *corpus* do ALiB foi realizada com o auxílio do Questionário Linguístico do Projeto ALiB (COMITÊ NACIONAL, 2001) estruturado em sete partes e que reúne três tipos de questionários: o QFF – Questionário Fonético e Fonológico; o QSL – Questionário Semântico-Lexical e o QMS – Questionário Morfossintático, conforme especificado no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Estrutura do Questionário Linguístico do Projeto ALiB.

Estrutura do Questionário Linguístico do Projeto ALiB	Questões
QFF – Questionário fonético-fonológico	159 perguntas sendo 11 questões de prosódia
QLS – Questionário Semântico-lexical	202 perguntas
QMS – Questionário morfossintático	49 perguntas
QP – Questões de pragmática	Quatro perguntas
TDS – Temas para discursos semidirigidos	Quatro temas – relato pessoal, comentário, descrição e relato não pessoal
PM – Perguntas metalinguísticas	Seis perguntas
TL – Texto para leitura	“Parábola dos sete vimes”

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Linguístico do ALiB (COMITÊ NACIONAL, 2001).

O Projeto ALiB tem como objetivos: a) documentar a realidade linguística de todo território nacional, estabelecendo isoglossas com vistas a traçar as divisões dialetais nacionais; b) examinar os dados linguísticos relacionando-os com outras áreas do conhecimento como História, Sociologia, Antropologia etc.; c) colaborar com os estudos lexicográficos e para o entendimento da língua como instrumento social de comunicação (CARDOSO; MOTA, 2012, p. 859). Os atlas linguísticos mapeiam os diversos falares de uma determinada língua, evidenciando diversidades fonéticas, lexicais, morfossintáticas e, no caso do ALiB, além da variação espacial, também contempla variáveis sociais (sexo, escolaridade e idade). A seguir, pretende-se expor o *corpus* selecionado para estudo extraído do banco de dados do Projeto ALiB.

3.2 A constituição do *corpus* desta pesquisa

Este estudo analisou um recorte de dados inéditos extraídos de um *corpus* maior – o Banco de Dados do Projeto ALiB. Foram selecionadas para estudo as 37 localidades da rede de pontos do ALiB que cobrem o interior do estado de São Paulo, somando um total de 148 inquéritos realizados com informantes que atendem ao perfil estabelecido pelo Projeto ALiB para o interior. Essa escolha se justifica pela necessidade de estudos com dados dessa Unidade da Federação ainda pouco explorada pela equipe do Projeto ALiB.

Um dos objetivos deste trabalho consiste em identificar possíveis áreas dialetais no território paulista. É importante registrar que o estado de São Paulo abriga o maior número de pontos na rede do Projeto ALiB em relação à rede de pontos das demais Unidades da Federação, em virtude da sua alta densidade demográfica. Considerando a dimensão e a distribuição dos pontos optou-se por analisar os dados segundo as mesorregiões que dividem, geograficamente, o estado. Na sequência, a Figura 3 apresenta o mapa do espaço investigado com a delimitação das 15 mesorregiões administrativas (IBGE) que compõem essa faixa de território do Brasil. O mapa foi editado por João Pedro de Figueiredo por meio do software AutoCAD, sob a supervisão e revisão da autora deste trabalho:

Figura 3 – Mesorregiões geográficas do estado de São Paulo/IBGE

Fonte de dados: IBGE (2015). Adaptado para este trabalho. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2015/UFs/SP/

O Quadro 3 a seguir reúne as 37 localidades investigadas, agrupadas segundo as 15 mesorregiões a que pertencem. O critério de numeração dos pontos adotado pelo Projeto ALiB segue a ordem da direita para a esquerda e de cima para baixo, por isso essa numeração não aparece na sequência cronológica no referido quadro, pois foram agrupados segundo a mesorregião que pertencem:

Quadro 3 – Distribuição de pontos do ALiB/SP segundo as mesorregiões paulistas (IBGE).

MESORREGIÃO	PONTO DO ALIB	MESORREGIÃO	PONTO DO ALIB
São José do Rio Preto (M1)	150. Jales 151. Votuporanga 152. São José do Rio Preto	Marília (M9)	166. Marília
Ribeirão Preto (M2)	153. Barretos 154. Franca 157. Ribeirão Preto	Assis (M10)	169. Assis 170. Bernardino de Campos
Araçatuba (M3)	155. Andradina 156. Araçatuba	Itapetininga (M11)	177. Itapetininga 181. Itararé 182. Capão Bonito 185. Ribeira

Bauru (M4)	167. Bauru 171. Botucatu 158. Lins	Macro Metropolitana Paulista (M12)	178. Sorocaba 174. Bragança Paulista
Araraquara (M5)	163. Araraquara 159. Ibitinga	Vale do Paraíba Paulista (M13)	176. Guaratinguetá 180. Caraguatatuba 175. Taubaté
Piracicaba (M6)	172. Piracicaba	Litoral Sul Paulista (M14)	183. Itanhaém 186. Registro 187. Cananéia
Campinas (M7)	173. Campinas 168. Moji-Mirim 160. Mococa	Metropolitana de São Paulo (15)	184. Santos
Presidente Prudente (M8)	162. Adamantina 165. Presidente Prudente 161. Presidente Epitácio 164. Teodoro Sampaio		

Fonte: IBGE (2010) e Site do ALiB: https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/rede_de_pontos_.pdf

O *corpus* analisado foi documentado com o auxílio do Questionário Semântico-Lexical (QSL), composto por 202 questões de natureza onomasiológica (descreve-se um referente e busca-se as formas lexicais utilizadas pelos informantes para nomeá-lo). O QSL é composto por 14 áreas semânticas: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, atividades agropastoris, fauna, corpo humano, ciclos da vida, convívio e comportamento social, religião e crenças, jogos e diversões infantis, habitação, alimentação e cozinha, vestuário e acessórios e vida urbana.

Para este estudo, foram selecionadas sete questões do QSL, vinculadas à área semântica *Atividades agropastoris* cujo teor contempla referentes comuns ao universo rural. O Quadro 4 traz as sete perguntas selecionadas, distribuídas segundo a área semântica, o número da pergunta e os conceitos expressos no texto das questões selecionadas:

Quadro 4 – Questões do Questionário Semântico-lexical/ALiB selecionadas

Área semântica	Denominações para	Nº da pergunta	Descrição do referente
Atividades agropastoris	“Penca”	42/QSL/ALiB	“... cada parte que se corta do cacho da bananeira para pôr para madurar/ amadurecer”
	“Coração”	44/QSL/ALiB	“... a ponta roxa do cacho da banana”
	“Forquilha”	54/QSL/ALiB	“... armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca”
	“Canga”	56/QSL/ALiB	“... a peça de madeira que vai no pescoço do boi, para puxar o carro ou o arado”
	“Diarista”	61/QSL/ALiB	“... o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho”
	“Picada”	62/QSL/ALiB	“... o que é que se abra com o facão, a foice,

			para passar por um mato fechado”
	“Trilho”	63/QSL/ALiB	“... o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou homem passarem por ali”

Fonte: Elaborado pela autora com base no Questionário Semântico-Lexical (COMITÊ NACIONAL..., 2001, p. 21-37).

3.3 Organização e sistematização do *corpus*: critérios adotados e proposta de análise

Inicialmente foi realizado o levantamento dos dados das questões do QSL selecionadas para o estudo por meio de consultas aos arquivos sonoros e às transcrições das entrevistas do Projeto ALiB, relativas ao interior de São Paulo. Concomitante a isso, foi efetuada a sistematização dos dados em planilhas do Excel, organizadas em colunas na seguinte ordem: região, estado, localidade/ponto, nº da questão, informante, respostas e identificação do (a) responsável pelo levantamento dos dados. Além disso, foi acrescentado o recurso do filtro nas colunas das planilhas que permite selecionar dados segundo critérios específicos, o que favorece uma maior comparabilidade e seleção dos dados. O conjunto de pontos que correspondiam a uma mesma mesorregião foi colorido de maneiras distintas para também facilitar o manuseio dos dados. As unidades lexicais analisadas foram fornecidas por 148 informantes oriundos das 37 localidades do interior de São Paulo, situadas em 15 mesorregiões geográficas paulistas.

Inicialmente, foram contabilizados todo o material bruto coletado por meio da consulta aos inquéritos. A Tabela 1 fornece uma síntese do *corpus* coletado em termos quantitativos:

Tabela 1 – Variantes documentadas e número de ocorrências.

Pergunta	Variantes	Nº de ocorrências
42/QSL/ALiB	5	156
44/QSL/ALiB	9	153
54/QSL/ALiB	5	144
56/QSL/ALiB	6	142
61/QSL/ALiB	9	170
62/QSL/ALiB	8	211
63/QSL/ALiB	8	183
TOTAL	50	1159

Fonte: elaborada pela autora

Para a análise, inicialmente realizou-se o tratamento quantitativo dos dados que foram realizados sob duas perspectivas: i) organização e sistematização dos dados “brutos”, ou seja, a partir do conjunto do total de respostas obtidas para as perguntas, realizou-se a validação e ii) observação do número de ocorrências calculado de acordo com o número de vezes em que a variante foi mencionada pelos informantes. As informações de cunho quantitativo foram sistematizadas em tabelas e gráficos, seguidas de discussões.

Para a validação e agrupamento dos dados coletados foram adotados os seguintes critérios:

- i. Verificação das unidades lexicais que apresentaram maior índice de frequência nas respostas dos informantes.
- ii. Os percentuais de NR (não respostas) foram mantidos para a análise (tabelas e gráficos), pois um dos enfoques é o conhecimento de nomes atribuídos a referentes comuns ao universo rural por falantes do ambiente urbano.
- iii. Agrupamento de variantes lexicais (por ex. formas diminutivas ou aumentativa; flexão de gênero e de número de uma mesma forma lexical).
- iv. Unificação de variações fonéticas que não implicam diatopia e alterações semânticas.
- v. Unidades lexicais compostas e complexas foram agrupadas ao elemento base da variante.
- vi. Em casos pontuais, levou-se em consideração o perfil dos informantes para a validação.
- vii. Consulta às obras lexicográficas Houaiss (2001) e Aulete (2014)¹⁵ para a validação com intuito de verificar a dicionarização das variantes documentadas.

Para a análise das unidades lexicais foi priorizada a distribuição espacial em termos de diatopia, tendo em vista não só a natureza dos dados, como também a importância dessa abordagem para a delimitação da norma lexical. Em casos específicos em que os dados

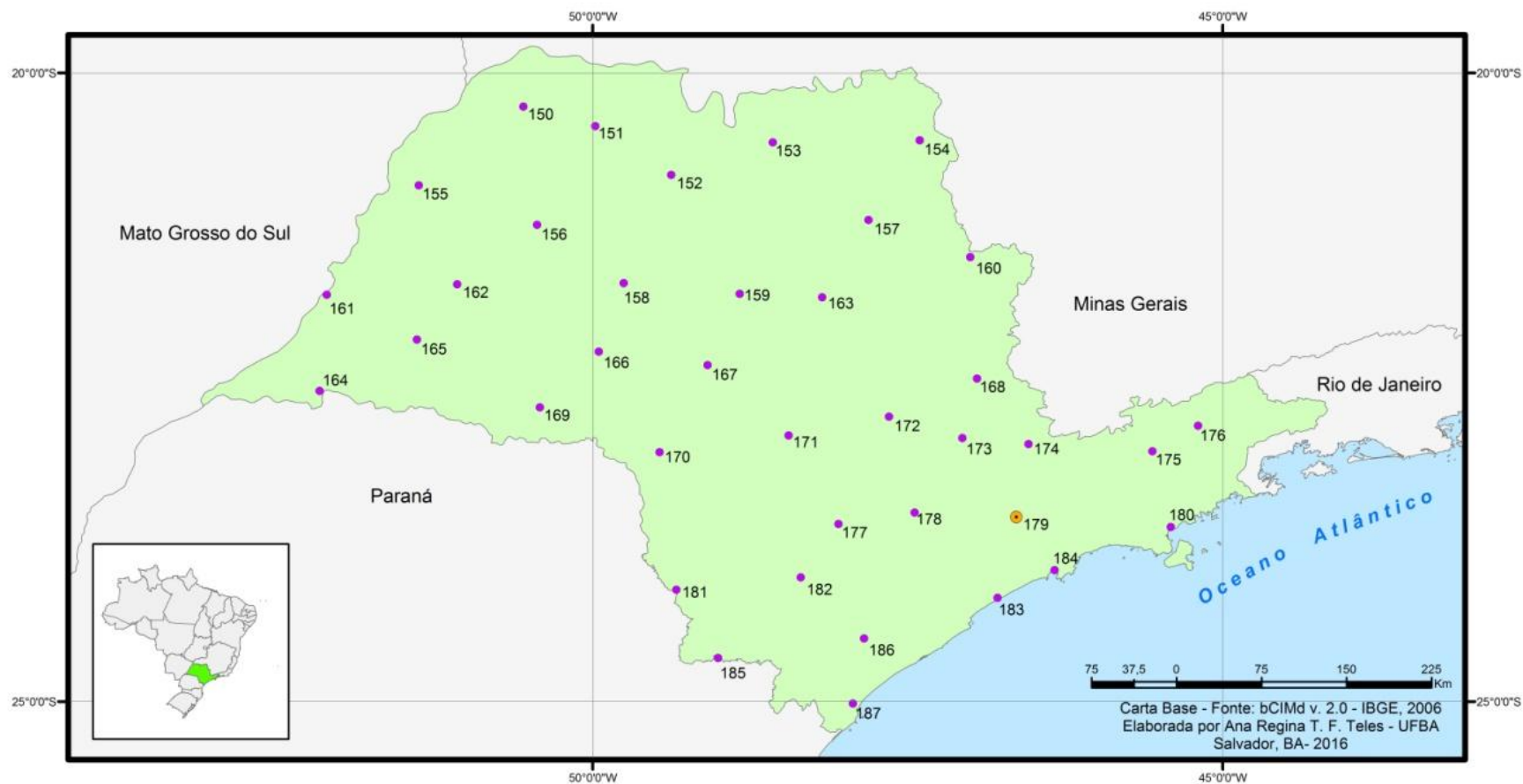
¹⁵ A obra Aulete digital (2014) é formada por dois módulos que compõem dicionários distintos: O verbete original que é “sua versão original, atualizada para o Brasil até a década de 1980, com mais de 200 mil verbetes (os verbetes desse módulo são identificados com o registro de 'verbo original')”; e o verbete atualizado que consiste no “módulo 'atualizado', com 85 mil verbetes com nova e moderna estrutura e visualização, com exemplos e abonações, sinônimos, locuções, informações gramaticais, etimologia, contextualizações (regionalismos, usos, rubricas). Os 85 mil verbetes atualizados para o universo léxico contemporâneo, e os verbetes novos (novas palavras e novos significados para palavras existentes) continuam em constante ampliação e atualização, inclusive com a colaboração dos usuários”. Informações disponíveis na aba “O que é o Dicionário Aulete Digital” em seu site <http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=o_que_e>. Acesso em Junho/2019.

fornececeram informações relevantes em relação às variáveis sociais, como idade ou sexo e demonstram a preferência do uso de determinados itens lexicais em detrimento de outros pelos informantes, estes foram avaliados e discutidos.

Ainda nessa primeira abordagem definida para a discussão dos dados, as variantes lexicais mais produtivas em cada pergunta foram representadas por meio de cartas linguísticas com o objetivo de ilustrar a distribuição espacial dos dados, o que permite a identificação de possíveis áreas dialetais. Os parâmetros utilizados para a cartografia são os mesmos já estabelecidos para o volume do ALiB (CARDOSO et al, 2014b).

As cartas linguísticas foram produzidas pela autora deste trabalho, com o auxílio do software CorelDRAW, a partir da base cartográfica do estado de São Paulo elaborada por Ana Regina Torres Ferreira Teles, membro da Comissão de Informatização e Cartografia do Projeto ALiB que tem como fonte a Base Cartográfica do IBGE (bCIM), versão 2.0 (Figura 4), exposta na sequência:

Figura 4 – Base cartográfica do Projeto ALiB com a delimitação dos pontos do estado de São Paulo utilizada para a elaboração de cartas linguísticas



Fonte: Banco de mapas do Projeto ALiB

Para a produção das cartas linguísticas foram seguidos os seguintes critérios:

- i. Mapeamento das variantes lexicais utilizadas com maior frequência pelos informantes após a validação dos dados (numa escala de no mínimo duas unidades lexicais e no máximo quatro por carta);
- ii. As variantes lexicais de maior produtividade foram mapeadas em cartas linguísticas com indicação dos percentuais de frequência em gráficos no formato de pizza;
- iii. As unidades lexicais de baixa produtividade consideradas como respostas válidas foram agrupadas no item outros na cor branca nas cartas que mapeiam as unidades lexicais mais produtivas;
- iv. As variantes lexicais menos produtivas com maior notoriedade foram mapeadas em cartas linguísticas fenotípicas que “simplificam radicalmente a realidade linguística de um lugar pela redução dos quatro grupos de informantes a um só” (AQUINO; THUN; DIETRICH, 2009, p. XIII) e apontam somente a presença e a ausência da unidade lexical segundo a localidade, considerando que pelo menos um dos quatro informantes conhece a variante lexical em causa;
- v. Utilização da mesma escala de cores estabelecida pelo Projeto ALiB: vermelho, azul, amarelo e verde (do mais produtivo para o menos), o que garante maior uniformidade na representação dos dados.

A segunda etapa da análise dos dados considerou a perspectiva semântica que consiste na investigação das prováveis motivações para as escolhas lexicais, por parte dos falantes, e possíveis manutenções e/ou ampliações no plano de significação de determinadas unidades léxicas. É preciso considerar também que certos itens lexicais, em virtude do desaparecimento referente, caem em desuso.

Para tanto, levou-se em consideração os comentários dos informantes que apresentam explicações detalhadas acerca das suas escolhas lexicais para as consultas em obras lexicográficas de diferentes momentos da história da língua portuguesa, tais como dicionários gerais e regionais, etimológicos, folclóricos, indígenas etc. Em termos de dicionários eletrônicos utilizam-se duas obras: o Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa de Houaiss (2001) e o Dicionário Caldas Aulete (2014), além do Dicionário Aurélio de Ferreira (2004) e das obras lexicográficas disponibilizados na plataforma Brasileira/USP: *Vocabulário Portuguez & Latino*, de Bluteau (1712-1728), e o *Diccionario da língua portuguesa* de Silva (1813). Também considerou-se traços semânticos específicos ou gerais expressos no texto das questões estudadas para o estudos das variantes documentadas.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo é destinado à análise e discussão das unidades lexicais obtidas por meio das perguntas 42, 44, 54, 56, 61, 62 e 63 do Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB. Com base nos critérios estabelecidos no capítulo anterior, apresenta-se inicialmente a face quantitativa dos dados, examinando-se o recorte lexical documentado com base na produtividade das variantes registradas.

Em seguida, os dados são examinados na perspectiva diatópica, buscando-se visualizar a distribuição espacial das unidades lexicais mais produtivas e avaliando outras dimensões sociais, como sexo e idade, quando se mostrarem relevantes em relação às escolhas lexicais dos falantes. Ao final dessa primeira etapa de análise, tem-se a discussão das variantes lexicais sob o viés semântico com vistas a traçar possíveis motivações que levaram os informantes ao uso de determinados itens lexicais em detrimento de outros, como também considera a relação entre léxico, cultura e sociedade com base nos comentários dos informantes entrevistados.

Como já informado, o *corpus* analisado reúne as respostas fornecidas por 148 informantes naturais de 37 localidades do interior de São Paulo, distribuídas em 15 mesorregiões geográficas administrativas. As estruturas das análises se diferenciam em razão de algumas apresentarem características específicas acerca dos dados coletados, conforme o explanado a seguir:

- i. Algumas questões evidenciaram alta produtividade de variantes lexicais, como o atestado nas respostas para as questões 61, 62 e 63/QSL/ALiB e baixo índice de não respostas.
- ii. Outras perguntas, ao contrário, geraram menor índice de variantes lexicais, pois grande parte dos informantes não soube nomear determinados referentes, como ocorreu com as questões 44, 54 e 56/QSL/ALiB.
- iii. Algumas questões se destacaram pela influência de diferenças diastráticas e dessexuais nas respostas fornecidas, como foi observado em relação às perguntas 44, 54 e 56/QSL/ALiB.
- iv. Constatou-se ainda a presença de alta produtividade de itens lexicais de significação genéricos para nomear os elementos contemplados pelas questões 42, 61, 62 e 63/QSL/ALiB.
- v. Averiguou-se casos de uso de um mesmo designativo para nomear elementos distintos ocorreram, em especial, com as perguntas 55, 56, 62 e 63/QSL/ALiB.

Na sequência, apresenta-se a análise dos dados apurados por meio de cada pergunta selecionada para estudo, obedecendo à sequência cronológica das perguntas.

4.1 “Cada parte que se corta do cacho da bananeira para pôr para madurar/amadurecer” – 42/QSL/ALiB.

4.1.1 Abordagem quantitativa

Cinco unidades lexicais foram fornecidas pelos paulistas como resposta para a questão em pauta que, por sua vez, somaram um total de 156 registros, além de quatro casos de não respostas. Dessas denominações, foram validadas como resposta apenas dois itens lexicais, *penca* e *cacho*, que somaram 148 ocorrências no *corpus* por nomearem o referente contemplado pela pergunta. As demais configuram-se como nomes de outros referentes. Os dados “brutos” apurados são apresentados na Tabela 2 com os percentuais de ocorrência de cada unidade léxica registrada:

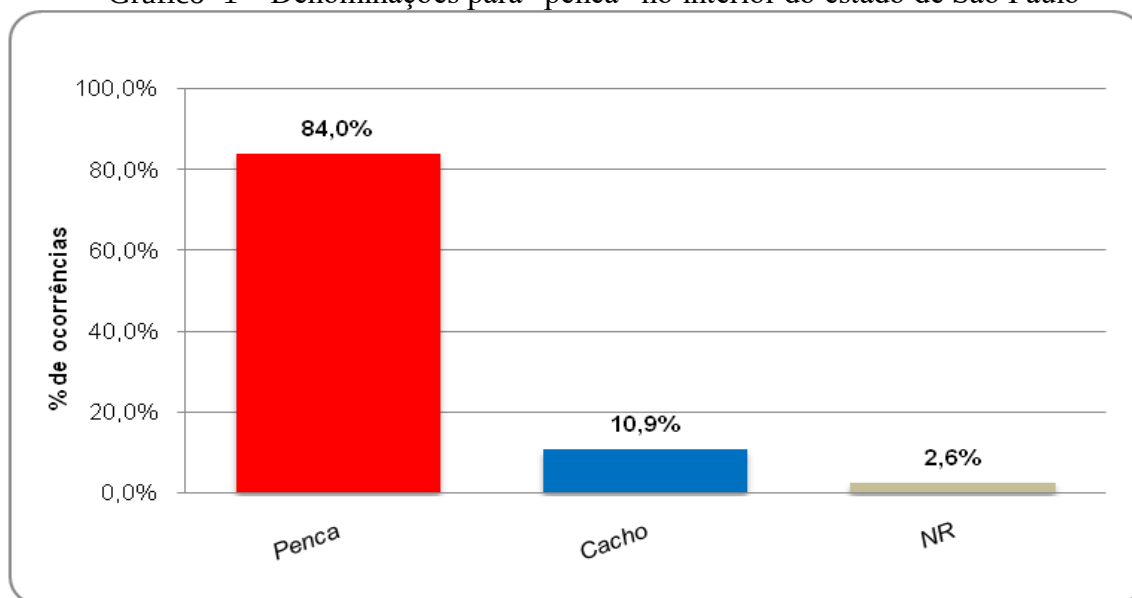
Tabela 2 – Produtividade das denominações para “penca” (42/QSL/ALiB) no interior do estado de São Paulo

Itens lexicais	Ocorrências	Porcentagens
Penca	131	84,0%
Cacho	17	10,9%
Dúzia	2	1,3%
Palmas	1	0,6%
Punhado	1	0,6%
NR	4	2,6%
Total	156	100,0%

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Os itens léxicos *dúzia*, *palmas* e *punhado* devido à baixa representatividade serão examinados detalhadamente na sessão de análise léxico-semântica. À unidade lexical *penca* foram agrupadas outras cinco variantes: *peinca*, *pencas*, *penca da banana*, *penca de banana* e *penha*. A variante lexical *cacho* foi considerada como válida, pois nesse caso há a relação semântica do todo pela parte, ou seja, o uso dessa variante pode ter sido motivado por um processo metonímico. Os dados são demonstrados no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Denominações para “penca” no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

A partir do gráfico comprova-se que o item lexical mais representativo no universo estudado, para nomear a “cada parte que se corta do cacho da bananeira”, é a unidade lexical *penca*, configurando-se como a norma lexical do território investigado, e que o item *cacho* obteve baixa produtividade no mesmo universo.

Além disso, os dados apurados como resposta para a questão 42/QSL/ALiB não demonstraram variações em termos diatráticos, diageracionais, diafásicos e diassexuais. Nesse caso, foi possível perceber certa uniformidade nas respostas fornecidas pelos informantes.

4.1.2 Abordagem diatópica

A Tabela 3 traz o detalhamento da produtividade dos itens lexicais *penca* e *cacho* distribuídos segundo as mesorregiões administrativas do IBGE no estado de São Paulo. Pretende-se observar em quais áreas houve o registro das unidades mais produtivas e se ocorreram por toda extensão territorial investigada:

Tabela 3 – Produtividade das denominações para “penca” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE no interior do estado de São Paulo

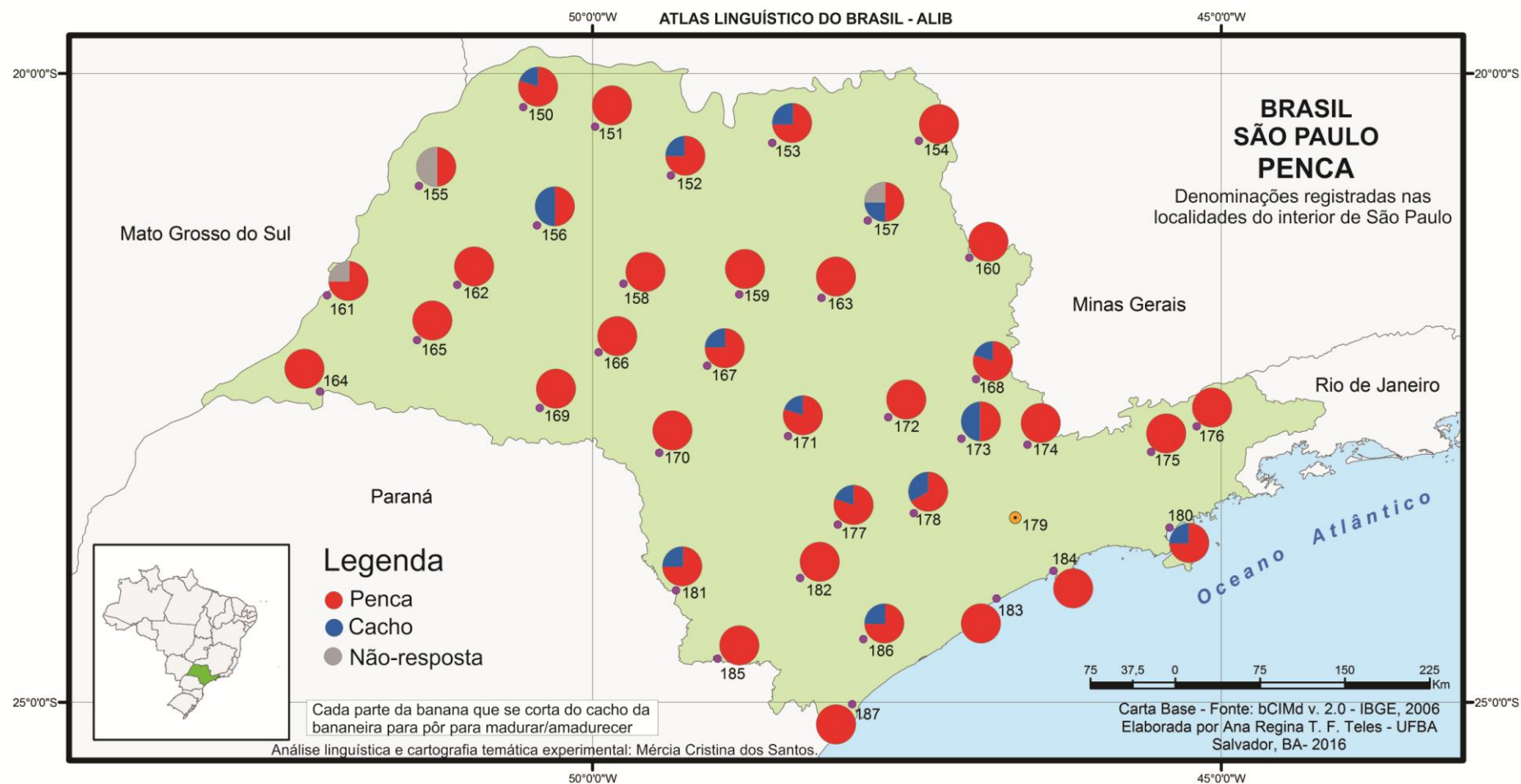
Itens lexicais	Penca	Cacho
Mesorregiões		
São José do Rio Preto	11	2
Ribeirão Preto	10	2
Araçatuba	4	3

Bauru	10	3
Araraquara	8	-
Piracicaba	4	-
Campinas	10	3
Presidente Prudente	15	-
Marília	4	-
Assis	8	-
Itapetininga	14	2
Macro Metropolitana Paulista	5	1
Vale do Paraíba	11	1
Litoral Sul Paulista	11	1
Metropolitana de São Paulo	4	-
Total	131	17

Fonte: banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

A distribuição espacial das unidades lexicais mais produtivas demonstra que o item lexical *penca* foi mencionado em todo território paulista. *Cacho* não foi utilizado como resposta somente em seis mesorregiões: Araraquara, Piracicaba, Presidente Prudente, Marília, Assis e Metropolitana de São Paulo e, apesar desse item lexical ter alcançado baixo percentual de produtividade, foi mencionado na maioria das mesorregiões (em nove delas). Prosseguindo a análise, esses mesmos dados foram mapeados na Carta 1 que visualiza a distribuição das unidades mais produtivas no território investigado:

Carta 1 - Denominações para "penca" mais produzidas mais produtivas no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Os casos em que os informantes não souberam responder a pergunta ocorreram somente em três localidades: Andradina/155, Presidente Epitácio/161 e Ribeirão Preto/157. É possível visualizar que o item lexical *penca* foi mencionado por todo território paulista e que, na maioria dos pontos investigados, houve 100% de ocorrências dessa mesma forma. Já a unidade léxica *cacho* também foi mencionada em praticamente todo o estado de São Paulo, exceto nas áreas que compreendem as mesorregiões Araraquara, Piracicaba, Presidente Prudente, Marília, Assis e Metropolitana de São Paulo.

4.1.3 Abordagem léxico-semântica

Como já demonstrado, a variante lexical *penca* foi a mais produtiva no território que compreende o estado de São Paulo e é definida no dicionário Houaiss (2001) como um “conjunto ou esgalho de frutos ou flores” e “cada um dos grupos frutíferos dos cachos de bananas”; definição similar é apresentada pelo dicionário Aulete (2014): “conjunto de frutos ou flores presos a uma única haste”. Ambas as acepções correspondem ao sentido atribuído à *penca* pelos falantes paulistas. O alto índice do uso de *penca* na área investigada pode estar relacionado ao hábito de se comprar bananas por *penca*.

A forma lexical *cacho*, por sua vez, é definida no dicionário Houaiss (2001) nas acepções de “conjunto de flores ou frutos que brotam muito próximos entre si” e “(‘tipo de inflorescência’).” Aulete (2014) também define a unidade lexical *cacho* como “conjunto de flores ou de frutos dispostos num eixo comum”. O uso dessa denominação pode ter sido motivado por um processo metonímico, como já assinalado anteriormente, além disso, outro ponto que pode ser destacado é que na própria pergunta há a informação “corta do *cacho*” o que também pode ter motivado o uso desse designativo.

Já *dúzia*, segundo o dicionário Houaiss (2001), nomeia um “conjunto de 12 entidades, seres, objetos etc. de igual natureza” e “conjunto de aproximadamente 12 elementos ou unidades”. Em Aulete (2014) está dicionarizada como um “conjunto de doze elementos ou coisas da mesma natureza” e “quantidade insignificante, inexpressiva; alguns, poucos”. Outra unidade léxica apurada foi *punhado*, definida por Houaiss (2001) como “quantidade de (qualquer coisa) contida numa mão”; “quantidade pequena (de algo)” e “quantidade grande (de algo)”, acepções referenciadas por Aulete (2014) como: “quantidade que caiba numa das mãos”; “fig. Quantidade pequena: um *punhado* de heroicos combatentes”, “p.ext. Quantidade grande; PORÇÃO”.

O uso das formas léxicas de baixa produtividade *dúzia* e *punhado*, assim como no caso de *cacho*, também revelam pistas de ausência de familiaridade por parte dos informantes com

o referente nomeado. Essas unidades demonstram como nomeações genéricas foram utilizadas para nomear o referente contemplado pela pergunta 42/QSL/ALiB, pois não denotam características específicas da “parte do cacho”, motivo pelo qual não foram consideradas como válidas. Isto porque no meio urbano o fruto banana também é comercializado por quilo, não sendo necessário o informante atribuir nomes “a cada parte do cacho da bananeira”, valendo-se, para tanto, de nomes que denotam a noção geral de quantidade para nomear o referente em pauta.

Por fim, considerando o fluxo migratório de nortistas para o estado de São Paulo, o item lexical *palmos* (ocorrência única) pode ser considerado como válido, em razão do uso da unidade *palma* para nomear *penca* já ter sido atestada na norma lexical de falantes da região Norte do Brasil em estudos já realizados pelos pesquisadores do projeto ALiB a partir de dados das capitais brasileiras. De igual forma os resultados obtidos pela autora deste trabalho por meio do desenvolvimento do Plano de Trabalho “o léxico do homem urbano das regiões norte e sul do Brasil: em busca de traços do *continuum* rural”, desenvolvido como bolsistas de Iniciação Científica (2015/2016), demonstrou que a unidade lexical *palma* predominante na norma lexical do falar nortista (SANTOS, 2016).

Ao contrário, os dados obtidos como resposta para a questão 42/QSL/ALiB demonstraram que a unidade lexical *penca* revelou-se como a forma predominante no vocabulário dos informantes entrevistados pelo Projeto ALiB no interior de São Paulo, marcando a norma lexical veiculada na área investigada.

4.2 “A ponta roxa do cacho da banana” – 44/QSL/ALiB

4.2.1 Abordagem quantitativa

Como respostas para a questão 44/QSL/ALiB foram apurados 153 registros correspondentes a nove unidades lexicais, incluindo o aferimento de 42 casos de ausência de respostas. As formas consideradas válidas como resposta para a pergunta em exame foram *coração* (33,3%), *umbigo* (30,1%) e *flor* (4,6%) que somaram 104 ocorrências. A Tabela 4 reúne os dados “brutos” e respectivas porcentagens de ocorrência das variantes documentadas.

Tabela 4 – Produtividade das denominações para “inflorescência do cacho da banana” (44/QSL/ALiB) no interior do estado de São Paulo

Item Lexical	Nº absoluto decorrências	Porcentagens
Coração	51	33,3%

Umbigo	46	30,1%
Flor	7	4,6%
Pendão	2	1,3%
Imbira	1	0,7%
Mâmica	1	0,7%
Pião	1	0,7%
Ponta	1	0,7%
Ungaço	1	0,7%
NR	42	27,5%
Total	153	100,0%

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Por se tratar do exame da norma lexical, a análise dos dados centra-se nos itens validados como mais produtivos, excluindo-se, assim, os que obtiveram pouca representatividade ou que não correspondem ao conteúdo da questão. As unidades mais produtivas foram *coração*, *umbigo* e *flor* às quais foram agrupadas as seguintes variantes:

Quadro 5 – Agrupamentos das variantes documentadas para nomear a “inflorescência do cacho da banana”

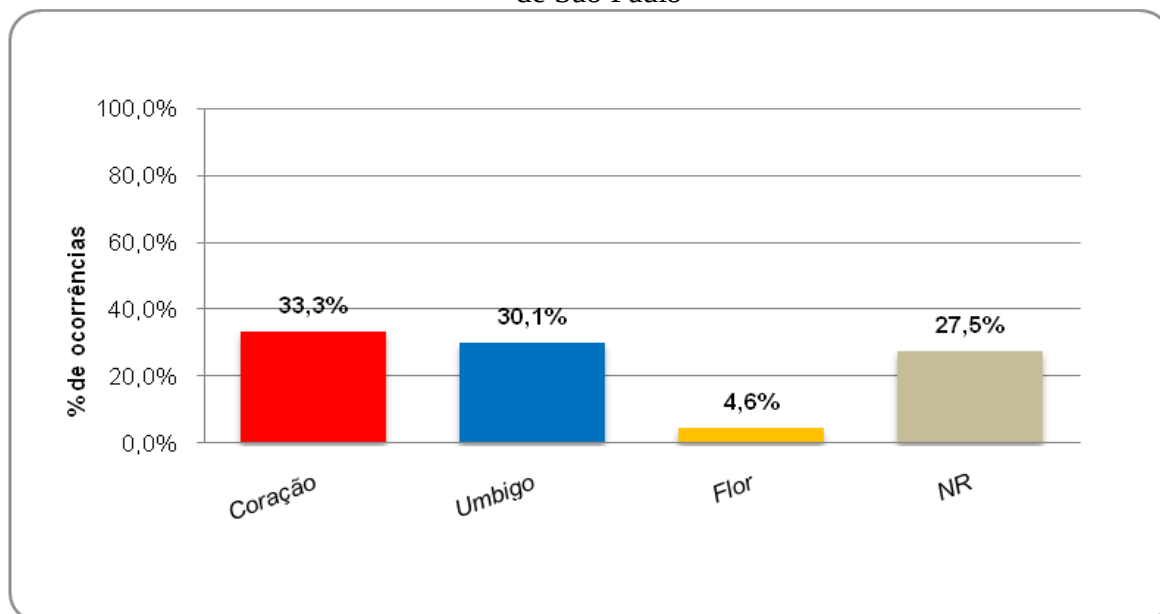
Item lexical	Variantes agrupadas
Coração	<i>Coração da banana</i>
Flor	<i>Flor da bananeira/Flor da banana</i>
Umbigo	<i>Umbigo da banana/imbigo/imbigo da bananeira</i>

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

É possível perceber, pelos dados do Quadro 5, o alto índice de variantes lexicais complexas. Nesses casos, o agrupamento se deu por meio da identificação do elemento base *banana/bananeira* que está relacionado com o referente contemplado pela pergunta em exame. No caso de *umbigo/imbigo*, o agrupamento justifica-se por variação fonética, pois a substituição do –u pelo –i não implica em alterações semânticas e diatópicas.

Os percentuais de ocorrências das variantes mais produtivas são informados no Gráfico 2, assim como o percentual de não respostas. Os casos de ocorrências únicas e de baixa produtividade, assim como no caso da questão 42/QSL analisada anteriormente, são analisadas na etapa subsequente de análise léxico-semântica. Nota-se, dessa forma, que o percentual de ocorrência das unidades lexicais mais produtivas, *coração* e *umbigo*, aproximam-se do das não respostas e que o item lexical *flor* obteve menor índice de produtividade, em relação às demais.

Gráfico 2 – Denominações para “inflorescência do cacho da banana” no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Os dados estatísticos demonstram que os informantes possuem dificuldades para atribuir nome ao conceito expresso na pergunta 44/QSL/ALiB, o que é confirmado pelo alto índice de não respostas (27,5%). Além disso, os informantes mencionaram nos comentários já terem visto e/ou conhecido o referente, mas não sabem o seu nome, como é o caso dos exemplos a seguir fornecidos pelo informante 1 de Araçatuba/156; o informante 3 de Presidente Epitácio/161 e o informante 1 de Caraguatatuba/180:

INQ.- e se já viu um cacho da banana né?
 INF 1/156.- já
 INQ.- é embaixo assim tem uma parte roxa
 INF 1/156.- embaixo tem uma parte roxa... é... cumo fala o nome daquela parti.... sabe que eu num sei o nomi daquela parte?
 INQ.- se num dá o nome quando tá lá no pé ainda
 INF 1/156.- eu sei, aí tem uma parte roxa issaí eu já vi mais eu num sei o nome daquilo lá...

INQ.- e aquela parte roxa que fica no cacho da bananeira embaixo?
 INF 3/161.- eu num sei o nome
 INQ.- Mas o senhor já viu?
 INF 3/161.- Já vi já.. já..
 INQ.- num tem um nome pra aquela parte que fica embaixo
 INF 3/161: Não num sei... se tem um nome eu num sei o nome

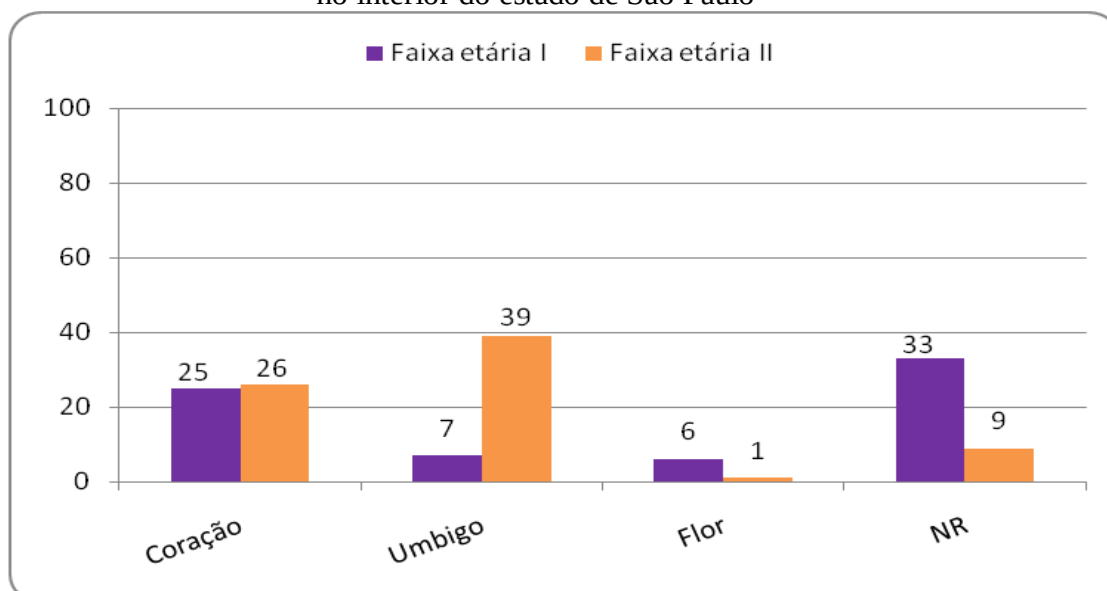
INQ.- e a ponta roxa no cacho da banana, igual essa aqui
 INF 1/180.- eu num sei o nome
 INQ.- mas você já viu?
 INF 1/180.- já vi

Em síntese, conclui-se que os itens lexicais *coração*, *umbigo* e *flor* são as denominações predominantes na norma lexical dos paulistas entrevistados.

4.2.2 Abordagens diageracional e diassexual

Os dados quantitativos também foram examinados segundo as variáveis sociais idade e sexo. Como já indicado na metodologia, os informantes obedecem ao perfil estabelecido pelo Projeto ALiB, razão pela qual em cada localidade são entrevistados quatro informantes, dois do sexo feminino e dois do masculino, de duas faixas etárias (faixa I: 18 a 30 anos; faixa II: 50 a 65) e com escolaridade máxima o então Ensino Fundamental incompleto. O Gráfico 3 indica a distribuição das variantes lexicais em análise segundo a variável idade:

Gráfico 3 – Denominações para “inflorescência do cacho da banana” segundo a faixa etária no interior do estado de São Paulo



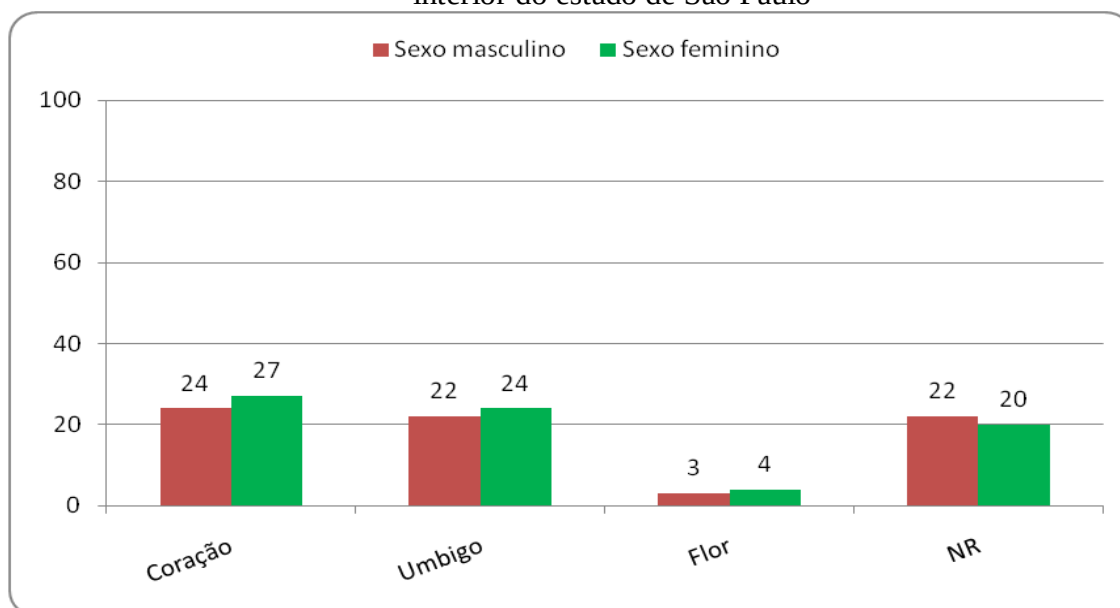
Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

O exame dos itens lexicais segundo a perspectiva diageracional apontou que o índice de ocorrência da unidade lexical *coração* aproxima-se em relação às duas faixas etárias, pois foi mencionada 25 vezes pelo grupo mais jovens e 26 pelo grupo dos mais idosos. Já a unidade lexical *umbigo* foi mais frequente na faixa etária II com 39 ocorrências.

A unidade lexical *flor*, por sua vez, foi mais mencionada entre os informantes da faixa etária I. De forma similar, o índice de não resposta predominou entre a faixa etária I, com 33 ocorrências, em virtude, provavelmente, de os mais jovens desconhecerem o nome do referente. Entre os falantes pertencentes à faixa etária II houve apenas nove casos de não resposta.

Já o exame desses mesmos dados sob a perspectiva da variável sexo evidenciou o resultado expresso no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Denominações para “inflorescência do cacho da banana” segundo o sexo no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Nota-se que o exame dos dados segundo o sexo do informante não evidenciou diferenças significativas apesar de as variantes lexicais *coração*, *umbigo* e *flor* terem obtido maior índice de uso junto às mulheres.

4.2.3 Abordagem diatópica

Na sequência examinam-se as três unidades lexicais mais frequentes em termos de distribuição espacial de acordo com a distribuição diatópica.

Tabela 5 – Produtividade das denominações para “inflorescência do cacho da banana” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE no interior estado de São Paulo

Itens lexicais Mesorregiões	Coração	Umbigo	Flor
São José do Rio Preto	2	6	-
Ribeirão Preto	3	3	-
Araçatuba	-	3	1
Bauru	4	2	2
Araraquara	4	2	1
Piracicaba	3	1	1
Campinas	1	4	-
Presidente Prudente	8	5	-
Marília	1	2	-
Assis	3	4	-

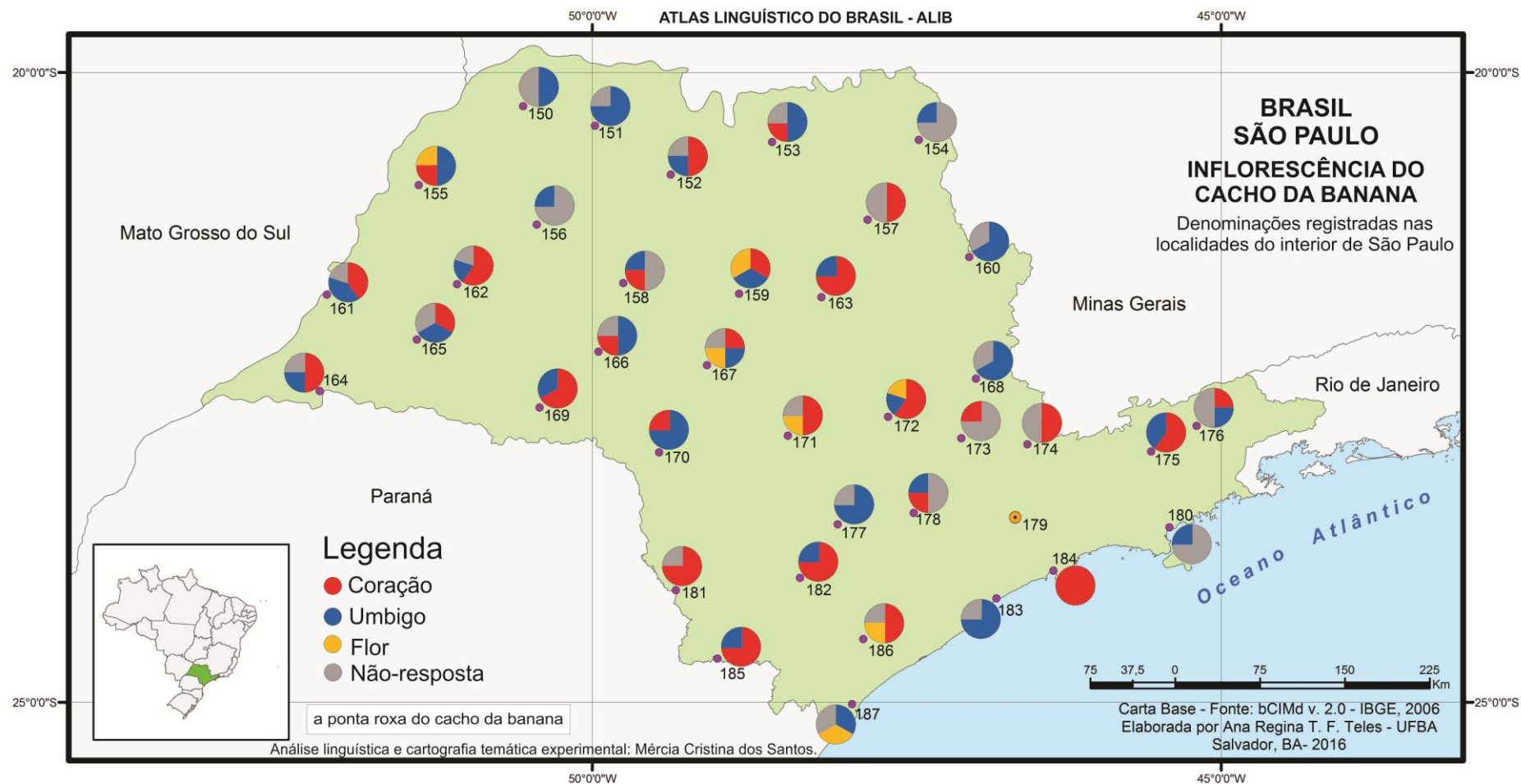
Itapetininga	9	5	-
Macro Metropolitana Paulista	3	1	-
Vale do Paraíba	4	4	-
Litoral Sul Paulista	2	4	2
Metropolitana de São Paulo	4	-	-
Total	51	46	7

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Nota-se pelos dados da Tabela 5 que a unidade lexical *coração* não foi registrada somente na mesorregião de Araçatuba. O mesmo ocorreu com *umbigo* que não foi utilizado na Metropolitana de São Paulo. A unidade *flor*, embora registrada em menor proporção, foi registrada em cinco mesorregiões: Araçatuba, Bauru, Araraquara, Piracicaba e Litoral Sul Paulista. Em algumas mesorregiões o item lexical *coração* foi o mais recorrente, como em Piracicaba, Presidente Prudente e Itapetininga, enquanto a variante *umbigo* foi a mais produtiva em áreas como São José do Rio Preto, Araçatuba e Campinas.

Dando seguimento à análise, a Carta 2 a seguir traz a distribuição espacial das variantes lexicais catalogadas como resposta para a questão 44/QSL, de acordo com os 37 pontos investigados:

Carta 2 - Denominações para “inflorescência do cacho da banana” mais produtivas no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora

O item lexical *umbigo* foi documentado em praticamente todo o território paulista, exceto em Ribeirão Preto/157, Botucatu/171, Campinas/173, Bragança Paulista/174, Itararé/181, Santos/184 e Registro/186. A forma lexical *coração*, do mesmo modo, foi citada como resposta por grande parte do território e obteve 100% de registro em um único ponto (Santos/184).

4.2.4 Abordagem léxico-semântica

A unidade léxica *coração*, a mais citada pelos informantes entrevistados, é definida pelo dicionário Aulete (2014) como “qualquer desenho, figura ou objeto que estilize a forma do coração humano” e por Houaiss (2001) como “a parte mais central, principal ou profunda de algo”; “forma que evoca a aparência do coração humano” e “comum a numerosas plantas de diversas famílias, cujas folhas ou frutos têm a forma de coração”. Embora os dicionários não apontem de forma clara o uso da unidade lexical *coração* como denominação da “inflorescência do cacho da banana”, as acepções apresentadas nas obras lexicográficas contêm semas que fornecem pistas para o uso dessa denominação como, por exemplo, o formato do referente que “lembra” um coração humano, o que pode justificar o uso dessa unidade lexical para denominar essa parte específica do cacho da banana, em razão de o falante estabelecer uma analogia entre os dois referentes: o coração humano e o “coração” do cacho da banana.

Outro item lexical documentado foi *umbigo*, o segundo mais produtivo no *corpus*. No dicionário Houaiss (2001) o termo *umbigo* é definido como “formação carpelar anômala, mais ou menos protuberante, presente no ápice de certos frutos, como na laranja-da-baía, que lembra o umbigo humano” e, no Aulete (2014), como “depressão, ou protuberância, que apresenta a forma de um umbigo (umbigo da maçã/da laranja)”. A “protuberância”, nesse sentido, consiste em uma característica que dá destaque ao referente em questão, apesar de estar situado na parte inferior do cacho, motivo que justifica como válido o uso do item *umbigo* como denominação dessa parte do cacho da bananeira.

A unidade lexical *flor*, pesar da baixa produtividade, foi registrada em quase um terço das mesorregiões paulistas, como já apontado anteriormente na discussão diatópica. Em Houaiss (2001), o item lexical *flor* é definido como algo “comum a qualquer planta cultivada como ornamental por suas flores” e, em Aulete (2014), como “órgão reprodutor das angiospermas, ger. com cores vivas e odor agradável, constituído por dois conjuntos de folhas (cálice e corola) que protegem as estruturas masculinas (androceu) e/ou femininas (gineceu);

uma flor pode ser hermafrodita ou unissexual”. Esse mesmo dicionário assim define a unidade lexical *flor*, do ponto de vista da botânica:

A flor é, na verdade, o suporte dos órgãos de reprodução de certas plantas. Em algumas dessas plantas cada flor contém tanto os órgãos masculinos quanto os femininos (bissexuais); em outras, há flores com os órgãos masculinos e outras flores com os órgãos femininos (flores unissexuais), e há também plantas em que as flores unissexuais masculinas estão num pé e as femininas estão em outro. Uma flor completa compreende a haste, ou cabo, o perianto (a parte mais vistosa, mas estéril) e, no interior deste, os órgãos de reprodução. Independentemente de sua importância funcional, a flor se destaca por sua beleza, seu colorido e seu perfume, o que faz dela um valorizado e requisitado produto, e de seu cultivo e comercialização uma atividade econômica (AULETE, 2014).

Verifica-se, pois, que o uso da unidade lexical *flor* para nomear o referente em questão pode ser explicado pela relação com a formação do conjunto frutífero que dá origem ao cacho da banana. É por meio da inflorescência, caracterizada pelo pêndulo, que as frutas vão ganhando forma até atingirem o estágio apropriado para o consumo.

O mesmo ocorre com *ponta*. Houaiss (2001) define como “qualquer extremidade de um objeto”; “qualquer objeto saliente dotado de uma ponta”; “princípio ou o fim de uma série de coisas” e em Aulete (2014) como “extremidade mais ou menos aguda de qualquer coisa: *ponta de uma corda*; *ponta dos dedos*; *ponta de faca*; *ponta de um espinho*”; “extremidade de qualquer coisa”; “saliência ou excrescência de qualquer coisa”. Assim, o uso dessa unidade lexical para nomear o referente descrito na pergunta 44/QSL/ALiB pode ser explicado pela própria posição do referente por estar localizado na *ponta* do cacho, no entanto, não nomeia o conceito contemplado pela questão, pois as acepções fornecidas pelas obras lexicográficas não contemplam o conceito contemplado pela questão. O item lexical *ponta* também é mencionado no texto da pergunta “a *ponta* roxa”, o que pode justificar o uso desse item lexical como denominação do referente contemplado pela pergunta em exame.

Em se tratando da unidade lexical *pendão* apurou-se que em Silva (1813) é definido como “pendão dos pães: a flor, ou a bandeira” e no dicionário Bluteau (1712-1728) como “pendão dos paens, chamão os rufticos à flor delles. Os paens tem o pendão. *Frumenta florent*”. Já em obras lexicográficas contemporâneas como Houaiss (2001) *pendão* é definido como referência à bandeira e em Aulete (2014), nessa mesma acepção, como “inflorescência do milho”. Diante do exposto, percebe-se que a motivação do uso do item lexical em questão pode ter sido resultado de uma analogia, ou seja, a relação de semelhança estabelecida pelo falante entre o referente contemplado pela questão 44/QSL/ALiB com e a inflorescência do milho, contudo, no âmbito deste estudo, não foi validado como resposta.

A unidade lexical *ungaço* não está dicionarizada nas obras lexicográficas contemporâneas consultadas. O Dicionário Informal, disponível online e onde os próprios internautas definem os itens lexicais, define a unidade *engaço* como “suporte que sustenta o cacho de bananas. *No ensacamento dos cachos de banana, usa-se fixar o saco no **engaço** da bananeira*”. Apesar da possível relação entre a unidade lexical *ungaço* e o referente em exame, não o nomeia. As unidades *imbira*, *mâmica* e *pião* não estão dicionarizadas nas obras lexicográficas consultadas.

Finalizando a análise dos dados relacionados à pergunta em exame, o Quadro 6 traz informações sobre a dicionarização das variantes lexicais apontadas pelos informantes para nomear o conceito expresso na pergunta 44/QSL/ALiB: “a ponta roxa do cacho da banana” e assinala a não dicionarização nas obras lexicográficas consultadas:

Quadro 6 – Dicionarização das unidades lexicais que nomeiam a “inflorescência do cacho da banana” (válidas)

Item lexical	Houaiss (2001)		Aulete (2014)	
	Sim	Não	Sim	Não
Coração	X		X	
Umbigo	X		X	
Flor	X		X	
Pendão		X		X
Imbira		X		X
Mâmica		X		X
Ponta		X		X
Ungaço		X		X

Fonte: Elaboração da autora.

Percebe-se, pelos dados expostos, que a maioria das unidades lexicais registradas para nomear o referente contemplado pela questão 44/QSL/ALiB decorrem de associação ou de extensão de sentido entre características do referente como cor, função, formato, localização, como ocorre com as unidades *ponta* e *pendão* que evidenciam possível relação de analogia. Em síntese, dos oito itens lexicais documentados como resposta para a questão em foco, somente três foram considerados como válidos como denominação da “inflorescência do cacho de bananas”: *coração*, *umbigo* e *flor*.

4.3 “Armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” – 54/QSL/ALiB.

4.3.1 Abordagem quantitativa

A seguir, são apresentados na Tabela 6 os dados lexicais “brutos” obtidos como resposta para a questão 54/QSL/ALiB com as respectivas produtividades. Ao todo foram coletadas cinco variantes: *canga* (25,0%), *cangalha* (6,9%) e *forquilha* (6,3%), as mais produtivas. Além dos dados registrados na Tabela 6, outros seis itens lexicais foram documentados no *corpus* (*aparador*, *bagué*, *cabresto*, *cangote*, *quebra costela* e *tapa*), no entanto, não foram considerados nesse conjunto de dados em razão da baixa representatividade em termos de ocorrência e também por não nomearem o elemento descrito na questão em causa.

Tabela 6 – Produtividade das denominações para “forquilha” (54/QSL/ALiB) no interior do estado de São Paulo

Item Lexical	Nº absoluto decorrências	Porcentagens
Canga	36	25,0%
Cangalha	10	6,9%
Forquilha	9	6,3%
Cambal	1	0,7%
Canzil	1	0,7%
NR	87	60,4%
Total	144	100,0%

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

O índice de não respostas, que corresponde a 87 registros, representa 60,4% das respostas, o que demonstra que a maioria dos informantes desconhece o referente em questão e/ou não sabem ou não se lembra do seu respectivo nome. As formas léxicas validadas como mais produtivas apresentam algumas variantes fonéticas que foram agrupadas no Quadro 7:

Quadro 7 – Agrupamentos das variantes documentadas para nomear “forquilha”

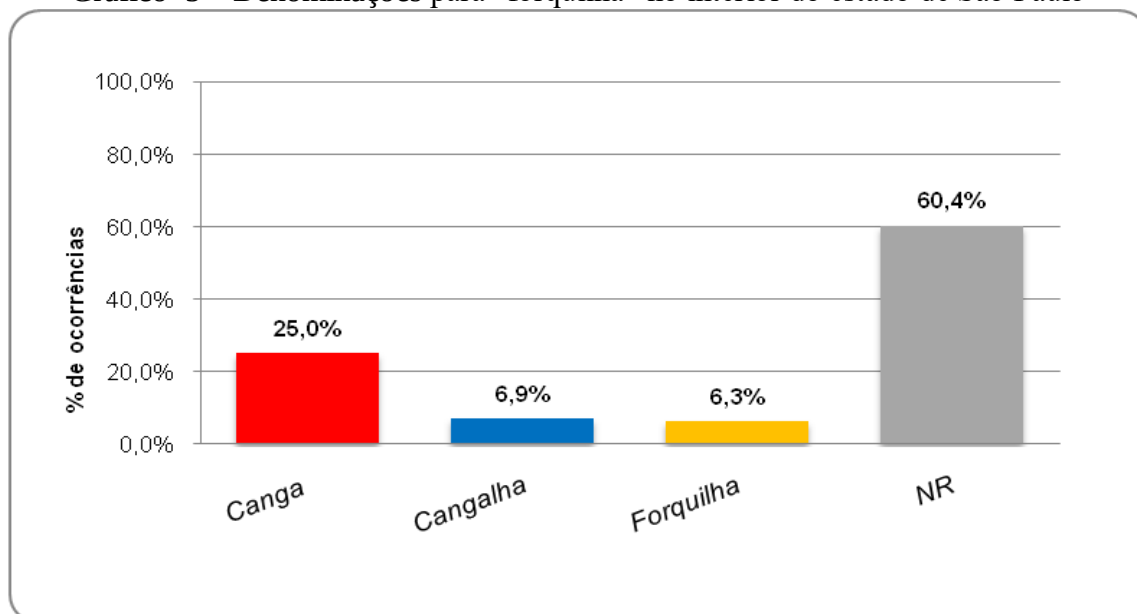
Item lexical	Variantes agrupadas
Cangalha	<i>Cangaia</i>
Forquilha	<i>Forquia, Furquia, Furquilha</i>

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Percebe-se que em *cangaia* e *forquia/furquia* a palatal *-lh* vocaliza-se em *-i* não alterando a carga semântica dos itens léxicos. Esse fenômeno de iotização é assinalado por

Amaral (1920, p. 53) no estudo *O dialeto caipira* como um traço fonético característico do falar caipira. Os percentuais dos dados apurados como mais produtivos são visualizados a seguir com os respectivos índices de não resposta:

Gráfico 5 – Denominações para “forquilha” no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

O Gráfico 5 demonstra o alto índice de não respostas para a questão 54/QSL/ALiB (60,4%). Apesar disso, muitos informantes afirmam conhecer ou já terem visto o referente, no entanto demonstram dificuldades para atribuir-lhe um nome. Os comentários dos informantes 2 de Barretos (ponto 153) e 3 de Campinas (ponto 173) confirmam o exposto:

INF 2/153.- eu já vi na fazenda, já vi na casa dum colega meu

INQ.- você sabe o nome disso?

INF 2/153.- não, num sei não

INQ.- o senhor conhece uma armação de madeira que coloca no pescoço de animais pra ele não atravessa a cerca

INF 3/173.- ahh... eu já vi muito issu.. o nomi, o nomi deli..

INQ.- é

INF 3/173.- hum... tsc... poxa e eu já vi, ali tinha... num mi lembrou.. é pra num atravessarem a cerca, eu num sei o nomi não

Admite-se a hipótese de que o esquecimento do nome, por parte dos informantes, pode ser explicado pelo desuso do objeto nomeado. O uso desse referente pode estar atrelado à realidades de gerações passadas, quando a criação de animais consistia em práticas comuns na cultura de subsistência paulista, como mencionado no Capítulo 2 (histórico). Nos dias atuais, os alimentos provenientes de animais são comercializados em mercados e açougues. É válido

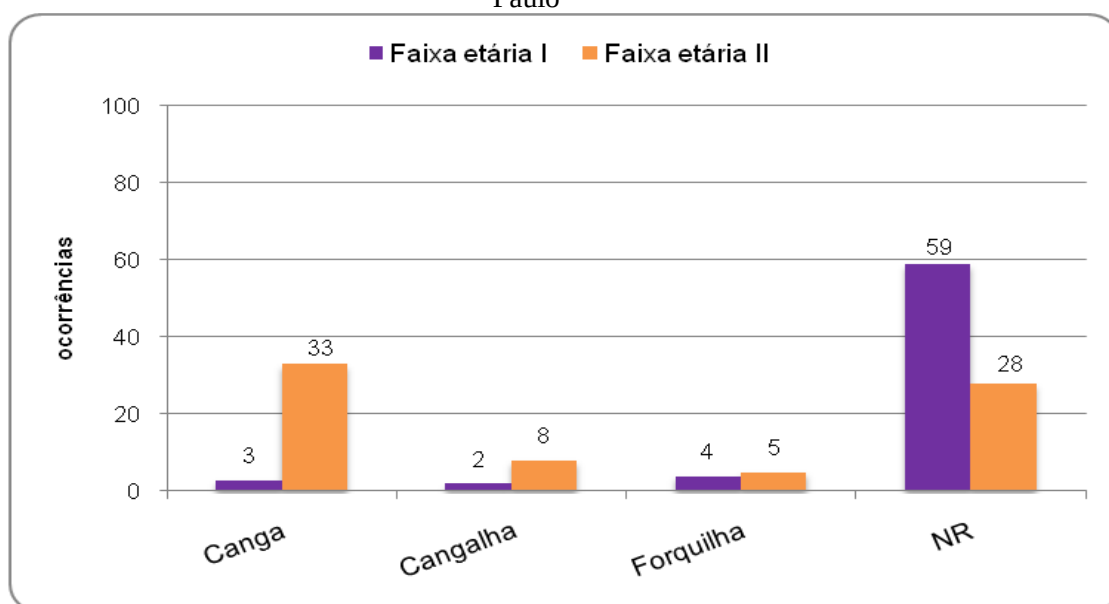
salientar que, por serem informantes citadinos, podem apresentar certo desconhecimento acerca de referentes alheios ao ambiente urbano.

4.3.2 Abordagens diageracional e diassexual

Com o intuito de melhor esclarecer os altos índices de não resposta, na sequência são examinados os dados em relação às variáveis sociais idade e sexo. Pretende-se verificar em que medida há diferenças nos usos lexicais entre as faixas etárias e os sexos e quais foram as unidades predominantes entre os grupos.

Os dados relativos à primeira variável analisada, a idade, são distribuídos a seguir no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Denominações para “forquilha” segundo a faixa etária no interior do estado de São Paulo

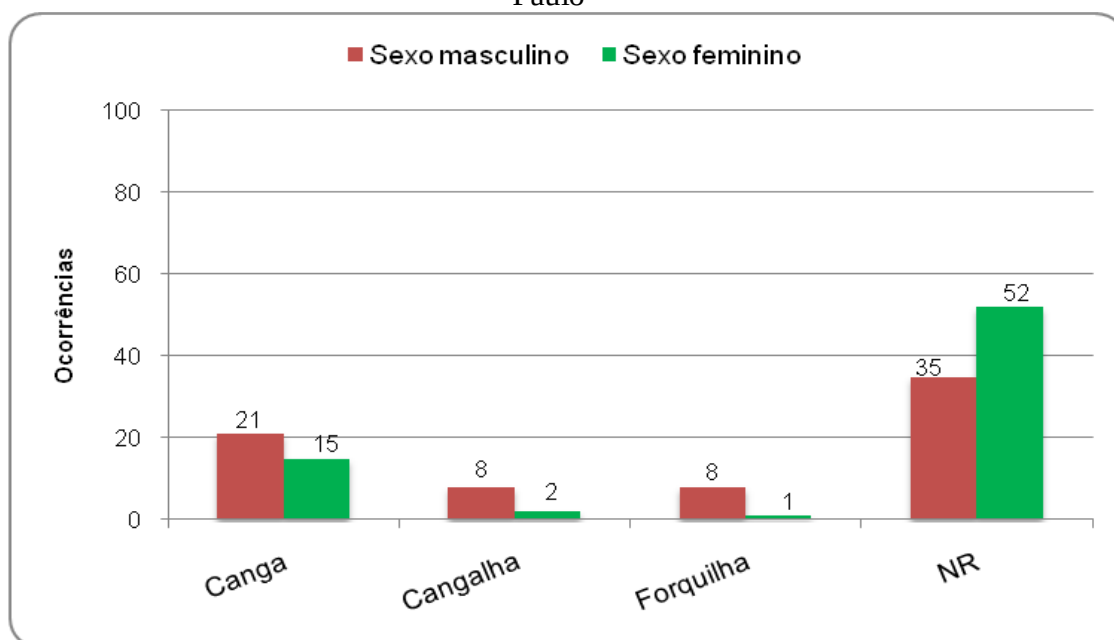


Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Os dados exibidos pelo Gráfico 6 evidenciam que entre os informantes pertencentes à faixa etária I houve maior índice de não respostas, ou seja, 59 deles assinalaram não saber dar o nome do referente. Em contrapartida, constata-se que os itens lexicais mais produtivos – *canga*, *cangalha* e *forquilha* – foram mais frequentes entre os falantes pertencentes à faixa etária II, sobretudo a variante *canga* que foi mencionada 33 vezes.

Os resultados do exame dos dados segundo a variável social sexo estão expressos no gráfico seguinte:

Gráfico 7 – Denominações para “forquilha” segundo o sexo no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

As três unidades lexicais mais produtivas foram mencionadas pelos informantes do sexo masculino. Entretanto, em relação ao sexo feminino, as não respostas alcançaram alto índice (52 ocorrências), ao contrário do sexo masculino, cujas não respostas foram em número de 35 ocorrências.

A averiguação dos dados sob essas perspectivas (idade e sexo) demonstrou que, de modo geral, os falantes de faixa etária II e do sexo masculino retêm maior conhecimento a respeito do universo estudado, talvez em razão de os homens mais velhos estarem mais familiarizados com referentes do universo rural (54/QSL/ALiB). Em oposição, os grupos da faixa etária I e do sexo feminino concentraram o maior índice de não respostas.

4.3.3 Abordagem diatópica

Dando continuidade à análise dos dados, o exame do enfoque diatópico considerou dois tipos de distribuição espacial: segundo as mesorregiões administrativas, na Tabela 7, e de acordo com a distribuição das unidades mais produtivas por localidade, conforme a Carta 3.

Tabela 7 – Produtividade das denominações para “forquilha” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE no interior do estado de São Paulo

Mesorregiões \ Itens lexicais	Canga	Cangalha	Forquilha

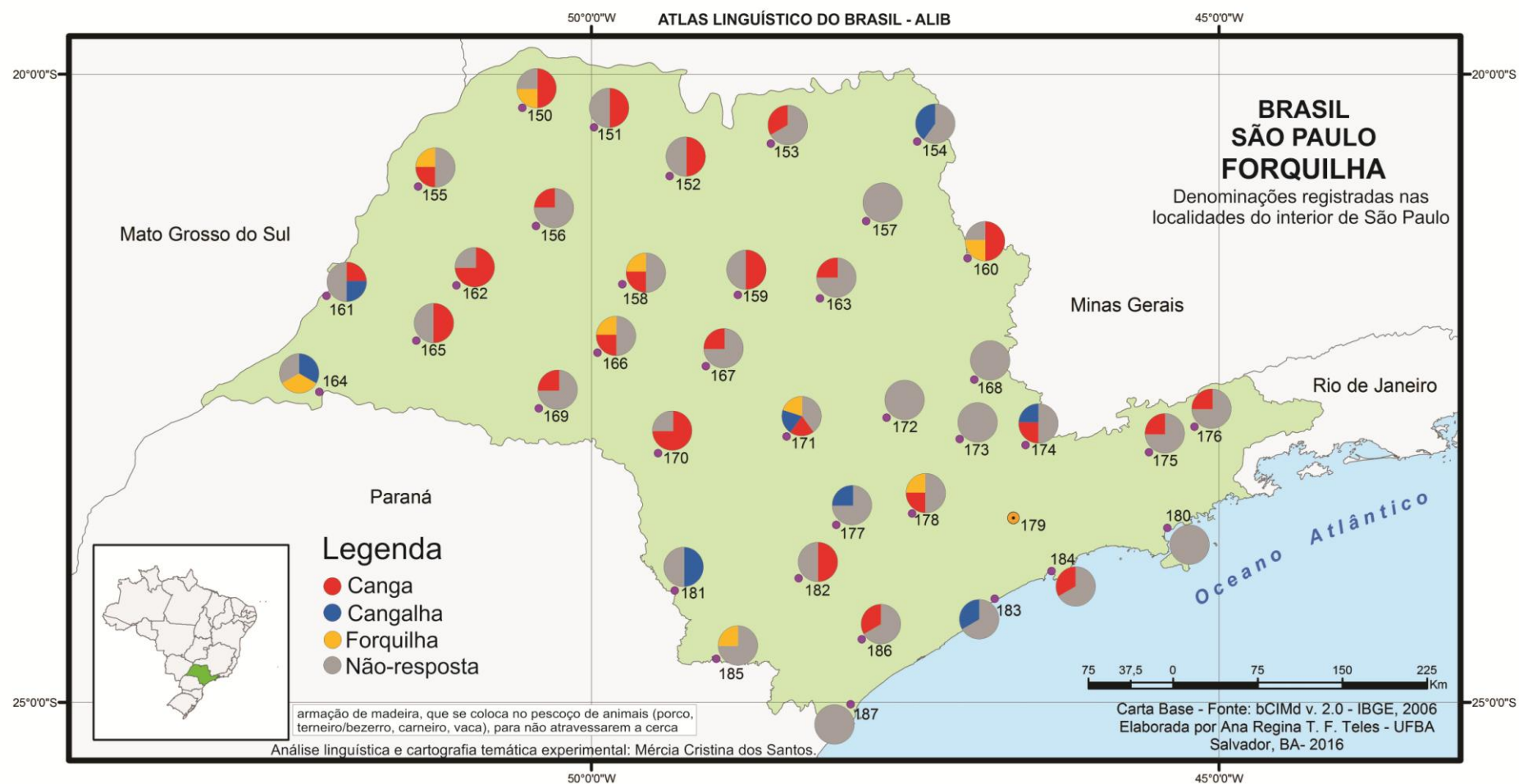
São José do Rio Preto	6	-	1
Ribeirão Preto	1	2	-
Araçatuba	2	-	1
Bauru	3	1	2
Araraquara	3	-	-
Piracicaba	-	-	-
Campinas	2	-	1
Presidente Prudente	6	2	1
Marília	1	-	1
Assis	4	-	-
Itapetininga	2	3	1
Macro Metropolitana Paulista	2	1	1
Vale do Paraíba	2	-	-
Litoral Sul Paulista	1	1	-
Metropolitana de São Paulo	1	-	-
Total	36	10	9

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Pode-se perceber pelos dados da Tabela 7 que o item lexical *canga* foi produtivo em todas as mesorregiões, exceto a de Piracicaba. Na verdade, essa mesma forma obteve maior produtividade em algumas áreas específicas como em São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Assis, isto é, principalmente na região considerada como o Novo Oeste paulista. A unidade léxica *forquilha*, por sua vez, foi identificada em oito das 15 mesorregiões, apesar de o número de vezes em que *cangalha* foi mencionada ter sido maior, foi documentado somente em seis delas (Ribeirão Preto, Bauru, Presidente Prudente, Itapetininga, Macro Metropolitana Paulista e Litoral Sul Paulista).

A Carta 3, a seguir, traz o mapeamento das variantes lexicais com maior índice de menção pelos falantes paulistas segundo as localidades, acompanhadas dos índices de não resposta para o conhecimento de quais áreas se realizaram com maior regularidade:

Carta 3 - Denominações para “forquilha” mais produtivas no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Todas as localidades evidenciaram índices de não resposta e os pontos Ribeirão Preto/157, Moji-Mirim/168, Piracicaba/172, Campinas/173, Caraguatatuba/180 e Cananéia/187 alcançaram 100% de respostas. O item *cangalha* ocorreu com maior frequência na região Centro-Sul do estado e também foi mencionada em outras quatro localidades localizadas em região fronteira: Itararé/181 e Teodoro Sampaio/164, na divisa com Paraná, em Presidente Epitácio/161 na divisa com Mato Grosso do Sul e em Franca/154 e Bragança Paulista/174 que fazem fronteira com Minas Gerais. Já o item lexical *canga* foi recorrente por quase todo o território paulista.

4.3.4 Abordagem léxico-semântica

O item lexical *canga* foi o mais citado pelos paulistas entrevistados. No dicionário Houaiss (2001), é definido como um “jugo, peça de madeira us. para prender junta de bois a carro ou arado”, enquanto Aulete (2014) define essa unidade como “armação de madeira que junta dois bois pelo pescoço e os liga a carro ou arado; JUGO”; “pau comprido que, colocado nos ombros de carregadores, serve para transportar objetos, fardos”. No verbete original desse último dicionário, há o registro da acepção: “(Minho) Engenho de madeira, que se põe no cachaço dos porcos, para os impedir de entrar nos cancelos e bueiros”.

Percebe-se que nas obras contemporâneas, Houaiss (2001) e Aulete (2014), a definição de *canga* refere-se à peça de madeira que se coloca no pescoço do animal para puxar carros ou arados (universo a ser examinado na questão 56/QSL/ALiB na seguinte sessão). No entanto, as informações fornecidas no verbete original de Aulete (2014) dão pistas que justificam o uso desse item para nomear a “armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca”, pois verificou-se a mesma acepção em que foi usada pelos informantes, apesar de ser registrada como um regionalismo do Minho, área situada na região norte de Portugal. O uso desse item lexical nessa acepção pode ter sido motivado por fluxos migratórios de portugueses oriundos dessa região vindos para terras brasileiras, sobretudo no período colonial, e se fixado no léxico de habitantes de algumas regiões brasileiras, incluindo São Paulo.

O item lexical *cangalha* é definido pelo dicionário Houaiss (2001) como “artefato de madeira ou ferro, ger. acolchoado, que se apõe ao lombo das cavalgadas para pendurar carga de ambos os lados”; “triângulo de madeira que se coloca no pescoço dos suínos para impedir que fucem canteiros”; “carro puxado por um só animal”, enquanto no verbete atualizado de Aulete (2014) aparece a acepção de “Bras. Armação que se coloca em lombo de animais com recipientes laterais para alojar cargas”; “triângulo de madeira que se põe no

pescoço dos porcos para impedir que fucem canteiros e plantações”; “carro puxado por um único animal” no verbete atualizado, enquanto no verbete original é definido como “(Bras.) triângulo de madeira que se enfia no pescoço dos porcos para que não entrem nas hortas cultivadas”; “o mesmo que cangalhas”; “(Prov. port.) Carro puxado por um só boi. Cp. cangalho e cangalhas”.

Segundo as acepções dicionarizadas, a forma lexical *cangalha* pode nomear ambos os referentes contemplados pelas questões 54 e 56/QSL/ALiB. Além disso, os informantes confirmam em seus comentários que a acepção atribuída por eles aos elementos examinados são as mesmas fornecidas pelas obras lexicográficas consultadas, como no exposto a seguir, extraído da entrevista com o informante 3 de Bragança Paulista, ponto 174:

INQ.- coloca no pescoço do carneiro ou do burro pra não atravessar a cerca
 INF.- a gente chama cangaia
 INQ.- e aqui é comum?
 INF.- é.. quem usa [...] já num usa mais, mais quando usa é cangaia que fala

Já a variante lexical *forquilha* em Aulete (2014) é definida como um “pedaço de pau que se abre em dois ramos assumindo a forma da letra Y”. Na obra de Houaiss (2001) está registrada nas seguintes acepções: “ramo de árvore ou arbusto que se bifurca, aprox. com o formato da letra Y; forcado, forqueta”; “qualquer objeto com esse formato”; “vara comprida terminada em forquilha, que serve de escora em várias situações (para apoiar o braço do andor, para escorar galhos de árvores etc.)”. Segundo essas acepções, o uso de *forquilha* pode estar associado a qualquer objeto que possua o formato em “Y” mencionada em ambas as definições. Neste caso, em especial, ocorre extensão de sentido aplicada ao objeto de madeira usado no pescoço dos animais, pois as acepções não se referem a esse objeto.

A unidade lexical *canzil* foi mencionada uma única vez como resposta para a questão 54/QSL. Conforme o dicionário Aulete (2014), consiste em “cada um dos dois paus presos aos tirantes ou por baixo da canga, entre os quais se mete o pescoço do boi ou do cavalo; CANGALHO; CANIL; CANZO”. Essa mesma unidade está dicionarizada em Houaiss (2001) como “m.q. cangalho ('pau')”. Ao consultar a definição do item lexical *cangalho*, verificou-se o seguinte: “(1712) cada um dos paus que prendem a ¹canga ao pescoço dos bois; canil, canzil”; “regionalismo: Portugal (dialetismo). Pequena canga em carro movido a um só animal; cangalha”; “derivação: por metonímia. Regionalismo: Portugal (dialetismo). m.q. cangalha ('carro')”. Nota-se a partir das definições para *canzil* que esse item lexical nomeia partes específicas que atravessam a *canga* para serem fixadas à cabeça dos animais que puxam o carro ou o arado. Dessa forma, esse uso lexical estaria relacionado com o referente

compreendido na questão 56/QSL/ALiB, mas não nomeia o universo examinado, pois o falante pode ter realizado uma associação com o pau que se prende a *canga*.

O item lexical *cambal* não está registrado nas obras lexicográficas pesquisadas. No entanto, no Dicionário inFormal, obra online onde as unidades lexicais são definidas pelos próprios usuários, é definido como um “pedaço de ferro utilizado para um carro guinchar outro. *Pegue um cambal para amarrar no carro*”. Diante do exposto, percebe-se a relação que essa forma possui com veículos, razão pela qual aqui não foi considerada como válida, pois não responde à questão.

Quadro 8 – Dicionarização das unidades lexicais que nomeiam a “forquilha” (válidas).

Item lexical	Houaiss (2001)		Aulete (2014)	
	Sim	Não	Sim	Não
Canga	X		X	
Cangalha	X		X	
Forquilha	X		X	
Cambal		X		X
Canzil		X		X

Fonte: Elaboração da autora.

O Quadro 8 apresenta as dicionarizações das unidades mencionadas pelos informantes para nomear o objeto descrito na pergunta 54/QSL/ALiB, como também aponta os casos em que as acepções não foram validadas como resposta: *cambal* e *canzil*. Das unidades lexicais em exame, somente três foram válidas como denominações do referente em causa: *canga*, *cangalha* e *forquilha*.

4.4 “A peça de madeira que vai no pescoço do boi, para puxar o carro ou o arado” – 56/QSL/ALiB.

4.4.1 Abordagem quantitativa

Ao todo, como respostas para a questão 56/QSL/ALiB, foram apuradas 16 unidades léxicas e, desse total, somente seis foram consideradas como resposta, além de 47 ocorrências de não resposta. As formas lexicais mais produtivas foram *canga* (35) e *cangalha* (7), conforme o registrado na Tabela 8:

Tabela 8 – Produtividade das denominações para “canga” (56/QSL/ALiB) no interior do estado de São Paulo

Item Lexical	Nº absoluto decorrências	Porcentagens
Canga	35	24,6%
Cangalha	7	4,9%
Canzil	3	2,1%
Quaieira	3	2,1%
Varal	2	1,4%
Cambão	1	0,7%
NR	91	64,1%
Total	142	100,0%

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Diferente do caso da questão anterior (54/QSL/ALiB), os informantes demonstraram menor conhecimento acerca do referente contemplado pela questão 56/QSL/ALiB. *Canga* foi o item mais produtivo tendo atingido 24,6% das respostas fornecidas, enquanto *cangalha* alçou 4,9% das respostas. Nota-se que houve um número elevado de menção a itens lexicais que não nomeiam o referente contemplado pela questão e que o percentual de falantes que não souberam nomear o referente em análise foi superior em relação à questão anterior. As unidades léxicas *canzil*, *quaieira*, *varal* e *cambão* foram consideradas no *corpus* em razão de possuírem relações de sentido com o universo contemplado pela questão e serão discutidas em termos léxico-semânticos, no entanto, essas unidades lexicais não respondem a pergunta em causa.

Além disso, foram identificadas algumas variantes lexicais, agrupadas da seguinte forma no Quadro 9:

Quadro 9 – Agrupamentos das variantes documentadas para nomear a “canga”

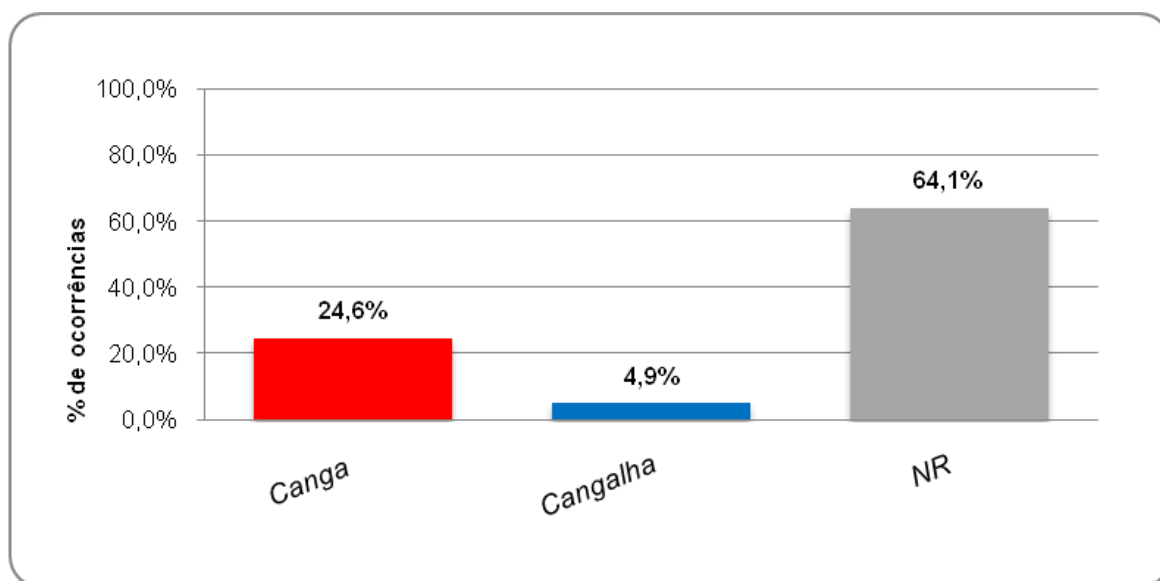
Item lexical	Variantes agrupadas
Canga	<i>Canga do boi, Canga de boi</i>
Cangalha	<i>Cangaia</i>
Canzil	<i>Canzir, Canzilho</i>
Quaieira	<i>Quaiêra, Quaêra</i>

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

De forma similar ao ocorrido com a questão anterior, houve a vocalização da palatal – *lh* em –*i* em *cangaia*. Os casos do agrupamento de *quaiêra/quaêra* se deram por questões fonéticas também assinaladas por Amaral (1920, p. 50), em *O dialeto caipira*, que são grupos vocálicos em que o ditongo –*ei* “reduz-se a *ê* quando seguido de *r*, *x* ou *j*: isquêro, arquêre, chêro [...]”.

Comparando-se os resultados expressos pelo Gráfico 8, a seguir, com os já evidenciados pelo Gráfico 7, nota-se que entre os dados obtidos como resposta para as questões 54 e 56/QSL/ALiB, os itens lexicais *canga* e *cangalha* se mantiveram como os mais produtivos. Além disso, essas duas perguntas registraram um alto percentual de não resposta.

Gráfico 8 – Denominações para “canga” no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

O conteúdo da questão 56/QSL/ALiB, “cangalha”, se reporta à evolução dos meios de transporte e da mecanização agrícola no Brasil. Atualmente, embora o referente não tenha desaparecido por completo, e ainda perdurar em algumas regiões brasileiras, os dados auferidos como respostas apontam para o desuso do objeto e, conseqüentemente, das unidades lexicais que o nomeia.

Como já mencionado no capítulo um, na sessão 1.9.1, até meados do século XIX, o transporte de mercadorias e o trabalho no campo eram realizados comumente com o uso de animais, daí a importância da pergunta “a peça de madeira que vai no pescoço do boi para puxar o carro ou o arado” como registro de unidades lexicais que estão caindo em desuso em razão do quase desaparecimento do objeto nomeado. Pontua-se que, mesmo os informantes que souberam nomear o objeto, nos comentários, esclareceram que já não é mais comum na atualidade o uso desse objeto no meio rural.

INQ.- E essa peça de madeira que vai no pescoço do boi

INF. 4/152- issaí é uma canga num é? Cangalha.. canga.. eles fala cangalha otos falam canga

INQ.- qual é mais comum aqui?

INF. 4/152- can.. canga.. É esse aqui fais tempo que eu num vejo, meu avô usava cê vê já fais tempo, mais era uma canga sim.

INQ.- E uma peça de madeira como essa daqui

INF. 3/168- Isso é uma canga né.

INQ.- Esse o senhor já usou?

INF. 3/168- Não tamém, é qué dizê (inint), sei que trata aqui de canga, essas três coisas que você perguntô, já num usa mais aqui há muitos anos.

INQ.- Já é bem pouco usado.

INF. 3/168- É, muito muito.

INQ.- Antigamente via na rua?

INF. 3/168- via via ah já não vê mais

INF. 4/182- Esse daqui é canga.

INQ.- Você chegou a ver?

INF. 4/182- Cheguei a ver já.

INQ.- E por aqui tem?

INF. 4/182- Agora num existe mais, mais teve né.

Reitera-se que os altos índices de não respostas podem ser explicados pelo quase desaparecimento do referente contemplado pela questão 56/QSL/ALiB. Alguns informantes afirmam não conhecer e/ou não saber o nome da peça que é colocada no lombo do animal, conforme os exemplos a seguir:

INQ.- Tem outra peça também que serve pra puxar carro de boi, o arado aí põe aqui e puxa, vai puxando o arado, já viu?

INF. 2/163- Ai essas coisa eu num sei o nome de nada

INQ.- não?

INF. 2/163- Carroça num é.. Não num sei.

INQ.- E esse aqui que vai no pescoço do boi pra puxa o carru ou pra puxa o arado como esse, como tá aqui ó

INF. 1/178- Esse eu tamém não conheço... por nome assim eu num conheço não

INQ.- Não?

INF. 1/178- Não!

INQ.- Mais cê já viu?

INF. 1/178- Eu já vi já

INQ.- Já viu pessoalmente?

INF. 1/178- Já vi.. já.. não eu vi no sítio memo.. é nu meu vô tamém

INQ.- E o seu vô chamava de alguma coisa?

INF. 1/178.- Ele chamava há muito tempo atrás fazia uns 17 ano atrás.. eu era pequeno isso

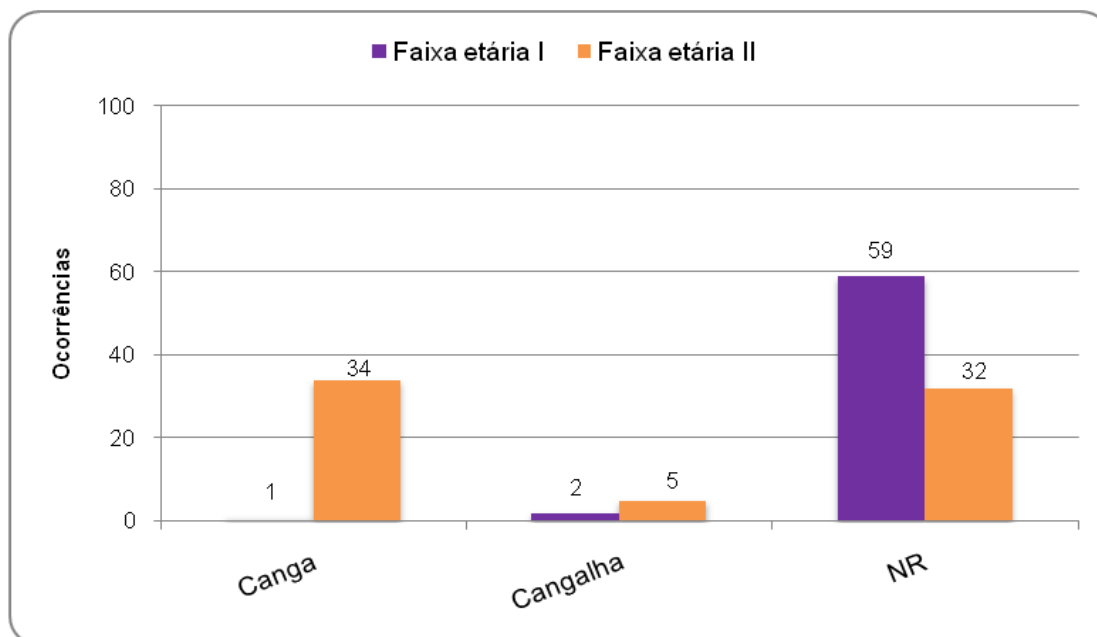
INQ.- Já não lembra mais né

INF. 1/178- Num lembro...

4.4.2 Abordagens diageracional e diassexual

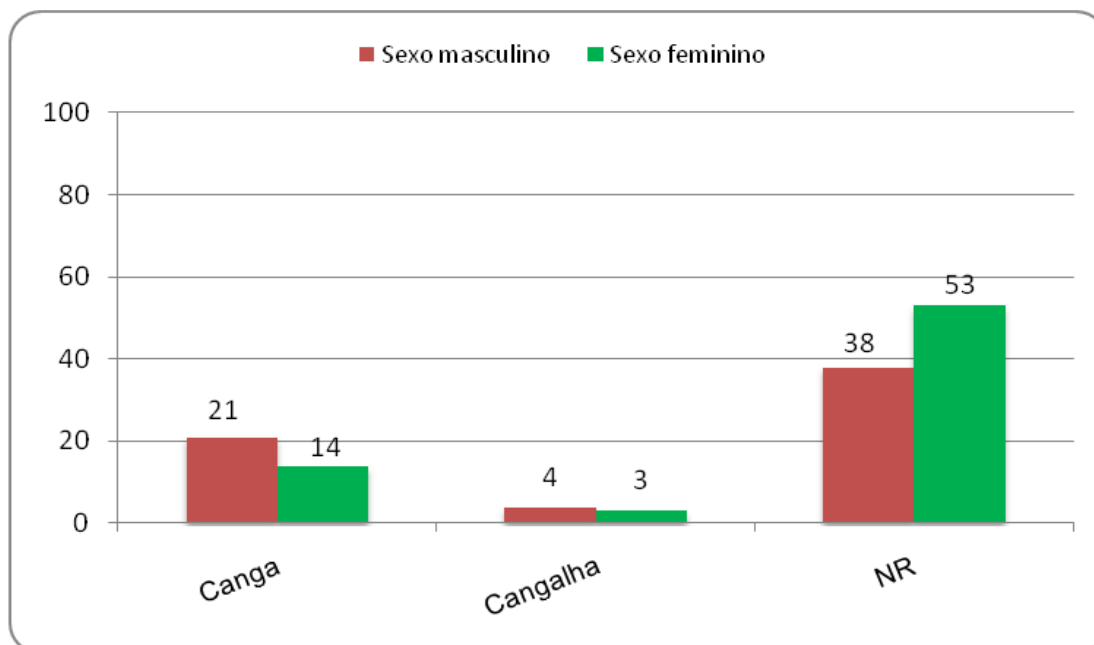
Assim como na análise dos dados relacionados à questão anterior, optou-se por examinar os dados lexicais documentados, por meio da pergunta 56/QSL/ALiB, segundo as dimensões diageracional e diassexual com o objetivo de visualizar de maneira mais detalhada as ocorrências lexicais e os índices de não respostas em cada uma das faixas etárias e entre os sexos. O Gráfico 9 mostra o número de vezes que os falantes mencionaram as unidades lexicais mais produtivas, bem como o índice de não respostas.

Gráfico 9 – Denominações para “canga” segundo a faixa etária no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Observando-se os dados do Gráfico 9 nota-se que os itens *canga* (34) e *cangalha* (5) são predominantes na fala dos informantes idosos. Além disso, o grupo dos mais jovens evidenciou o maior número de falantes que não souberam responder a questão 56/QSL/ALiB (59). Apesar de ter ocorrido em menor proporção, também ocorreram índices elevados de não respostas na faixa etária II com 32 ocorrências (mais velhos). Na sequência, no Gráfico 10, os mesmos dados são distribuídos segundo a variável sexo:

Gráfico 10 – Denominações para “canga” segundo o sexo no interior do estado de São Paulo

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Nota-se que as variantes *canga* e *cangalha* foram mencionados com maior frequência pelos homens, enquanto o índice de não respostas, embora tenha sido elevado em entre os falantes de ambos os sexos, teve maior evidência entre as mulheres.

4.4.3 Abordagem diatópica

A próxima etapa de análise consiste na averiguação da distribuição espacial dos itens léxicos mais produtivos que é detalhada na tabela a seguir:

Tabela 9 – Produtividade das denominações para “canga” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE no interior do estado de São Paulo

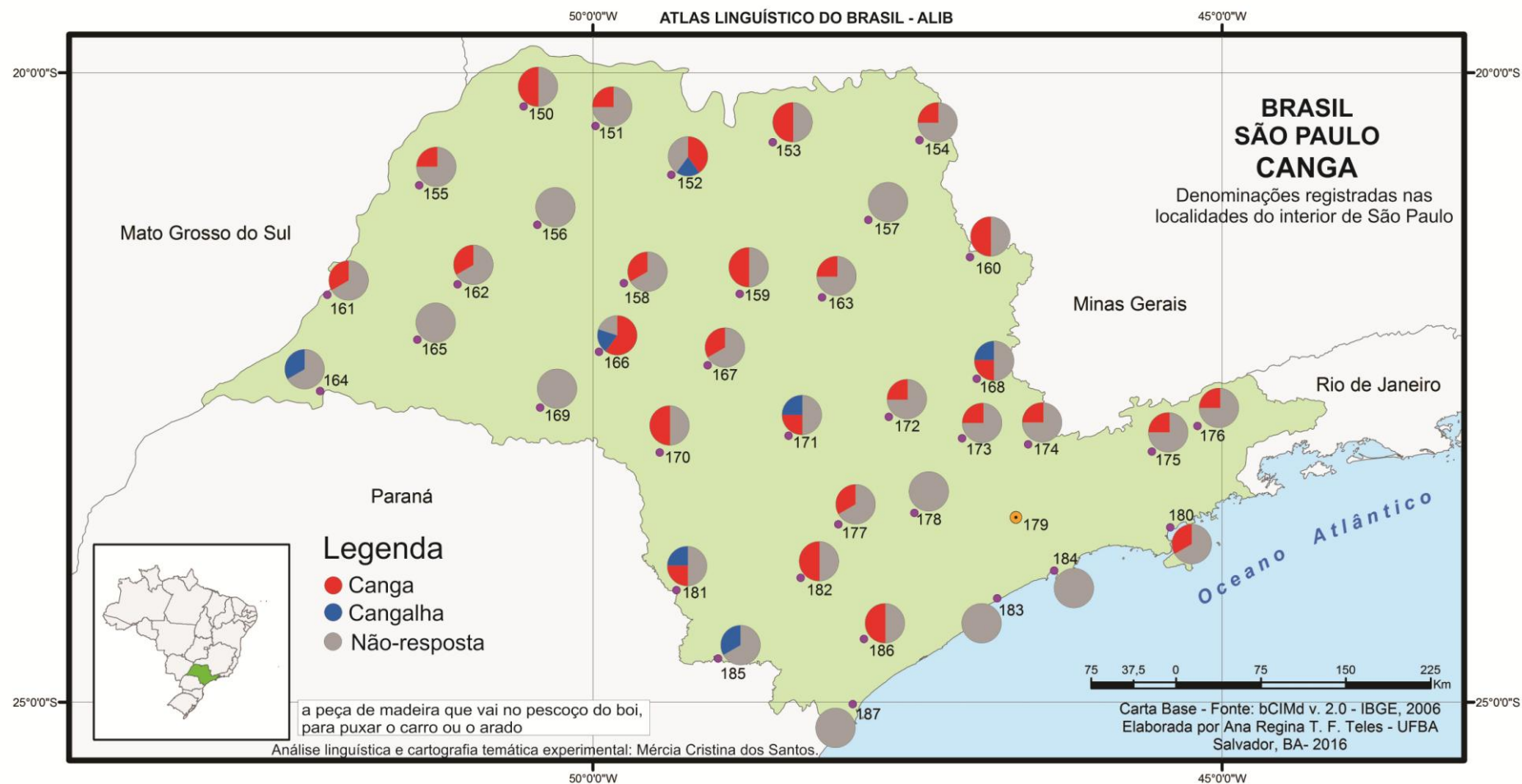
Itens lexicais / Mesorregiões	Canga	Cangalha
São José do Rio Preto	5	1
Ribeirão Preto	3	-
Araçatuba	1	-
Bauru	3	1
Araraquara	3	-
Piracicaba	1	-
Campinas	4	1
Presidente Prudente	2	1
Marília	3	1
Assis	1	-
Itapetininga	4	2

Macro Metropolitana Paulista	1	-
Vale do Paraíba	3	-
Litoral Sul Paulista	1	-
Metropolitana de São Paulo	-	-
Total	35	7

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

De acordo com os dados evidenciados pela Tabela 9, apuraram-se as seguintes constatações: o item lexical *canga* destacou-se como o mais produtivo em todas as mesorregiões, exceto na macro metropolitana paulista, onde não foi mencionado. A unidade *cangalha* obteve registro em seis mesorregiões. A seguir, na Carta 4 apresenta-se o mapeamento das unidade lexicais mais produtivas e as ausências de respostas distribuídas de acordo com a localidade em que foram mencionadas:

Carta 4 - Denominações para "canga" mais produtivas no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Assim como no caso anterior, os índices de não respostas foram registrados por todo o território paulista. Houve ainda oito casos em que 100% dos informantes entrevistados da localidade não souberam o nome do referente em causa: Araçatuba/156, Ribeirão Preto/157, Presidente Prudente /165, Assis/169, Sorocaba/178, Itanhaém/183, Santos/184 e Cananéia/187.

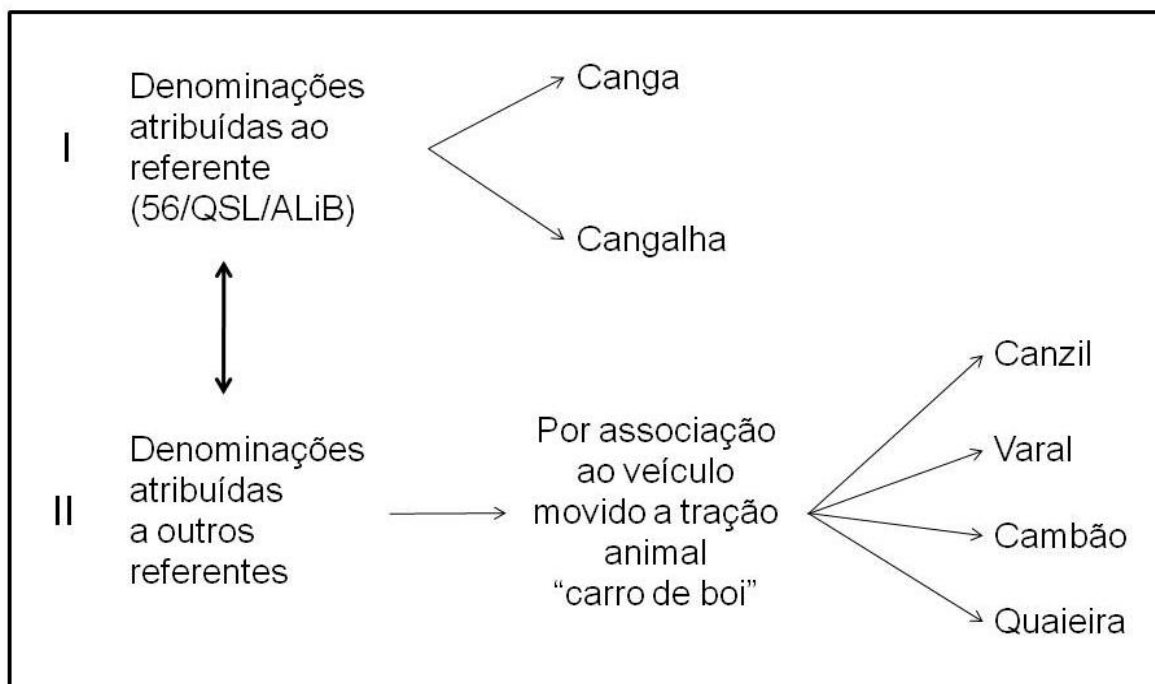
O item lexical *canga*, documentado em toda área territorial examinada, foi mencionado em 27 das 37 localidades da rede de pontos do Projeto ALiB do interior do estado de São Paulo. A unidade léxica *cangalha* foi registrada somente em sete localidades: São José do Rio Preto/152, Teodoro Sampaio/164, Marília/166, Moji Mirim/168, Botucatu/171, Itararé/181 e Ribeira/185.

Outro ponto a ser destacado é o fato de as respostas obtidas para a questão 56/QSL/ALiB resultarem em alto índice de variantes lexicais que não nomeiam o objeto descrito pela pergunta em estudo, o que será discutido na próxima sessão.

4.4.4 Abordagem léxico-semântica

Os dados coletados como resposta para a pergunta 56/QSL/ALiB evidenciaram alta variedade de respostas, no entanto, nem todas foram validadas por nomearem outros referentes. Constatou-se, por exemplo, a presença de duas unidades léxicas citadas como denominações de referentes distintos (54 e 56/QSL/ALiB): *canga* e *cangalha*. Para nomear o referente em causa, também foram fornecidas outras denominações, que foram subdivididas em dois grupos, considerando o objeto nomeado: denominações atribuídas ao referente (56/QSL/ALiB) e denominações atribuídas a outros referentes (por associação ao veículo movido a tração animal “carro de boi”, conforme ilustrados na Figura 5 a seguir:

Figura 5 – Relações de sentido entre as unidades lexicais documentadas como respostas para a questão 56/QSL/ALiB.



Fonte: elaborada pela autora.

O item lexical *canga* foi o mais produtivo como respostas para a questão 56/QSL/ALiB. Segundo as acepções fornecidas pelos dicionários contemporâneos Aulete (2014) e Houaiss (2001), verifica-se que o uso dessa denominação é a mesma atribuída pelos falantes. Além disso, segundo obras lexicográficas mais antigas, como o dicionário de Bluteau (1712-1728), *canga* também é definida como “hum pao groffo com faces, cõ o qual puxaõ os boys, para levarê o carro, com o pefcoços numas traveffas, a que chamaõ de cangalhos”. Em Silva (1813), *canga* é definida como “o jugo, com que se jungem os bois para a lavoira”.

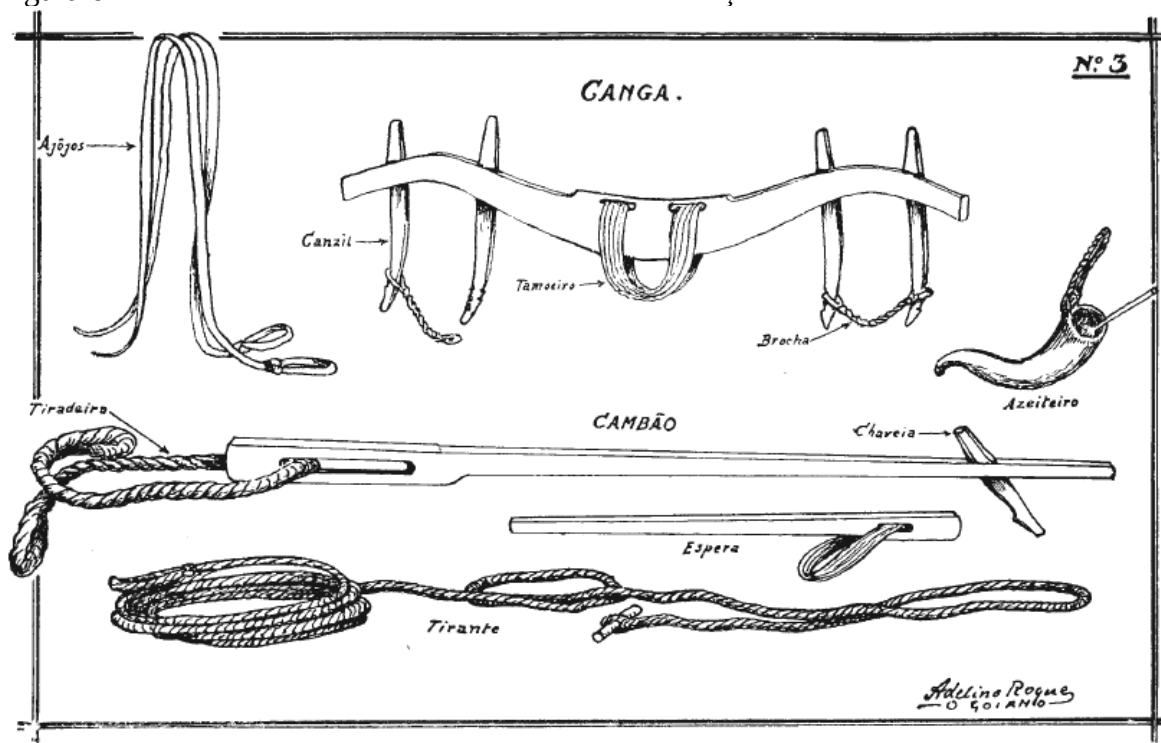
As definições registradas em Aulete (2014) e em Houaiss (2001) para a unidade lexical *cangalha* (transcritas na discussão léxico-semântica da questão anterior) identificam o uso de *canga* para nomear os referentes contemplados pelas questões 54 e 56/QSL/ALiB. Em Bluteau (1712-1728), *canga* é definido como “o que chamaõ de cangalhos” e no verbete *cangalho* registra a seguinte acepção: “paos de carga de boys. Vid. Canga”. Silva (1813), por seu turno, define *cangalha* como

Duas como canastras de grades de páo, que se accommodáo no seladouro das bestas, pendendo de cada lado a sua, para cercas cargas. Armação de páo com suadoiros, ou esteirões, que assentão no selladouro de cavallos de carga no Brasil; d’uma banda, e d’outra prende a carga em sacos, bruacas, canastra, cassuás.

Observa-se que as unidades lexicais *canga* e *cangalha* podem denominar o mesmo referente e que há consenso entre as acepções fornecidas por dicionários de língua portuguesa contemporâneos e antigos.

A imagem a seguir, extraída da obra *Ciclo do carro de bois no Brasil*, de Bernardino José de Souza (2003), ilustra o objeto *canga* e outros aparatos relacionados ao carro de boi:

Figura 6 – Acessórios utilizados no veículo movido a tração animal “carro de boi”.



Fonte: Souza (2003, p. 553¹⁶).

Nota-se pela ilustração que os itens lexicais *canzil*, *varal*, *cambão* e *quaieira* nomeiam elementos associados ao veículo movido a tração animal “carro de boi”, mas são distintos da *canga*. Na sequência, são discutidas as definições dessas unidades lexicais extraídas das obras lexicográficas pesquisadas.

A unidade lexical *canzil* foi mencionada três vezes como resposta para a questão 56/QSL/ALiB e, para a questão 54/QSL/ALiB, como ocorrência única. Conforme as definições fornecidas pelos dicionários Aulete (2014) e Houaiss (2001), *canzil* nomeia cada um dos paus que são presos a *canga* que é fixada no pescoço dos bois que puxam o

¹⁶ Obra disponível em: <https://bdor.sibi.ufrrj.br/bitstream/doc/455/1/GF%2015%20PDF%20%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em 20.jul.2019

carro ou o arado, o que é confirmado pelo comentário do informante 2 do ponto Andradina/155, sobre o *canzil* como parte da *canga*:

INQ.- A canga que o senhor falou pro animal puxar o arado é igual essa?

INF.- Isso, isso aqui é a canga. Esse aqui é a canga e esse aqui os canzil, ó.

INQ.- Ah, cada parte desse.

INF.- Esse aqui é dupla, é aqui vai uma, aqui vai um animal, um boi né, uns boi. Esse aqui é... essa canga vai na, na, no pescoço dele pra travá embaixo, (inint.) essa argola, desse aqui tamém. Esse aqui é uma canga e esse daqui são os canzis... ó travá no pescoço do ani, do boi.

INQ.- Pra puxar o arado.

INF.- É, pra puxá o arado. E aqui, e aqui no meio vai aquele cambão aqui ó podê pegá lá na ferramenta pra ele puxá.

INQ.- Aí pra atravessar a cerca também chama de canga só que é diferente?

INF.- É, aquilo lá já canga pra travessia de cerca. Um boi varador de cerca, um animal varador de cerca. Ele tem um outro tipo de coisa, pô uma furquia né, de pô uma furquia e amarra embaxo cum, cum, cum tipo de uma argola aqui. Então essa furquia ela vem dois... dois, do, dois pau pra baxo aqui e fica um pra cima. É furquilha. Pra ele num vará a cerca. Aí ele vai ali, ali ele num passa pra frente. (inint.) ele pode arrebená a cerca, mai... (inint.).

INQ.- Acho que o senhor que é o “Rei do Gado”, viu. (risos)

A menção ao *canzil* pode ser justificada por associação estabelecida pelos informantes entre as peças que se juntam no “carro de boi”, ou seja, partes específicas que compõem o carro de boi ou o arado. A nomeação em causa revela a relação metonímica entre o *canzil* e a *canga* que são partes que compõem, ao mesmo tempo, o carro de boi e o arado. Essa designação pode ter sido atribuída pelos informantes em razão da proximidade da parte pelo todo e também pelo desconhecimento do aparato nomeado de *canga*, considerando-se o alto índice de não respostas para essa questão.

Houve ainda o registro do item lexical *varal*, assim definido por Houaiss (2001): “nos veículos puxados por animal, cada uma das duas varas grossas entre as quais ele é atrelado”. Aulete (2014), por sua vez, no verbete atualizado, define *varal* como “cada uma das duas varas grossas e compridas que saem de cada lado das liteiras, cadeirinhas, andores etc. para servir de apoio àqueles que são transportados” e “Mec. Cada uma das duas varas retas ou curvas que nos veículos de duas rodas ligam o carro com o cavalo ou cavalos que o puxam”. No verbete original há a seguinte informação na última acepção atribuída à unidade léxica *varal*: “nenhum outro animal lhe fazia canga, e por essa razão estava condenado a trabalhar sempre só, e apenas de arado ou charrua, porque Patarró não estava para acrescentar os *varais* das carroças” (Noel Teles, Terra Campa, I, c. 10, p. 80). ”.

Cambão, do mesmo modo, nomeia partes que o “carro de boi”, conforme ilustrado na Figura 6. Na obra de Houaiss (2001) *cambão* é definido como “peça de madeira com que se prende por correias um ou mais bois a um carro, arado, moinho, engenho ou outro aparelho ou veículo de tração animal”, “junta de bois” e “(1836) peça

que prende às almanjarras das atafonas ou das noras os animais que as movimentam”. Aulete (2014) também define o item lexical em questão como “aparelho com que se unem duas juntas de bois à mesma carroça ou a um instrumento agrário”; “peça de madeira a que se prendem os animais que fazem mover a nora”, “pau, que se pendura ao pescoço do animal, para que não se afaste muito nem penetre em roças ou cerrados”; “junta de bois” e “cabo rígido, com uma laçada na ponta, para apreender animais soltos nas ruas, evitando a aproximação do animal de quem os maneja”.

A variante lexical *quaieira* não está dicionarizada nas obras lexicográficas consultadas. O trabalho de Marins (2012), *O rural e o urbano: novos e velhos falares na região Centro-Oeste*, que analisou o léxico rural da região Centro-Oeste brasileira, também registrou esse designativo para nomear o referente em questão. A autora esclarece:

Também foi analisada, nesse estudo, a unidade lexical *quaieira*, que não está dicionarizada em nenhuma das obras consultadas. Porém, ao pesquisar, na ferramenta Google, essa unidade lexical, vê-se uma frequência de aproximadamente 250 palavras, como acessórios de cavalos. Sabe-se que no universo rural *quaieira* dá nome à peça a ser colocada no pescoço do animal feita de couro ou de palha que é presa com um canzil de madeira (palha) ou de ferro (couro) com gancho onde é presa a corrente pra puxar o arado ou a carroça. É possível que a variante em questão não tenha sido documentada nas obras pesquisadas por se tratar de um termo mais técnico, voltado ao universo rural (MARINS, 2012, p. 107)

Conclui-se, então, que essa unidade nomeia um tipo de acessório utilizado em cavalos para prendê-los a carroças, carros ou arados. Outro ponto a ser observado é que *quaieira* foi mencionado apenas três vezes por informantes jovens do sexo masculino. Segue o exemplo do comentário do informante 1 de Presidente Epitácio, ponto 161, a respeito dessa forma lexical:

INQ.- esse aqui é o outro é de madeira tamem vai nu pescoço mais pra puxar o arado.. então aqui põe no pescoço e aqui põe o arado amarra aqui pra poder puxar
 INF.- quaieira
 INQ.- como?
 INF.- aqui a nossa aqui é quaieira né mai é menor qui esse aqui né
 INQ.- mais serve pra puxa o arado
 INF.- é
 INQ.- é mais difícil vê hoje é?
 INF.- é.. hoje em dia é quaieira né que se chama issu ai... é bem esquisito (risos)

Frente ao exposto, pode-se considerar que nos casos anteriormente explanados (*canzil*, *varal*, *cambão* e *quaieira*) tenha ocorrido um processo associativo entre os as unidades léxicas mencionadas e o sema “veículos puxados por animais”. O Quadro 10 a seguir reúne as unidades lexicais consideradas como válidas para nomear o objeto

descrito pela questão 56/QSL/ALiB, considerando as acepções dos dicionários pesquisados:

Quadro 10 – Dicionarização das unidades lexicais que nomeiam a “canga” (válidas).

Item lexical	Houaiss (2001)		Aulete (2014)	
	Sim	Não	Sim	Não
Canga	X		X	
Cangalha	X		X	
Canzil		X		X
Quaieira		X		X
Varal		X		X
Cambão		X		X

Fonte: Elaboração da autora.

Ao todo foram computadas seis variantes lexicais como respostas para a questão 56/QSL/ALiB, no entanto, somente duas foram validadas (*canga* e *cangalha*). Além disso, os dados obtidos como resposta para essa questão apontaram a tendência de uso de nomes atribuídos a outros referentes na nomeação da “canga” a partir de um processo associativo. Outro ponto a ser observado é que grande parte dos informantes não soube responder a questão, o que aponta para o possível desconhecimento do referente.

Por fim, é importante ressaltar que, para este estudo, a questão 55/QSL/ALiB “a armação de madeira que se coloca no lombo do cavalo ou do burro para levar cestos ou cargas” não foi selecionada para estudo em razão de evidenciar índices ainda maiores de não respostas. Durante a coleta de dados, verificou-se que os informantes mencionam nos comentários nunca terem visto o referente contemplado por essa questão e explicam não ser comum no estado de São Paulo a prática de transporte de mercadorias no lombo do cavalo em recipientes pendurados na *cangalha*, observações essas coerentes no contexto histórico atual.

4.5 “O homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho” – 61/QSL/ALiB

4.5.1 Abordagem quantitativa

O levantamento das respostas para a pergunta em questão, no universo de localidades selecionado para este estudo, resultou em nove variantes lexicais que computaram um total de 170 ocorrências, além do registro de 16 casos de não respostas. Dentre as variantes registradas, as seguintes alçaram maior produtividade: *diarista*,

boia-fria, *peão*, *camarada* e *pau-de-arara*. As demais variantes mencionadas pelos informantes estão entre os dados listados na Tabela 10:

Tabela 10 – Produtividade das denominações para “diarista” (61/QSL/ALiB) no interior do estado de São Paulo

Itens lexicais	Nº absoluto de ocorrências	Porcentagens
Diarista	72	42,4%
Boia-fria	37	21,8%
Peão	22	12,9%
Camarada	9	5,3%
Pau-de-arara	5	2,9%
Trabalhador rural	5	2,9%
Birolo	2	1,2%
Avulso	1	0,6%
Bié	1	0,6%
NR	16	9,4%
Total	170	100,0%

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

É possível visualizar pelos dados da Tabela 10 o alto índice de produtividade de variantes obtidas como resposta para a questão 61/QSL/ALiB, aspecto a ser discutido no final desta sessão, na perspectiva léxico-semântica. Já os casos de não resposta revelaram baixo teor de expressividade, pois somente 9,4% dos informantes não souberam nomear o referente em causa. Além disso, algumas variantes foram agrupadas da seguinte forma:

Quadro 11 – Agrupamentos de variantes documentadas para nomear o “diarista”

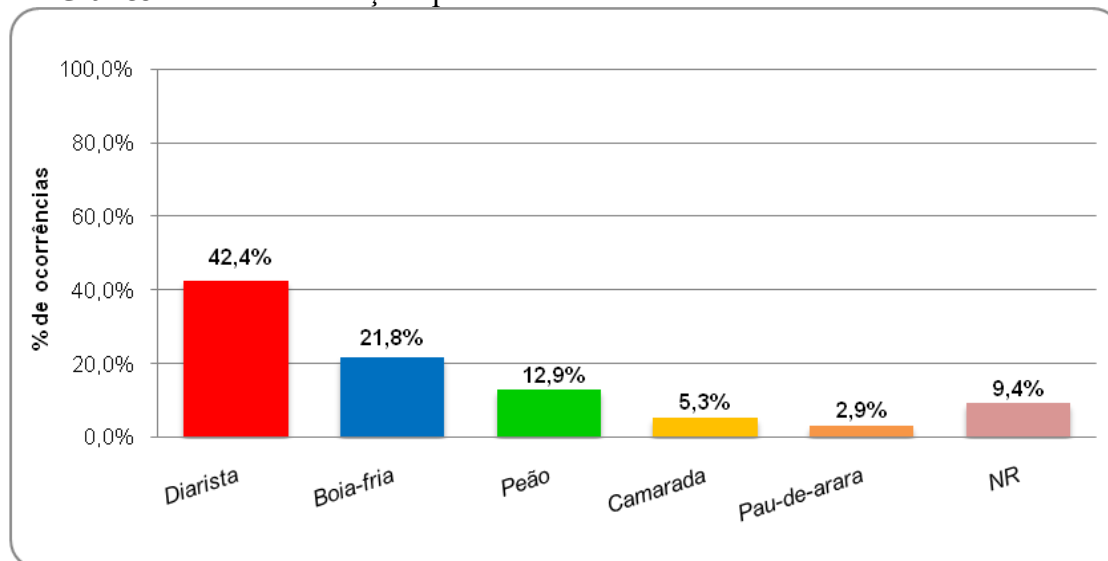
Item lexical	Variantes agrupadas
Diarista	<i>Diário</i>
Boia-fria	<i>Boia-frias</i>
Peão	<i>Pião</i>

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Para fins de análise, foi efetivado o agrupamento das variantes em estudo segundo os critérios apresentados no capítulo anterior. Nesses casos, considerou-se o critério fonético em *pião* e o de flexão de gênero e número em *boias-frias*. A *diarista* foi associado o item lexical *diário* considerando o sema “período de tempo que vai do nascer ao pôr do sol”.

O Gráfico 11, na sequência, reúne as unidades lexicais mais produtivas para nomear o “diarista” e respectiva frequência das unidades léxicas examinadas:

Gráfico 11 – Denominações para “diarista” no interior do estado de São Paulo.



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

A forma predominante no vocabulário dos paulistas entrevistados para nomear o referente em questão é *diarista*, com 42,4% das ocorrências; em segundo lugar vem *boia-fria* com 21,8% e na sequência *peão* com 12,9%. Outras unidades lexicais, embora em menor representatividade, também se destacaram: *camarada* (5,3%) e *pau-de-arara* (2,9%).

4.5.2 Abordagem diatópica

Neste tópico examina-se a distribuição espacial dos itens lexicais mais produtivos que foram atestados pela fala dos informantes. Os dados são apresentados segundo a distribuição por mesorregião administrativa do território paulista (Tabela 11):

Tabela 11 – Produtividade das denominações para “diarista” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE no interior do estado de São Paulo

Itens lexicais	Diarista	Boia-fria	Peão	Camarada	Pau-de-arara
Mesorregiões					
São José do Rio Preto	4	3	2	1	1
Ribeirão Preto	5	5	2	-	4
Araçatuba	5	2	-	-	-
Bauru	5	3	2	2	-
Araraquara	4	1	2	-	-
Piracicaba	4	-	-	-	-
Campinas	5	1	4	-	-
Presidente Prudente	9	8	2	2	-
Marília	1	1	-	1	-
Assis	5	2	2	1	-
Itapetininga	8	6	1	2	-
Macro Metropolitana Paulista	2	2	2	-	-
Vale do Paraíba	4	1	3	-	-
Litoral Sul Paulista	8	2	-	-	-
Metropolitana de São Paulo	3	-	-	-	-
Total	72	37	22	9	5

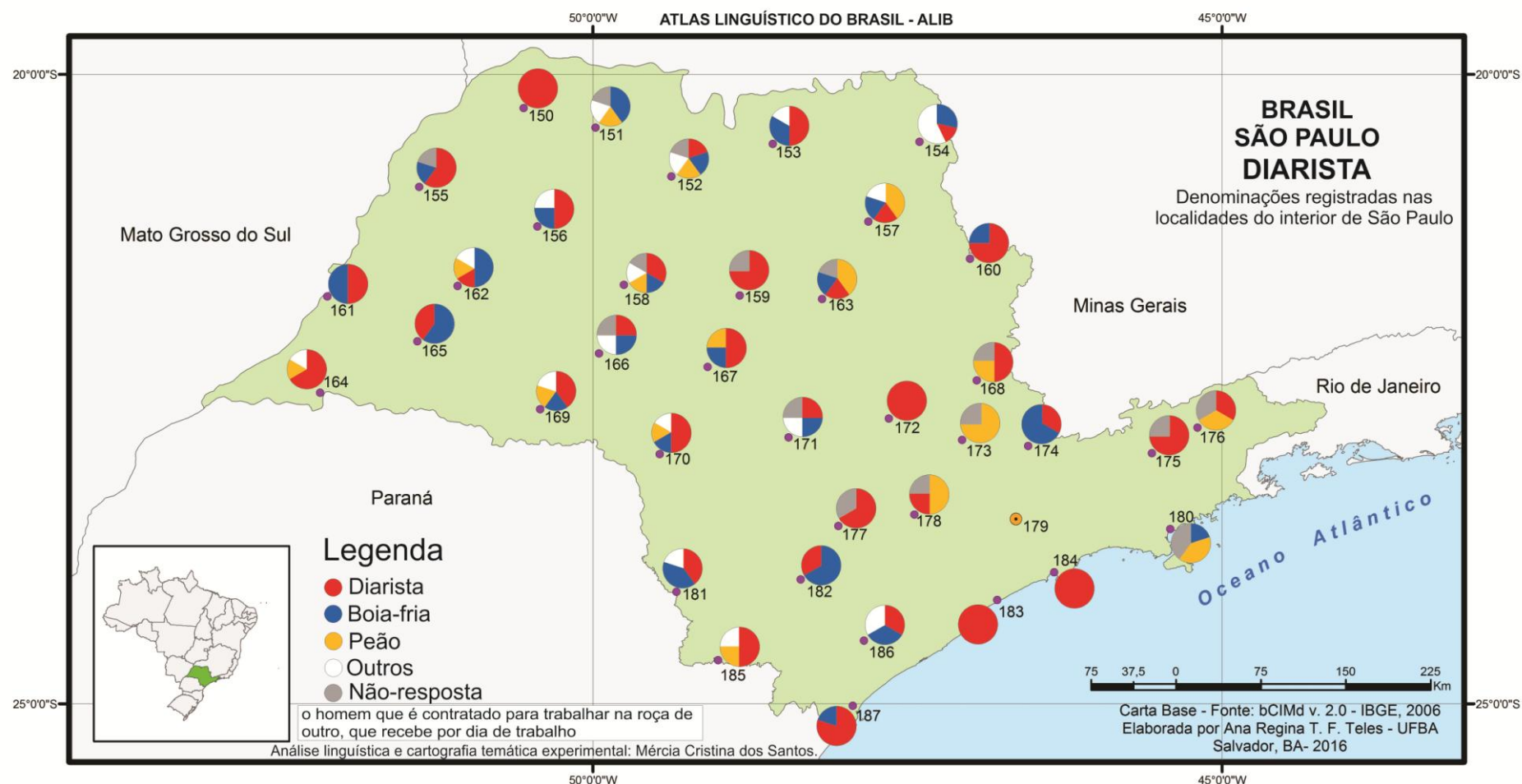
Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Nota-se, pelos dados da tabela, que a unidade lexical *diarista* foi documentada em todas as mesorregiões paulistas. Houve o registro de *boia-fria* na maioria das mesorregiões, exceto em Piracicaba e na Metropolitana de São Paulo. A unidade léxica *peão*, a terceira mais produtiva, não foi mencionada em apenas cinco mesorregiões: Araçatuba, Piracicaba, Marília, Litoral sul paulista e Metropolitana de São Paulo.

As unidades lexicais menos produtivas apareceram em várias mesorregiões: *camarada* em seis delas (São José do Rio Preto, Bauru, Presidente Prudente, Marília, Assis e Itapetininga); *pau-de-arara* somente em duas (São José do Rio Preto e Ribeirão Preto).

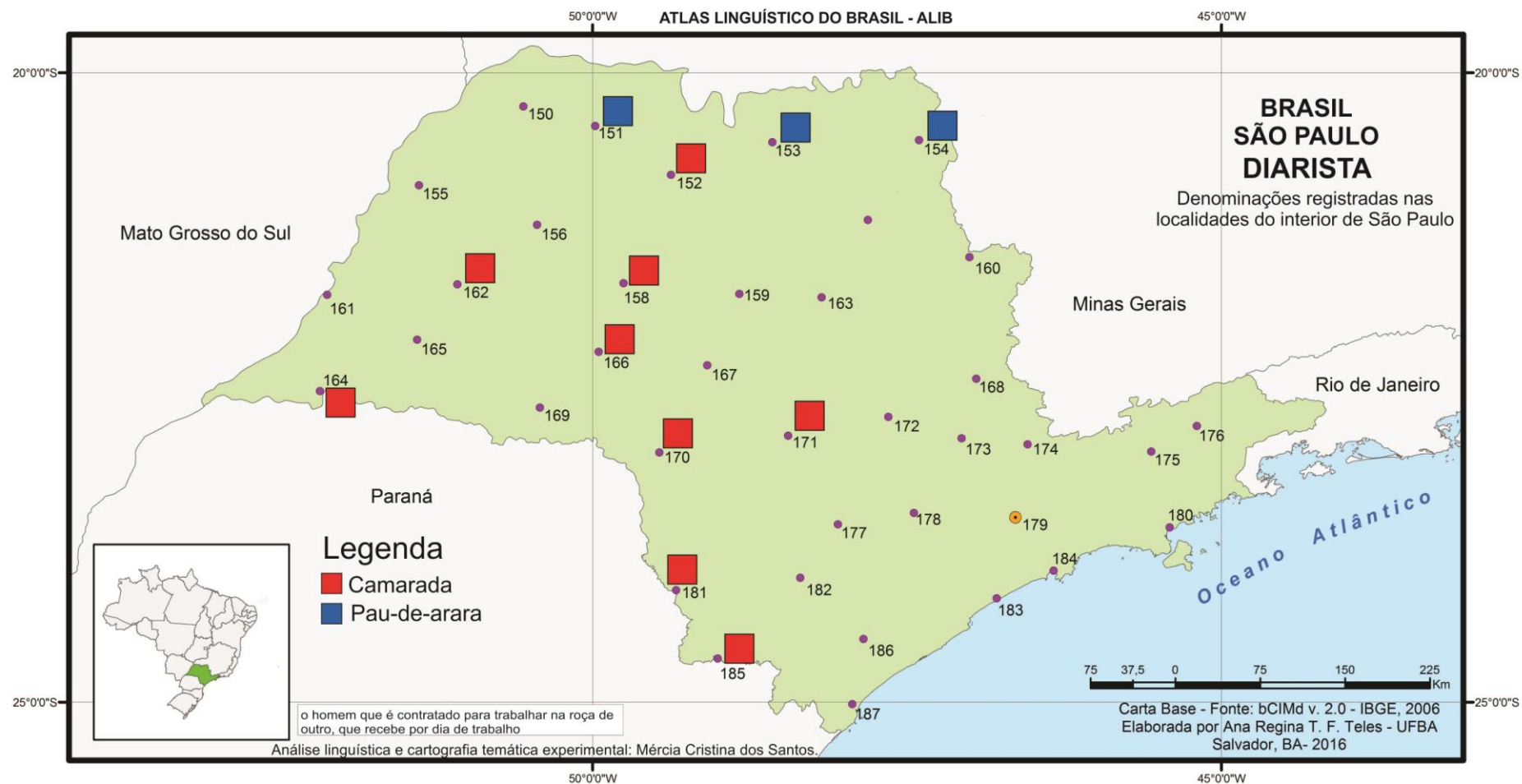
A distribuição espacial das unidades lexicais mais produtivas e a dos itens léxicos menos produtivos nas 37 localidades investigadas pode ser verificada nas Cartas 5 e 6, a seguir:

Carta 5 - Denominações para “diarista” mais produtivas no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Carta 6 - Denominações para “diarista” menos produtivas no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora

De acordo com a Carta 5, a unidade *diarista* foi mencionada em todo estado de São Paulo com 100% de ocorrências em três localidades: Jales/150, Piracicaba/172, Itanhaém/183 e Santos/184. Todavia, não foi mencionada em três localidades: Votuporanga/151, Campinas/173 e Caraguatatuba/180. *Boia-fria*, o segundo item mais produtivo, foi documentado em grande parte do território investigado, embora em menor proporção. A unidade lexical *peão* também se distribui por todo o território de São Paulo, sobretudo, em maior índice de produtividade em regiões próximas à divisa com o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Em se tratando das unidades menos produtivas, mapeadas na Carta 6, percebe-se que o item lexical *camarada* foi registrado em uma grande área situada nas regiões leste e sul do estado de São Paulo e por toda fronteira com o Paraná. Já a unidade léxica *pau-de-arara* foi obtida somente na região norte do estado, nas mesorregiões de Ribeirão Preto e de São José do Rio Preto.

4.5.3 Abordagem léxico-semântica

A unidade lexical *diarista*, a mais produtiva, é definida por Houaiss (2001) como “que ou quem não tem salário fixo, ganhando apenas os dias trabalhados (diz-se de ou trabalhador)”; “diz-se de ou empregado cujo salário é calculado por dia” e “que ou quem recebe diária por seu trabalho”. Em Aulete (2014), no verbete atualizado, aparece *diarista* na acepção de alguém “que presta serviço e recebe por dia trabalhado”; “empregado doméstico que recebe por dia trabalhado”, enquanto no verbete original é classificado como um brasileirismo na acepção de “trabalhador, que só ganha nos dias em que trabalha. F. Diária”.

Entremeio às acepções dos dicionários e aos comentários dos informantes, nota-se que o uso da forma *diarista* pode estar associada ao traço semântico “período de tempo que vai do nascer ao pôr do sol”, ou seja, à noção de dia. Além disso, em ambos os casos dicionarizados, aparece outro sema na definição: “que recebe por dia trabalhado”, o que justifica a consideração dessa unidade lexical como válida.

Já a variante *boia-fria*, em Houaiss (2001), é definida como “trabalhador rural itinerante que se ocupa em tarefas sem vínculo empregatício” e “derivação por extensão de sentido: empregado que come no local de trabalho a boia (comida) que traz de casa (tal como os *boias-frias* rurais)”. Em Aulete (2014) essa unidade lexical é definida como “trabalhador rural que presta serviços temporários na época do plantio ou colheita” e “P.ext. Trabalhador que leva de casa a refeição que será comida, fria, no

trabalho, à maneira dos trabalhadores rurais assim denominados”. Os informantes atestam essas mesmas acepções, conforme os excertos a seguir do informante 3 da localidade Adamantina/162 e do informante 1 de Presidente Prudente/165:

INQ. – e qual a diferença do boia-fria?

INF. 3/162 – O boia-fria... o boia-fria é porque ele levanta de madrugada e ele faz a boia e leva numa marmita... então se fala boia-fria, porque ele vai comê essa comida tá fria memo né, a hora que ele fô almoçá... essa comida tá fria. Então ele leva esse nome de boia-fria por causa da boia que...

INQ. – Mas ele num ganha por dia?

INF. 3/162 – É o bóia-fria é o que trabaia... o boia-fria é o que trabaia assim... trabaia pra um pra otro né, num tem um emprego fixo, num é assalariado né, num é um...

INF. 1/165 – pessoal vai com as marmitinha no caminhãozim. Minha mãe quantas veis trabaiô disso!

Comparando-se as definições fornecidas pelos dicionários com os comentários dos informantes, pode-se notar que o uso da unidade lexical *boia-fria*, além de se referir ao modo de como essa categoria de trabalhadores se alimenta, também evoca uma carga pejorativa, traço semântico mencionado pelos informantes, mas que estão ausentes nas definições de ambos os dicionários, conforme o exposto a seguir – informante 3 da localidade São José do Rio Preto/152 e informante 2 de Bernardino de Campo/170:

INQ. – Não tem outro nome?

INF. 3/152 – não, é diarista

INQ. – por aqui não fala boia-fria?

INF. 3/152 – não tem o boia-fria, o diarista...

INQ: qual que é a diferença entre o diarista e o boia-fria?

INF. 3/152 – não tem diferença é o tipo de fala né mais o certo mesmo é diarista

INQ. – e quem que fala boia-fria?

INF. 3/152 – boia-fria é humilha muito a pessoa, é um tipo de humilhação, porque diarista é uma coisa e boia-fria já é uma humilhação, tem genti qui chama é pra humilha a pessoa.

INQ. – Tem algum, tem outro nome?

INF. 2/170 – Ah, a gente fala... não, fala assim, que as pessoa que trabalha assim então nós fala né, são os bóias frias né, que vai né, trabalhar né, por dias né, cada dia eles tão num...

INQ. – É, na minha terra também é bóia fria. É legal, eu acho bonito esse nome.

INF. 2/170 – É o povo tem preconceito né, de falá: “são bóia fria” né, mai... num tem nada a vê, ma’ o povo tem. Aqui tem.

INQ. – Tá trabalhando né.

INF. 2/170 – É, mais eles são meio discriminado até né, muita das veiz né, porque... vai num comércio, alguma coisa, aí fala assim: “eu sô bóia fria”, então num tem né.

INQ. – Ahn, é porque daí trabalha só por um dia né.

INF. 2/170 – É, então, num tem assim, aquele emprego fixo, a renda é menos, então já é mais difícil de abri um crediário, pra você comprá assim né, vamo supor você tem um cheque, eles qué sabê a informação certim, então tudo fica mais difícil né, agora pra gente que tem outro emprego já tudo fica mais fácil né.

A forma lexical *peão* é definida por Houaiss (2001) como um “regionalismo: Brasil auxiliar de boiadeiro; empregado no trabalho rural”. No verbete atualizado do dicionário Aulete (2014) é classificado como “Bras. Auxiliar de boiadeiro; vaqueiro”; “trabalhador rural”; “trabalhador da construção civil e de obras viárias, dentro ou fora das cidades”; “qualquer trabalhador braçal ou não qualificado”; “Bras. Conductor de tropa”, “RS Numa estância, pessoa encarregada dos serviços domésticos; CONCHAVADO”. No verbete original da obra Aulete (2014), a definição do item léxico *peão* é assim apresentada: “(Bras.) nome dado ao trabalhador rural, ainda que faça o seu serviço a cavalo, como nas estâncias gaúchas”; “qualquer serviçal de estância; conchavado”. Em ambos os casos, o uso desse item na acepção de *peão* é classificado como um regionalismo do Brasil, como também, um regionalismo do Rio Grande do Sul, não sendo mencionando o estado de São Paulo. Nota-se que essa unidade lexical se aplica tanto ao trabalho casual no campo com animais, como a trabalhos gerais realizados dentro e fora do ambiente urbano.

A forma lexical *camarada*, por sua vez, é definida por Houaiss (2001) como “derivação por extensão de sentido, trabalhador (a) que é empregado temporariamente numa propriedade rural para tarefa doméstica, agrícola, pecuária, de exploração mineral, etc.” e por Aulete (2014) na acepção de “trabalhador temporário em propriedade rural”, no verbete atualizado, e “(Bras.) Trabalhador avulso nas fazendas”, no verbete original. Observa-se que as informações contidas nas definições fornecem pistas que indicam o uso dessa unidade lexical também na acepção de “diarista”, posto que contêm os traços semânticos “trabalho temporário” e “realizado no campo”. A definição de *camarada* no verbete original de Aulete (2014) também registra o sema *avulso*, unidade lexical que foi mencionada pelos informantes para nomear “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho”. Segundo Aulete (2014), no verbete atualizado, a unidade lexical *avulso* é definida como aquele “que não faz parte de um grupo fixo: *funcionários contratados e trabalhadores avulsos*”. Dessa forma, a partir da acepção coletada em Aulete (2014) validou-se o uso desse item (*camarada*) como uma denominação para “diarista”.

A unidade lexical *pau-de-arara*, por sua vez, é definida por Houaiss (2001) como “caminhão que transporta retirantes nordestinos”; “alcunha dada aos nordestinos que emigraram para outras regiões, viajando em grupos nesses caminhões” e “derivação: por extensão de sentido. Uso pejorativo. Qualquer nordestino”. Aulete (2014), por seu turno, no verbete atualizado define *pau-de-arara* como “caminhão que

transporta retirantes do Nordeste brasileiro, ger. Rumo a estados do Sul e do Sudeste do País”; “esse retirante” e “Pej. Qualquer nordestino”, enquanto no verbete original traz a seguinte acepção: “(Pop.) nome dado aos nordestinos que emigram para os Estados do Sul à procura de trabalho, e viajam aos grupos, em caminhões de carga”, “estes mesmos caminhões”, “(Por ext.) qualquer nordestino, sobretudo os que no Rio de Janeiro e São Paulo se dedicam a misteres humildes; Paraíba”.

Esse uso lexical pode ser considerado como um exemplo do resultado do contato linguístico em relação às correntes migratórias que antecederam o cenário atual de São Paulo. Os comentários dos informantes 3 da localidade Votuporanga/151, 3 de Barretos/153 e 1 de Franca/154 são esclarecedores quanto ao uso contemporâneo da unidade lexical *pau-de-arara* na acepção:

INQ. – e esse pau-de-arara que você falou é o que?

INF. 3/151 – é caminhão pau-de-arara também... É o seguinte hoje é ônibus né, de primeiro era caminhão e tinha um pau assim no meio assim ó pra turma segurá aquilo chama pau-de-arara. Hoje fala *boia-fria* porque o pessoal vai de ônibus mais di primeiru não era no ônibus, era nu caminhão, punha um pau no meio e todo mundo segurava assim oh e ia embora no pau-de-arara, hoje mudou tudo.

INF. 3/153 – na nossa região a gente chama de pau-de-arara certo que é o cara que vai trabalhar por dia na lavoura.

INQ. – por aqui não chama de boia-fria?

INF. 3/153 – não normalmente é pau-de-arara

INQ. – que que é um pau-de-arara?

INF. 1/154 – pau-de-arara é a pessoa que faz esse tipo de serviço, que colhe café que que apanha cana, tendeu? Que mexe com plantação chama pau-de-arara.

Observa-se a partir do cotejo dos comentários dos informantes com as definições registradas nos dicionários consultados que, embora o estado de São Paulo tenha sido marcado por grandes levadas de imigrantes estrangeiros no período das grandes fazendas de café, os migrantes de outras áreas do Brasil, sobretudo os nordestinos, também se deslocaram para essa região e se transformaram em força de trabalho significativa na economia da região. No entanto, em nenhum dos inquéritos consultados, houve menção da unidade lexical *pau-de-arara* com referência ao nordestino com conotação pejorativa, como o registrado nos dicionários, mas sim como nome dos trabalhadores que recebem por dia de trabalho e se deslocam para o exercício das suas funções em caminhões pau-de-arara. Desta forma, contemporaneamente, o item lexical *pau-de-arara*, além de denominar um tipo específico de transporte, denomina, por uma extensão de sentido, o trabalhador que ganha por dia trabalhado, modalidade que marcou época no interior de São Paulo no trabalho na lavoura.

A definição da unidade lexical *trabalhador rural*, por seu turno, foi buscada nos verbetes *trabalhador* e *rural*. Em Aulete (2014), no verbete *trabalhador*, na opção de verbete atualizado, está registrada a acepção “que trabalha (indivíduo trabalhador); ATIVO; LABORIOSO” e no verbete original aparece a acepção “o homem que trabalha no campo, que se ocupa nos trabalhos rudes da lavoura”. Em *rural*, o mesmo dicionário registra a acepção “que leva a vida no campo ou faz dele seu meio de subsistência (produtor/trabalhador rural); AGRÍCOLA”.

De forma similar, no verbete *trabalhador* Houaiss (2001) registra a acepção “que ou aquele que trabalha”; “que ou o que é dado ao trabalho, que gosta de trabalhar; lidador, pelejador”. O item lexical *rural* está definido como um “Regionalismo: Brasil. Relativo a ou próprio do campo; situado no campo; campestre, agrícola, rústico” e “que ou aquele que se ocupa na vida agrícola; proprietário campestre; lavrador” (HOUAISS, 2001).

Em síntese, essa unidade confirma-se como do indivíduo que vive ou trabalha no campo e sobrevive por meio do exercício de atividades agrícolas, não respondendo a questão 61/QSL/ALiB. Em *trabalhador*, foram identificadas definições genéricas que podem ser aplicadas a qualquer trabalho. Logo, *trabalhador rural* é forma genérica e não pode ser variante de *diarista*, pois requer o traço semântico “que recebe por dia de trabalho”, ausente nas acepções identificadas.

O item lexical *birolo* não está dicionarizado nas obras de Aulete (2014) e de Houaiss (2001) e foi documentado no *corpus* com duas ocorrências somente na mesorregião de São José do Rio Preto (M1), em Jales (ponto 150) e em São José do Rio Preto (ponto 152). Ferreira (2004) define *birolo* como um “Brasileirismo SP boia-fria”, quer dizer, como forma sinônima de *boia-fria*. Um dos informantes assim se refere a essa forma lexical: “INF. 1/150- *trabalha na roça né*”. Posto isso, com base nesse registro lexicográfico pode-se validar essa variante como resposta da questão em pauta, mesmo que tenha sido registrado com baixa intensidade. Provavelmente *birolo* revela-se como uma unidade lexical em vias de desuso que foi resgatada pelo Projeto ALiB.

Por fim, as variantes lexicais *bié* e *tagunço* não estão dicionarizadas nas obras lexicográficas consultadas. Apenas o item *bié* foi documentado no O Dicionário Informal e definido como “pessoa ingênua, fácil de se enganar. Tolo”, talvez essa denominação pode ter sido atribuída por extensão ao estereótipo característico do tipo humano caipira, mas não nomeia o conceito da questão 61/QSL/ALiB.

A seguir, o Quadro 12 reúne as informações relacionadas à dicionarização dos itens lexicais em estudo:

Quadro 12 – Dicionarização das unidades lexicais que nomeiam o “diarista” (válidas)

Item lexical	Houaiss (2001)		Aulete (2014)	
	Sim	Não	Sim	Não
Diarista	X		X	
Boia-fria	X		X	
Peão	X		X	
Camarada	X		X	
Pau-de-arara	X		X	
Trabalhador rural		X		X
Birolo ¹⁷		X		X
Avulso		X		X
Bié		X		X

Fonte: Elaboração da autora.

Em suma, foram apuradas nove variantes e, dentre elas, cinco válidas como denominações do conceito “diarista”. As demais não foram consideradas por nomearem outros referentes. Os semas básicos *trabalho diário* e *receber por dia de trabalho* presentes nas definições dicionarizadas e/ou nos comentários dos informantes foram determinantes para a validação das respostas dos informantes. Percebe-se que o o alto índice de unidades lexicais que não nomeiam o referente em questão demonstra a dificuldade sentida pelo informante urbano para responder essa pergunta em virtude do distanciamento do homem citadino da realidade rural.

¹⁷ A unidade lexical *birolo* não está dicionarizada em Houaiss (2001) e em Aulete (2014), mas está registrada em Ferreira (2004) na acepção em que foi utilizada pelos informantes.

4.6 “O que é que se abre com o facão, a foice, para passar por um mato fechado” – 62/QSL/ALiB e “O caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou homem passarem por ali” – 63/QSL/ALiB.

Para fins de análise, optou-se por examinar os dados documentados por meio das questões 62 (“picada”) e 63 (“trilho”) em conjunto, em virtude de evidenciarem semelhanças e diferenças em termos de uso das mesmas unidades lexicais para nomear referentes distintos, o primeiro como resultado da ação do homem (62/QSL/ALiB) e o segundo um fenômeno natural (63/QSL/ALiB).

No primeiro momento, discutem-se as unidades lexicais mais produtivas com o enfoque quantitativo dos dados e na perspectiva diatópica, separadamente. Na sequência os itens lexicais documentados (mais produtivos, de baixa produtividade e ocorrências únicas) são discutidos na perspectiva léxico-semântica no seu conjunto.

4.6.1 Abordagem quantitativa – Questão 62/QSL/ALiB

Os dados “brutos” obtidos como resposta para a questão 62/QSL/ALiB somaram 211 registros, computando-se oito unidades lexicais, além de cinco casos de não resposta. A produtividade desses dados está registrada na Tabela 12 a seguir:

Tabela 12 – Produtividade das denominações para “picada” (62/QSL/ALiB) no interior do estado de São Paulo

Item lexical	Nº absoluto de ocorrências	Porcentagens
Caminho	79	37,4%
Picada	40	19,0%
Trilha	38	18,0%
Trilho	26	12,3%
Estrada	8	3,8%
Passagem	8	3,8%
Carreiro	5	2,4%
Carreador	2	0,9%
NR	5	2,4%
Total	211	100,0%

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Os itens lexicais dominantes no vocabulário dos paulistas entrevistados, como resposta para a pergunta 62/QSL/ALiB, são os seguintes: *caminho* (37,4%); *picada* (19,0%); *trilha* (18,0%); *trilho* (12,3%) e, com menor produtividade, *estrada* e *passagem* que obtiveram o mesmo percentual de registro (3,8%). Os casos em que os

falantes não souberam responder a pergunta não foi expressivo, ocupando somente 2,4% das ocorrências. As demais unidades são examinadas no tópico relativo à discussão léxico-semântica.

Ressalte-se que no conjunto dos dados lexicais apurados como resposta para a questão 62/QSL/ALiB muitas demonstraram variantes fonéticas e morfossintáticas, razão pela qual realizaram-se alguns agrupamentos com base nos critérios já expostos no capítulo metodológico (Quadro 13):

Quadro 13 – Agrupamentos das variantes documentadas para nomear “picada”.

Item lexical	Variantes agrupadas
Carreador	<i>Carreadô</i>
Carreiro	<i>Carrero, Carrerinha, Carrera</i>
Estrada	<i>Istrada</i>
Passagem	<i>Passage</i>
Picada	<i>Picadas, Picadero, Picadão</i>
Trilha	<i>Trilhada, Triagem, Trierio</i>
Trilho	<i>Trilhu, Trio</i>

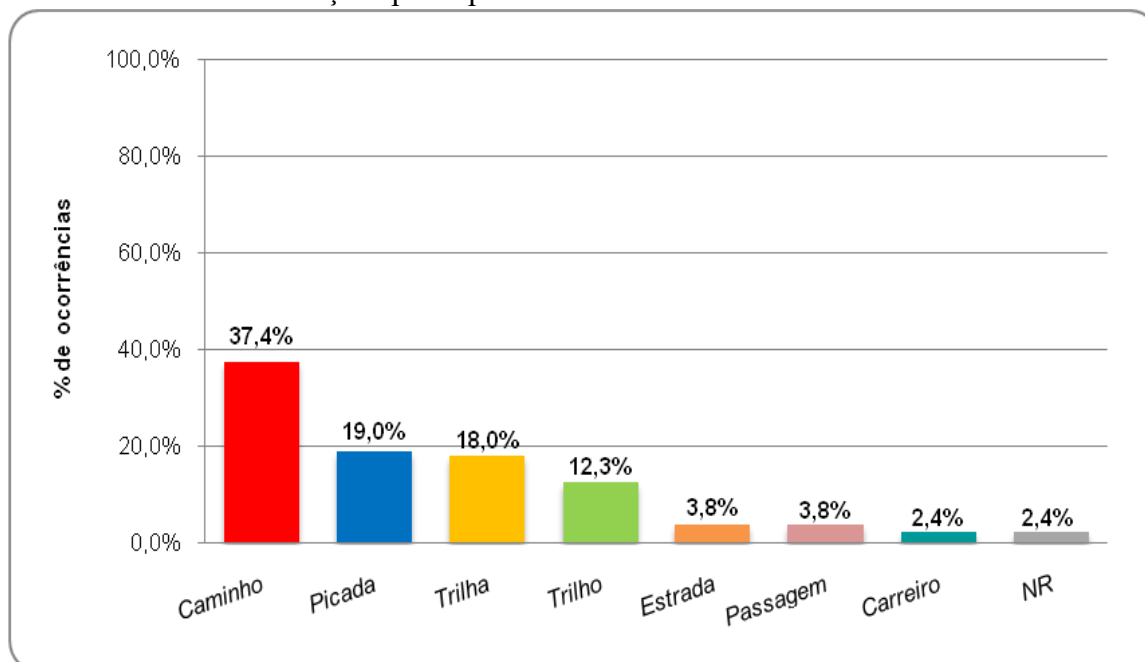
Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Como demonstram os dados do quadro, na maioria dos casos os agrupamentos se deram por questões fonéticas, como em *carreadô*, *carrero(a)*, *istrada*, *passage*, *trilhu* e *trio* que não resultaram em alterações semânticas. Houve também o emprego de formas nos graus diminutivo e aumentativo, como em *carrerinha*, *picadão* e *trilhada* e de forma no plural como em *picadas*. Já em *picadeiro* e *triero* houve o uso do sufixo nominal *-eiro* que denota a formação de um substantivo a partir de outro substantivo (Ex: trilho + eiro).

Em se tratando da variante *trilhada*, o acréscimo do sufixo *-ada* implica uma ação a partir do uso de algum instrumento, que pode ser explicado a partir da própria descrição do referente (061/QSL/ALiB): “o que é que se abre com o *facão*, a *foice*, para passar por um mato fechado”, ou seja, os objetos *facão* e *foice*. O mesmo ocorre com *triagem*, em que o sufixo *-agem* também denota a ideia de resultado de uma ação. Em razão disso, ambos foram agrupados ao item lexical *trilha*.

O Gráfico 12 a seguir reúne as denominações mais produtivas com o respectivo percentual de ocorrência.

Gráfico 12 — Denominações para “picada” no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Os dados do gráfico demonstram que as formas lexicais *picada*, *trilha* e *trilho* alcançaram níveis de ocorrências aproximados, por isso se configuram como formas concorrentes e que o item lexical *caminho*, de caráter genérico, lidera a preferência dos falantes das localidades pesquisadas. As unidades lexicais *estrada*, *passagem* e *carreiro* foram mencionadas com menor grau de expressividade.

4.6.2 Abordagem diatópica – Questão 62/QSL/ALiB

Pretende-se a partir do exame dos dados na perspectiva diatópica identificar a distribuição areal dos itens lexicais documentados. Inicialmente é focalizada a distribuição espacial segundo as mesorregiões do estado de São Paulo e, em seguida, examinadas as variantes segundo as localidades:

Tabela 13 – Produtividade das denominações para “picada” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE) no interior do estado de São Paulo

Itens lexicais Mesorregiões	Caminho	Picada	Trilha	Trilho	Estrada	Passagem	Carreiro
São José do Rio Preto	7	6	1	2	-	1	-
Ribeirão Preto	8	1	4	1	-	1	-
Araçatuba	3	1	3	5	1	-	-
Bauru	7	-	4	3	1	1	-
Araraquara	5	1	3	6	-	1	-
Piracicaba	3	-	1	-	-	1	-
Campinas	6	2	5	1	-	1	-
Presidente Prudente	6	5	4	3	1	-	2
Marília	1	2	1	-	1	-	-
Assis	4	3	1	2	-	-	-
Itapetininga	10	7	4	-	2	-	2
Macro Metropolitana Paulista	5	2	1	1	2	-	-
Vale do Paraíba	6	3	2	2	-	-	-
Litoral Sul Paulista	7	6	2	-	-	1	1
Metropolitana de São Paulo	1	1	2	-	-	1	-
Total	79	40	38	26	8	8	5

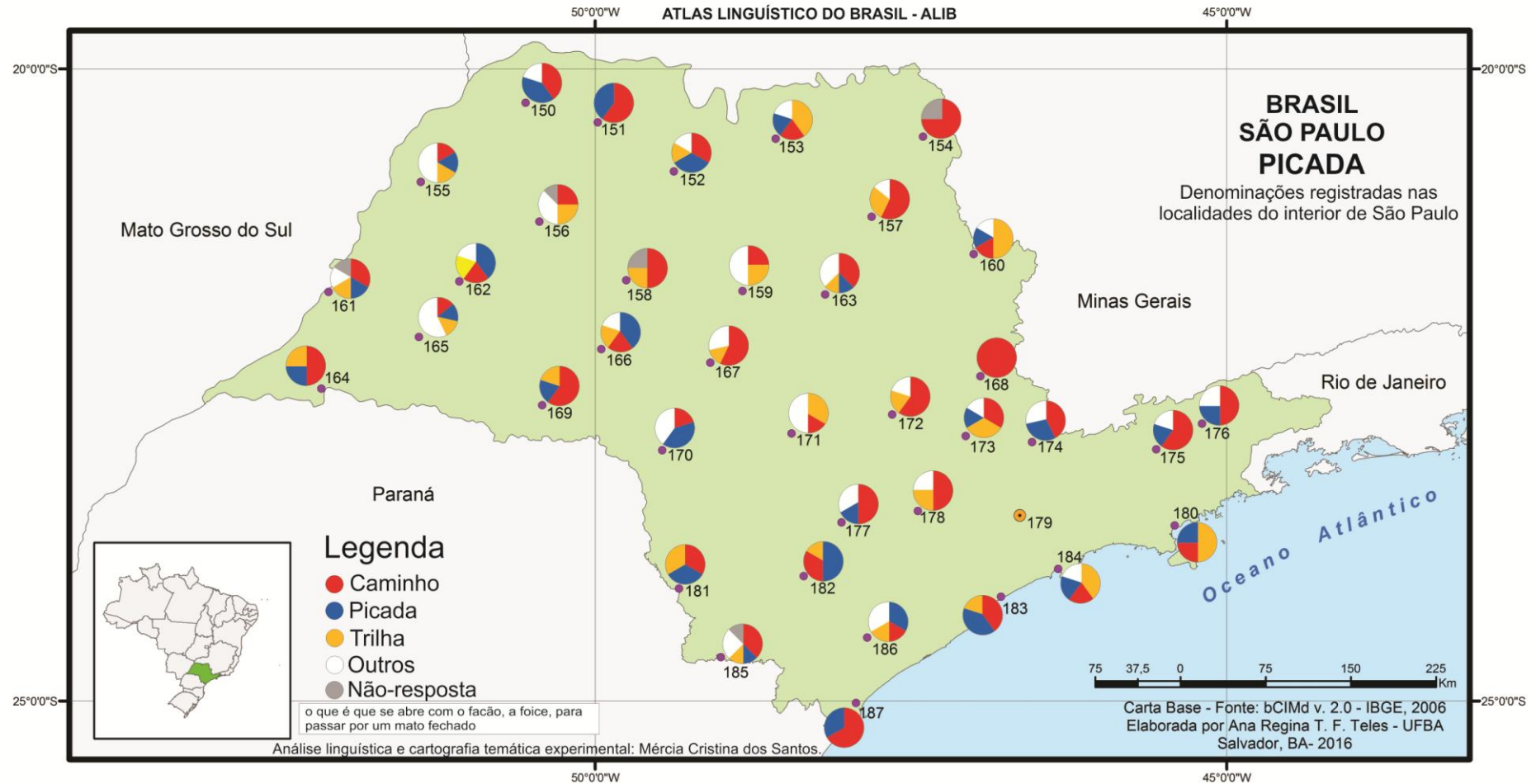
Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Observando-se os dados da tabela, nota-se que as unidades lexicais *caminho* e *trilha* foram citadas em todas as mesorregiões paulistas, enquanto *picada* não foi registrada apenas em Bauru e em Piracicaba. *Trilho*, a quarta unidade mais produtiva, não teve ocorrência em cinco das 15 mesorregiões: Piracicaba, Marília, Itapetininga, Litoral Sul Paulista e Metropolitana de São Paulo.

Houve o registro do item *estrada* em seis mesorregiões enquanto a unidade léxica *passagem*, embora em menor grau de produtividade em relação à *estrada*, foi mencionada em oito delas. A forma léxica *carreiro*, por seu turno, foi citada em três áreas: Presidente Prudente, Itapetininga e Litoral Sul Paulista.

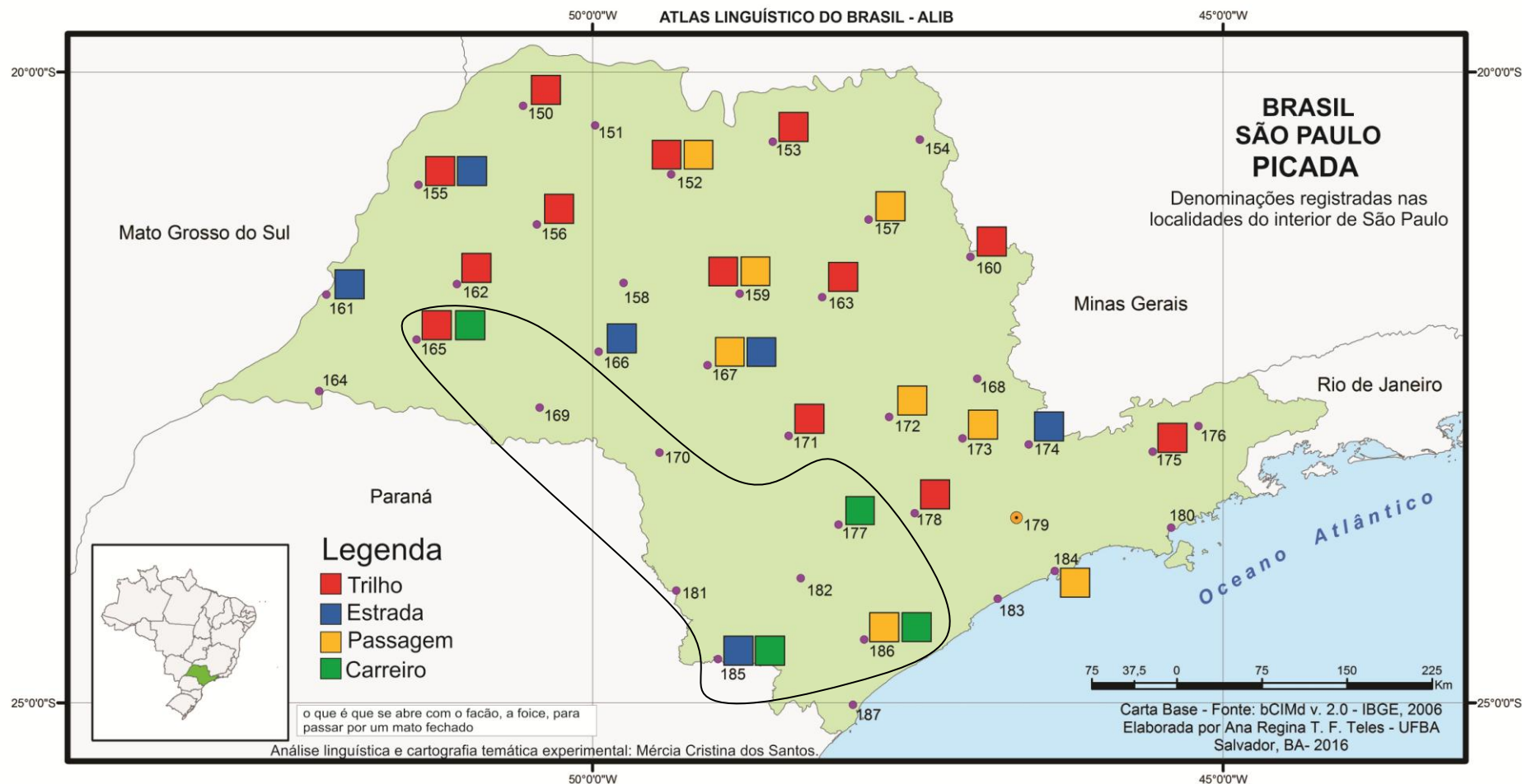
A Carta 7, na sequência, demonstra a distribuição das unidades mais produtivas documentadas no interior do estado de São Paulo com os itens lexicais menos produtivos agrupados no item “outros”. A Carta 8 traz a distribuição espacial da presença e da ausência dos itens lexicais menos produtivos nas 37 localidades da rede de pontos do Projeto ALiB em São Paulo.

Carta 7 - Denominações para “picada” mais produtivas no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Carta 8 - Denominações para “picada” menos produtivas no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

As respostas fornecidas pelo informantes do Projeto ALiB para a questão 62/QSL/ALiB forneceram alto índice de variantes léxicas. De acordo com a Carta 7, que reúne os itens léxicos mais produtivos, *caminho* foi o mais produtivo e documentado nos 37 pontos do Projeto ALiB em São Paulo. A forma lexical *picada* obteve registro significativo por todo o território paulista, no entanto, em algumas localidades próximas umas das outras e situadas na região central do estado não foi mencionada, como em: Araçatuba/156, Ribeirão Preto/157, Lins/158, Ibitinga/159, Bauru/167, Moji-Mirim/168, Botucatu/171, Piracicaba/172 e Sorocaba/178, sobretudo na mesorregião Bauru (M4) e Piracicava (M5) onde em todas as localidades houve a ausência do registro dessa unidade léxica.

O item lexical *trilha* (Carta 7) se distribuiu por todo território sem grandes diferenças, já a produtividade de *trilho* (Carta 8) concentrou-se, sobretudo, na região norte do estado de São Paulo, abrangendo as áreas noroeste e nordeste, além de ter sido constatada a sua ausência no litoral.

Em se tratando de itens lexicais com baixa produtividade, documentados na Carta 8, *passagem* e *estrada* foram mencionados em áreas diversas, enquanto a unidade lexical *carreiro* teve presença significativa em regiões específicas: extremo sul e leste do estado de São Paulo, nos pontos Presidente Prudente/165, Itapetininga/177, Ribeira/185 e Registro/186

4.6.3 Abordagem quantitativa – Questão 63/QSL/ALiB

No conjunto dos dados relacionados à pergunta em questão foram apurados três casos de não respostas e 183 registros de respostas. Para este estudo, foram registrados oito itens que nomeiam o referente da questão em pauta: *trilho* (70), *caminho* (52), *trilha* (37), *estrada* (9), *carreador* (5), *carreiro* (4), *picada* (2) e a ocorrência única *passagem*, conforme o exposto na Tabela 14:

Tabela 14 – Produtividade das denominações para “trilho” (63/QSL/ALiB) no interior do estado de São Paulo.

Itens lexicais	Nº absoluto decorrências	Porcentagens
Trilho	70	38,3%
Caminho	52	28,4%
Trilha	37	20,2%
Estrada	9	4,9%
Carreador	5	2,7%
Carreiro	4	2,2%
Picada	2	1,1%
Passagem	1	0,5%
NR	3	1,6%

Total	183	100,0%
-------	-----	--------

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Houve apenas três situações em que os falantes não souberam a resposta para a pergunta em pauta. Em contrapartida, observa-se alto índice de registro de outras unidades lexicais coletadas, incluindo a utilização de formas lexicais com significação genérica, que serão discutidas posteriormente na perspectiva léxico-semântica.

Assim como o observado nos dados relativos à questão anterior, na pergunta 63/QSL/ALiB também foram observadas variantes fônicas, morfológicas e gráficas das unidades lexicais apuradas que, a exemplo das questões já examinadas, foram agrupadas segundo os critérios mencionados no capítulo metodológico (Quadro 14):

Quadro 14 – Agrupamentos das variantes documentadas para nomear “trilho”.

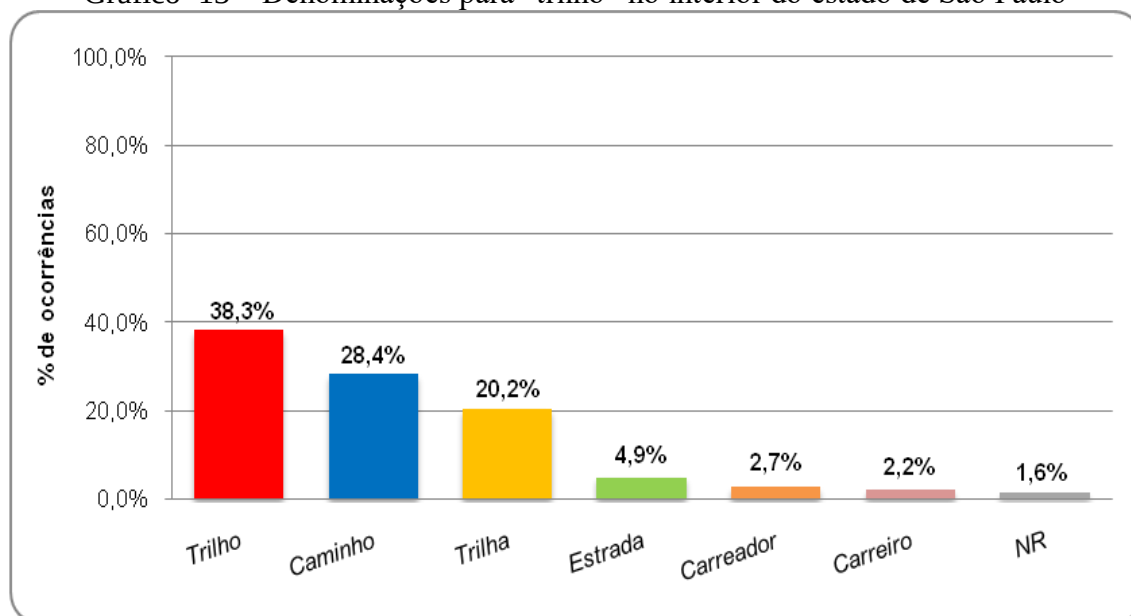
Item lexical	Variantes agrupadas
Caminho	<i>Caminhozinho, camim da roça, caminho do tatu</i>
Carreador	<i>Carriador, Carriadô</i>
Carreiro	<i>Carrero, Carreros</i>
Estrada	<i>Estradinha, Istradinha</i>
Trilha	<i>Trilhinha, Triera, Triagem, Triero, Triero do gado</i>
Trilho	<i>Trio, Trio do gado, Triozinho</i>

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Os agrupamentos seguem os mesmos parâmetros adotados para a questão anterior (62/QSL/ALiB). Mencionam-se aqui somente os casos que se diferenciaram dos anteriores: união de formas diminutivas (*caminhozinho, estradrinha, istradinha, trilhinha* e *triozinho*); agrupamento segundo à base léxica *caminho* em *camim da roça* e a *trilho* no caso de *trio do gado*; junção das variantes fonéticas *carriador* e *carriadô* e da flexão de número em *carreros*.

A seguir, o Gráfico 13 demonstra a produtividade das unidades lexicais mais produtivas para nomear o tipo de caminho contemplado pela questão 63/QSL/ALiB e seus respectivos percentuais de ocorrência:

Gráfico 13 – Denominações para “trilho” no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Nota-se pelos dados do gráfico que a unidade léxica *trilho* destacou-se como dominante na fala dos paulistas inquiridos para nomear o conceito “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou homem passarem por ali”, representando 38,3% das respostas coletadas. Na sequência, situam-se os outros dois mais produtivos: *caminho*, com 28,4% e *trilha* com 20,2%. Segundo os dados estatísticos apresentados, as demais formas lexicais obtiveram menores percentuais de registro: *estrada* (4,9%), *carreador* (2,7%) e *carreiro* (2,2%).

4.6.4 Abordagem diatópica – questão 63/QSL/ALiB

O exame da distribuição diatópica das seis unidades léxicas mais produtivas fornecidas pelos falantes paulistas como denominação do conceito contemplado pela pergunta 063/QSL/ALiB, a exemplo das anteriores, considerou a distribuição segundo as mesorregiões do IBGE no estado de São Paulo, conforme a Tabela 15, na sequência.

Tabela 15 – Produtividade das denominações para “trilho” segundo as mesorregiões administrativas do IBGE no interior do estado de São Paulo.

Itens lexicais	Trilho	Caminho	Trilha	Estrada	Carreador	Carreiro
Mesorregiões						
São José do Rio Preto	9	6	-	-	1	-
Ribeirão Preto	5	6	4	1	-	-
Araçatuba	6	4	-	1	-	-
Bauru	9	2	6	1	-	-
Araraquara	4	5	1	1	1	-
Piracicaba	3	1	-	-	-	-
Campinas	5	4	6	-	-	-
Presidente Prudente	9	3	3	2	2	-
Marília	4	-	-	1	-	-
Assis	6	1	1	1	1	-
Itapetininga	3	7	5	-	-	2
Macro Metropolitana Paulista	3	2	2	1	-	-
Vale do Paraíba	2	4	4	-	-	-
Litoral Sul Paulista	2	4	3	-	-	2
Metropolitana de São Paulo	-	3	2	-	-	-
Total	70	52	37	9	5	4

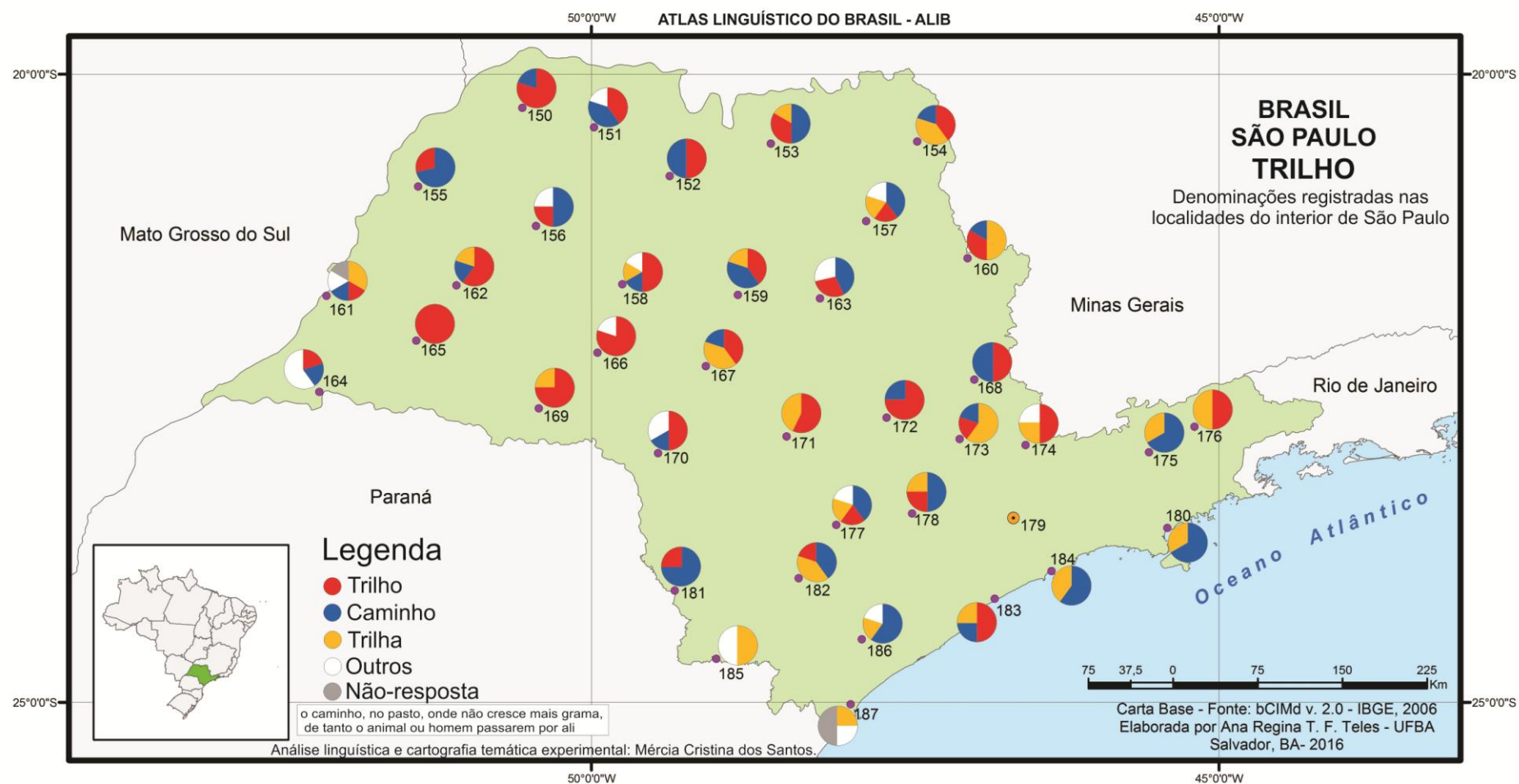
Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Percebe-se pelos dados da tabela que os itens lexicais *trilho*, o mais produtivo dentre os documentados, e *caminho*, que alçou o segundo lugar em termos de ocorrências, só não foram registrados em duas das mesorregiões paulistas, respectivamente, Metropolitana de São Paulo e Marília. A unidade lexical *trilha*, por sua vez, não foi registrada em quatro mesorregiões: São José do Rio Preto, Araçatuba, Piracicaba e Marília, enquanto *estrada* foi mencionada como resposta em oito mesorregiões: Ribeirão Preto, Araçatuba, Bauru, Araraquara, Presidente Prudente, Marília, Assis e Macro Metropolitana Paulista.

As unidades léxicas com menor produtividade foram citadas em regiões do estado de São Paulo bem pontuais: *carreador* em quatro mesorregiões (São José do Rio Preto, Araraquara, Presidente Prudente e Assis) e *carreiro* em duas (Itapetininga e Litoral Sul Paulista).

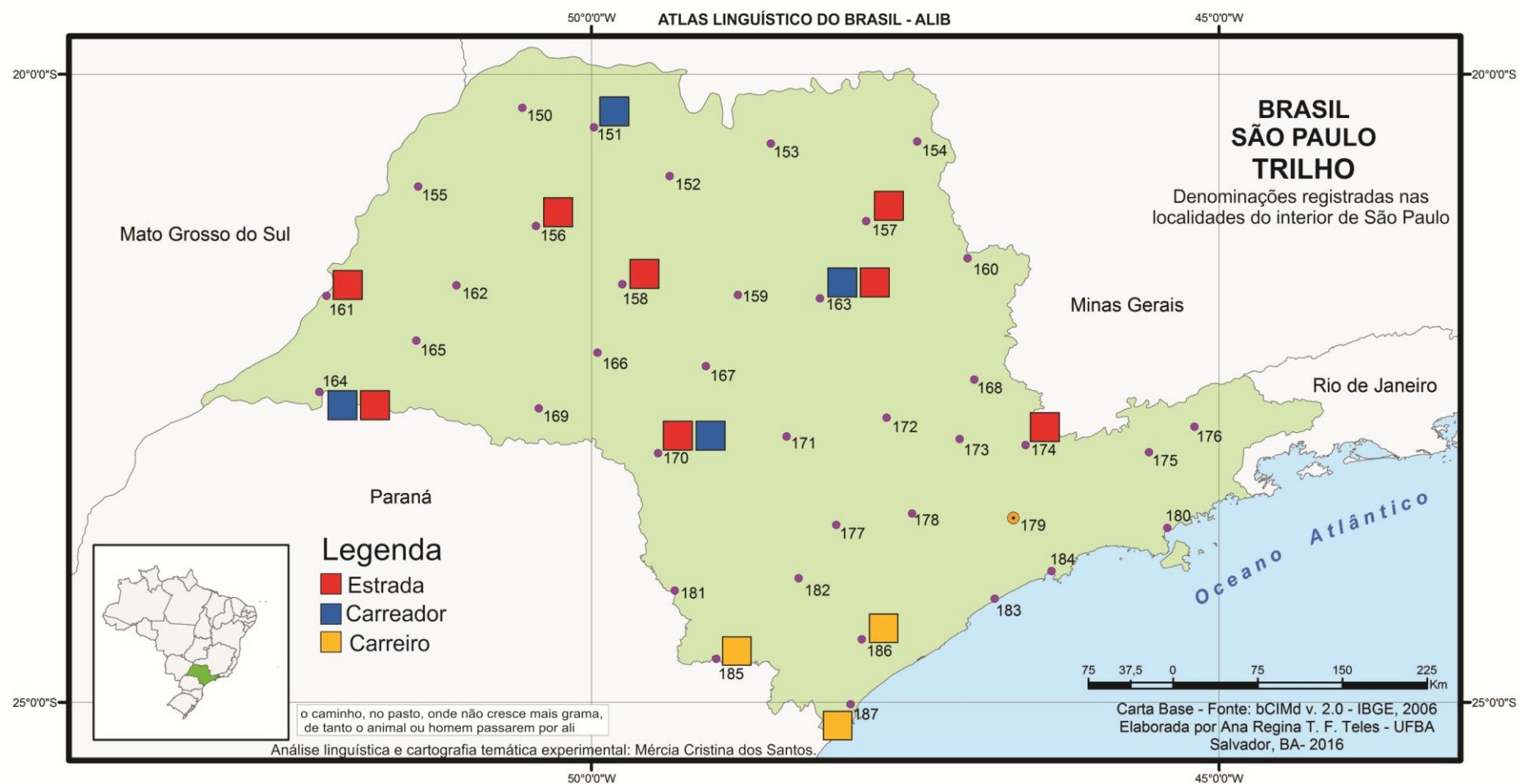
As Cartas 9 e 10 demonstram a distribuição espacial das unidades lexicais com maior e menor índice de produtividade nas localidades pesquisadas:

Carta 9 - Denominações mais produtivas para “trilho” no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

Carta 10 - Denominações menos produtivas para “trilho” no interior do estado de São Paulo



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Elaboração da autora.

De acordo com a Carta 9 a unidade lexical *trilho* evidenciou maior expressividade na região norte do estado e alçou 100% das resposta em uma localidade: Presidente Prudente/165, enquanto *trilha* obteve maior índice de produtividade no sul do estado de São Paulo. O item lexical *caminho* foi mencionado em todo o território paulista, sem diferenças significativas.

A Carta 10, que mapeia as unidades menos produtivas, demonstra que as unidades *estrada* e *carreador* foram constatadas na região centro-norte do estado. Além do mais, pode-se perceber uma área dialetal no extremo sul do estado onde o item léxico *carreiro* teve produtividade expressiva em três pontos: Ribeira/185, Registro/186 e Cananéia/187. Na questão analisada anteriormente, houve ocorrências desse mesmo item, nessa mesma região para nomear a questão 62/QSL/ALiB.

4.6.5 Considerações pontuais acerca dos dados quantitativos e diatópicos documentados por meio das perguntas 62/QSL/ALiB e 63/QSL/ALiB

As respostas fornecidas pelos informantes paulistas para as duas perguntas em questão revelaram aspectos semelhantes (mesma resposta para as duas perguntas) e aspectos distintos (respostas distintas para as duas questões) em termos de atribuição de nomes aos conceitos contemplados pelas perguntas 62 e 63 do QSL/ALiB: as unidades lexicais *picada* (19,0%) e *passagem* (3,8%) foram mencionadas pelos informantes com certa representatividade como resposta apenas para a questão 62/QSL/ALiB, enquanto o item léxico *carreador* (2,7%) foi documentado apenas como resposta para a pergunta 63/QS/ALiB.

Além disso, é preciso considerar que embora os percentuais de uso das mesmas denominações para os dois referentes tenham sido elevados, obtiveram índices distintos de produtividade em ambas as questões: em relação à pergunta 62/QSL/ALiB, o item lexical *caminho* foi o mais mencionado com 37,4% das respostas, enquanto na questão 63/QSL/ALiB ocupou a segunda posição (28,4%). O item lexical *trilho*, por seu turno, foi mencionado com maior frequência como resposta para a questão 63/QSL/ALiB (38,3%) e foi o quarto mais produtivo para a questão 62/QSL/ALiB, alcançando 12,3% das respostas.

Trilha foi a terceira unidade lexical mais produtiva como resposta para ambas as questões: para a 62/QSL/ALiB apuraram-se 18,0% de ocorrências e para a 63/QSL/ALiB (20,2%). Também foram utilizados para nomear os dois tipos de caminho em causa o item lexical *estrada* com 3,8% (em 62/QSL/ALiB) e 4,9% (em 63/QSL/ALiB) e, por último, a unidade *carreiro* que atingiu valores aproximados como respostas para as duas questões: 2,4% (62/QSL/ALiB) e 2,2% (63/QSL/ALiB).

As unidades lexicais *caminho*, *passagem* e *estrada*, respostas obtidas para as duas questões, aplicam-se a qualquer referente que abrigue o sema “trajeto de ligação entre dois locais”, o que demonstra o possível desconhecimento dos informantes acerca do referente que teria motivado esse quadro. Ao tratar das unidades *picada*, *trilha* e *trilho*, percebe-se a presença tanto de pontos comum quanto de traços distintos em questões semânticas, o que será examinado detalhadamente na próxima sessão.

4.6.6 Abordagem léxico-semântica – Questões 62/QSL/ALiB e 63/QSL/ALiB

Face ao exposto no tópico anterior, optou-se pela realização da análise léxico-semântica do conjunto de unidades lexicais obtidas para as duas questões, haja vista alguns dos itens lexicais documentados terem sido apontados como denominação de referentes distintos. Assim, a partir das definições registradas nas obras lexicográficas pesquisadas, buscou-se delimitar os itens lexicais cujas acepções remetem a traços semânticos específicos dos referentes contemplados pelas perguntas 62 e 63 do QSL/ALiB e quais deles reúnem semas de caráter mais genérico.

O item lexical *caminho*, por exemplo, foi utilizado com maior índice de produtividade como resposta para a questão 62/QSL/ALiB (“o que é que se abre com o facão, a foice, para passar por um mato fechado”) e como o segundo mais produtivo como resposta para a questão 63/QSL/ALiB (“o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou homem passarem por ali”). O dicionário Houaiss (2001) define *caminho* como uma “[...] faixa de terreno ou local de passagem esp. adaptado, preparado ou construído para servir de ligação [...] entre dois ou mais lugares; via”; “trajeto, percurso, rota; itinerário”; “lugar por onde é possível seguir adiante; percurso que se deve seguir para chegar aonde se quer ir”; “passagem, saída”. No Aulete (2014) *caminho* é definido como uma “[...] faixa de terreno por onde passam ou podem caminhar pessoas ou animais ao irem de um lugar para outro” e como “percurso que se pode ou deve seguir para chegar a determinado lugar”.

A unidade lexical *caminho*, conforme o exposto, nomeia genericamente os dois referentes expressos nas perguntas examinadas e pode estar associado ao sema “trajeto/passagem de ligação entre dois locais”. O uso da unidade lexical “caminho” pode denotar possível desconhecimento de especificidades que singularizam o referente descrito e a consequente dificuldade dos informantes de nomear um elemento do meio rural e, portanto, não familiar a pessoas citadinas.

O mesmo ocorre com as unidades *estrada* e *passagem*. A primeira, no dicionário Houaiss (2001) é definida como uma “[...] via mais larga que um caminho, que atravessa certa

extensão territorial, ligando dois ou mais pontos, e através da qual as pessoas, animais e/ou veículos transitam”; “direção, rumo, caminho (da existência)”. Aulete (2014) também define a *estrada* como “[...] via pública mais ou menos larga que atravessa um território ou região, com extensão variável, para ser transitada por pessoas, veículos e animais”; “termo genérico para o conjunto ou rede de vias terrestres de uma determinada área, estado ou país” e “caminho, direção, rumo”. A unidade léxica *passagem* também foi utilizada pelos entrevistados como resposta para ambas as questões e obteve maior produtividade na questão 62/QSL/ALiB, tendo uma única ocorrência como resposta para a pergunta 63/QSL/ALiB. Aulete (2014) define *passagem* como “ação ou resultado de passar”; “lugar por onde se chega a outro; PASSADIÇO”, enquanto Houaiss (2001) atribui a essa unidade lexical as seguintes acepções: “ato, efeito ou direito de passar(-se)”; “lugar por onde se passa; passadouro”; “ponto de ligação; comunicação, passo, passadouro”.

Percebe-se pelas acepções fornecidas pelos dicionários consultados que *estrada* e *passagem* também são de caráter genérico e não abrangem as especificidades dos referentes descritos no texto das questões em exame. As acepções, do mesmo modo, aplicam-se a casos que contemplem o traço semântico “trajeto/passagem de ligação entre dois locais”, razão pela qual *caminho*, *estrada* e *passagem* foram consideradas respostas válidas, no âmbito deste estudo.

Integra também o *corpus* deste trabalho a unidade léxica *picada* com elevado percentual de registro como resposta para a questão 62/QSL/ALiB (19,0%) e foi mencionada duas vezes como resposta para a questão 63/QSL/ALiB. No verbete *picada* o dicionário Houaiss (2001) registra como acepção “[...] (1789) atalho aberto na mata a golpes de facão ou de foice para a passagem de pessoas, pequenos veículos etc.”. Em Aulete (2014) aparece a acepção “[...] Caminho aberto em mata fechada a golpes de facão ou foice; ATALHO; PIQUE; TRILHA: “A estrada está a sua direita. Mas ele se dirige para a picada onde deve ter menos gente” (Jorge Amado, Jubiabá)”. Considerando os registros nos dicionários, conclui-se que as acepções registradas pelos dicionaristas é a mesma atribuída à unidade léxica *picada* pelos informantes do Projeto ALiB.

Os itens lexicais *trilho* e *trilha* foram mencionados pelos informantes como denominação dos dois referentes contemplados pelas perguntas em foco: 62 e 63/QSL/ALiB. No verbete atualizado Aulete (2014) define *trilho* como “caminho, vereda, trilha” e no verbete original como “Trilha. (Fig.) Caminho, direção, via, trilha, norma: Rápida é a carreira do malvado no trilho do crime. (Herc.)”. Em Houaiss (2001) *trilho* é definido como “m.q. trilha ('caminho')”, “derivação: por metáfora. O que serve de orientação; direção, rumo”.

Por sua vez, a unidade léxica *trilha*, que foi a terceira mais citada como resposta para ambas as questões, é definida por Houaiss (2001) como “[...] ação ou efeito de trilhar; trilhada”; “caminho rudimentar, ger. estreito e tortuoso, entre vegetação; trilho, vereda”; “vestígio deixado por pessoa ou animal no caminho que percorreu; pista, rasto”. Em Aulete (2014) há o registro das acepções “[...] ação ou resultado de trilhar”; “Vestígio, rasto deixado por algo, pessoa ou animal que passa, pista”; “Trilho, caminho, vereda, senda, caminho, ger. entre vegetação”, no verbete atualizado, e “vestígio, rasto que uma pessoa ou animal deixou no sitio por onde passou; pista. Trilho, caminho, vereda, senda: No meio da estreita trilha aberta por entre as urzes”, no verbete original.

As pistas fornecidas pelas definições fornecidas pelos dicionários consultados revelam que as diferenças entre a produtividade dessas duas variantes lexicais podem ser explicadas da seguinte forma: o uso da unidade lexical *trilha* (mais produtiva na questão 62/QSL/ALiB) associa-se aos traços semânticos indicados pelo sema “caminho entre vegetações” e “ação de trilhar”, o que lhe confere um caráter mais flexível, espontâneo e alternativo. Já a forma lexical *trilho* (item mais produtivo para a questão 63/QSL/ALiB) foi definido nas obras lexicográficas consultadas a partir do sema “rumo, direção, orientação, norma”, ou seja, consiste em um trajeto terrestre cujas demarcações são mais rígidas e pré-definidas. Em decorrência disso, optou-se pelo estudo das formas *trilho* e *trilha* de maneira independente e, sendo assim, não foram tratadas como sinônimas ou por variação de flexão de gênero.

Outro ponto a ser ressaltado é o fato de as variantes léxicas *trilheiro*, *trilhada*, *trilheira* e *triagem* receberem definições associadas à unidade lexical *trilha*. O item lexical *trilheiro*, por exemplo, é registrado apenas em Aulete (2014) como “Bras. O mesmo que trilha¹”; já *trilhada* é definida como “o mesmo que trilha (ação de trilhar). F. Trilhar” (AULETE, 2014) e como “m. q. trilha ('ação')” (HOUAISS, 2001). No caso da forma *trilheira*, constatou-se que em Aulete (2014), no verbete atualizado, essa unidade lexical é definida como um “caminho bem definido ou bem acentuado, na mata” e no verbete original como um “(Bras.) trilho acentuado na mata. F. Trilho”. Houaiss (2001), por seu turno, classifica *trilheira* como regionalismo do Brasil na acepção de “trilha ('caminho') bem definido”. Por fim, a unidade lexical *triagem* está definida como “separação, seleção” (AULETE, 2014) e “ato ou efeito de triar, de separar, de selecionar; separação, seleção, escolha” (HOUAISS, 2001).

Essas variantes lexicais foram agrupadas à unidade lexical *trilha* e evidenciam, nas acepções, o sema “ato ou resultado de uma ação”. Em razão disso, os itens lexicais *trilheiro*, *trilhada*, *trilheira* e *triagem* foram agrupados à forma *trilha*. Além do mais, as definições

obtidas sugerem a não sinonímia entre *trilho* e *trilha*, por isso foram tratadas com unidades lexicais com cargas semânticas distintas.

Outras formas lexicais identificadas, embora com baixo índice de produtividade, denotam características específicas dos referentes. O item lexical *carreador*, por exemplo, foi utilizado como denominação dos dois referentes contemplados pelas perguntas 62 e 63 QSL/ALiB. Em Aulete (2014), no verbete atualizado, esse item lexical é definido como uma “picada aberta no meio de plantação, esp. em cafezais. Trilha, vereda. Atalho”, enquanto no verbete *original* recebe a acepção de “(Bras.) caminho de carro (no campo); picada; vereda. F. Carrear”. Há ainda o registro da marca diatópica de “Regionalismo: Brasil”, em Houaiss (2001), na acepção de “diz-se de ou caminho por onde passam carros, no campo”; “diz-se de ou caminho aberto no meio de uma lavoura, esp. de café”. Conforme o assinalado no Capítulo 2 deste trabalho, a cultura do café se expandiu principalmente na região Sudeste brasileira, fato que remete ao uso dessa denominação por falantes do estado de São Paulo. Acresce-se ainda o fato de em ambas as definições haver a menção de equivalência a “trilha”, a “caminho” e a “picada” e, em razão disso, a unidade lexical *carreador* foi considerada como válida no contexto deste trabalho.

A variante lexical *carreiro*, por sua vez, é definida em Aulete (2014) como “aquele que conduz o carro de boi; guieiro”; “caminho estreito feito no terreno pela contínua passagem de carros”, “caminho entre as fileiras de plantas nos cafezais, milharais etc.; CARREIRA”; “Bras. Lugar ou caminho da passagem habitual dos animais de caça” e “Fig. Caminho, via, meios”, no verbete atualizado. Em Houaiss (2001) o item lexical *carreiro* é classificado como “regionalismo: Brasil”, como “M. q. carreira ('caminho nas plantações)’”; “regionalismo: Brasil. Lugar por onde habitualmente passam os animais de caça”; “regionalismo: Portugal. Sulco aberto no chão pela passagem contínua de carros”, “regionalismo: Sul do Brasil e Portugal. Caminho estreito, atalho”.

Observa-se que as acepções atribuídas ao item lexical *carreiro* pelos dois dicionários consultados não contemplam o uso específico detalhado no texto da pergunta anterior. No entanto, considerando-se a descrição do referente apresentado na questão 63/QSL/ALiB, as acepções identificadas contemplam o conteúdo das perguntas à medida que *carreiro* pode ser empregado para nomear o caminho natural decorrente da passagem constante de carro ou de animal. Outro ponto a ser ressaltado é que, em ambos os dicionário, o item lexical *carreiro* é definido na acepção de “caminho” e marcado como um regionalismo do Sul e do Brasil, não contemplando, pois, o estado de São Paulo nas marcas diatópicas. De acordo com o estudo realizado por Santos (2019), com dados apurados como respostas para as mesmas questões,

mas recolhidos nas localidades do interior das regiões Norte e Sul do Brasil da rede de pontos do Projeto ALiB, a unidade lexical *carreiro* foi o quarto item lexical mais citado pelos informantes sulistas como resposta para a questão 62/QSL/ALiB e o quinto mais produtivo para a questão 62/QSL/ALiB. Ressalte-se, ainda, que as ocorrências de *carreiro* no território paulista foram citadas em localidades próximas à divisa com o Paraná, o que demonstra a vitalidade desse item lexical na região Sul, ultrapassando as fronteiras administrativas. Dessa forma, a partir do apresentado, a unidade léxica *carreiro* também foi considerada como válida neste estudo.

Por fim, o conjunto de dados “brutos” evidenciou alguns casos de ocorrências únicas que não foram consideradas como válidas como resposta para questões examinadas. São elas: *formigueiro*, *limpo*, *brecha*, *passarela* e *tatu*, *batido*, *linha* e *pisada*.

A seguir, o Quadro 15 reúne as unidades lexicais dicionarizadas e consideradas como válidas como respostas para as perguntas 62 e 63 do QSL/ALiB:

Quadro 15 - Dicionarização das unidades lexicais que nomeiam "picada" e "trilho" (válidas)

Item lexical	Houaiss (2001)		Aulete (2014)	
	Sim	Não	Sim	Não
Caminho	X		X	
Picada	X		X	
Trilho	X		X	
Trilha	X		X	
Estrada	X		X	
Passagem	X		X	
Carreiro	X		X	
Carreador	X		X	

Fonte: elaboração da autora.

Assim, foram validadas sete denominações fornecidas para a questão 62/QSL/ALiB: *caminho*, *picada*, *trilha*, *trilho*, *estrada*, *passagem* e *carreiro*, enquanto como denominação para o referente descrito na questão 63/QSL/ALiB foram validadas seis unidades lexicais: *trilho*, *caminho*, *trilha*, *estrada*, *carreador* e *carreiro*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração o objeto de estudo desta pesquisa, que consistiu em um recorte do vocabulário de falantes do interior do estado de São Paulo obtido por meio de respostas fornecidas para sete questões do QSL – Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB (42; 44; 54; 56; 61; 62; 63), vinculado a área semântica *atividades agropastoris* (COMITÊ NACIONAL, 2001), foi possível atestar casos de interpenetração do meio rural em áreas urbanas por meio da identificação de unidades lexicais de base rural que se mantêm na norma lexical de falantes urbanos, como por exemplo, *penca*, *umbigo*, *coração*, *canga*, *cangalha*, *boia-fria*, *camarada*, *picada*, *trilha* e *trilho* que alçaram produtividade significativa no *corpus* examinado. Além disso, o acervo vocabular estudado evidenciou traços de urbanização, ou seja, o uso de itens lexicais cujas acepções contemplam genericamente os conceitos descritos pelas questões selecionadas, o que pode ser explicado pelo desconhecimento dos referentes por parte dos informantes, como é o caso das unidades *cacho*, *flor*, *forquilha*, *diarista*, *caminho* e *estrada* que também nomeiam referentes distintos dos contemplados pelas perguntas selecionadas.

O estudo da norma lexical no português falado no estado de São Paulo também demonstrou a relação intrínseca entre léxico, cultura e sociedade, à medida que a análise dos dados evidenciou que os processos de ocupação e de povoamento da região investigada deixaram marcas no léxico veiculado pelos falantes entrevistados.

Observou-se, por exemplo, que o vocabulário de habitantes das localidades do interior do território paulista conserva resquícios do falar rural, o que pode ser justificado pelo fato de parte da população paulista ter convivido com quadros ambientais marcados por atividades campestres e, conseqüentemente, herdado práticas culturais de gerações passadas, ainda vivas na memória desses falantes. Além disso, comprovou-se que a familiaridade com referentes comuns ao universo rural evidenciou-se no vocabulário dos paulistas, em especial na “fala dos mais velhos [que] representa o antigo português rural, profundamente alterado pelo amplo processo de contato linguístico que permeou a ocupação do interior do Brasil” (LUCCHESI, 2004, p. 83).

Foi possível perceber ainda que o acervo vocabular fornecido pelas gerações mais jovens se diferencia do dos mais idosos, tendência essa manifestada por meio do conhecimento de unidades lexicais que nomeiam práticas, atividades e elementos do universo rural. Esse fenômeno está presente entre membros da geração mais jovem que desconhecem os referentes contemplados pelas perguntas estudadas em razão de conviverem apenas em

ambientes essencialmente citadinos, o que se reflete nas escolhas lexicais e nos comentários dos informantes entrevistados acerca dessas escolhas. Além disso, os mais jovens demonstraram tendência de uso de unidades léxicas definidas com semas genéricos que favorecem a nomeação de elementos diversos sem a necessidade de especificação, recurso que se configura como um processo criativo a que recorrem os falantes quando necessitam nomear realidades por eles desconhecidas.

A primeira pergunta analisada, “cada parte que se corta do cacho da bananeira para pôr para madurar/amadurecer” – 42/QSL/ALiB não gerou índice significativo de produtividade lexical como resposta. Duas unidades lexicais foram obtidas, *penca* e *cacho*, sendo a primeira a mais produtiva e, conseqüentemente, a forma dominante na norma lexical dos falantes paulistas. O uso do item lexical *cacho* como denominação do referente descrito pela pergunta em causa pode resultar do possível desconhecimento do referente por parte dos informantes, motivando o uso da unidade lexical *cacho* resultante de um processo metonímico, isto é, da associação da parte pelo todo. Além disso, nessa pergunta, o percentual de não resposta não foi significativo, pois apenas 2,6% dos informantes não souberam a denominação da parte do cacho e banana contemplada pela pergunta, o que sugere que a “penca” da banana é um elemento familiar no cotidiano dos informantes entrevistados.

Por sua vez a questão 44/QSL/ALiB, “a ponta roxa do cacho da banana” motivou o registro de três formas lexicais como resposta: *coração*, *umbigo* e *flor*. As duas unidades mais produtivas – *coração* e *umbigo* – configuraram-se como formas concorrentes na norma lexical da população investigada. Outro ponto a ser observado é que, de acordo com as definições fornecidas pelas obras lexicográficas consultadas, os itens lexicais em questão podem nomear tanto o referente expresso na questão 44/QSL/ALiB, como outros a ele associado por algum traço semântico como cor, forma, função, entre outros.

A questão 54/QSL/ALiB – “armação de madeira, que se coloca no pescoço de animais (porco, terneiro/bezerro, carneiro, vaca), para não atravessarem a cerca” –, por seu turno, motivou o registro de alto índice de não respostas (60,4%), principalmente entre os informantes jovens e entre os falantes do sexo feminino. Pode-se mencionar como exemplo disso o caso do item lexical *canga*, que das 35 ocorrências documentadas a partir das respostas dos 148 informantes, apenas três foram registradas no vocabulário da faixa etária I (uma fornecida por uma informante do sexo feminino e duas entre os falantes do sexo masculino), enquanto as outras 33 ocorrências foram mencionadas por informantes da faixa etária II (mais velhos). As unidades lexicais mais produtivas como resposta para essa pergunta foram *canga* (25,0%), *cangalha* (6,9%) e *forquilha* (6,3%), em maior número entre os

falantes pertencentes à faixa etária II e do sexo masculino. Percebe-se que a maioria dos informantes sentiram dificuldade para responder a questão 54/QSL/ALiB, o que demonstra que parte da população de áreas urbanas não está familiarizada com o referente em causa que é típico do meio rural, daí também o desconhecimento dos nomes a ele atribuído. Além disso, as definições da unidade lexical *forquilha* registradas nos dicionários consultados demonstram que essa denominação se aplica a qualquer objeto que tenha a forma da letra “Y”, o que pode ser justificado por diversos fatores de urbanização, como por exemplo, a escolaridade.

A questão 56/QSL/ALiB – “a peça de madeira que vai no pescoço do boi, para puxar o carro ou o arado” – apresentou um índice de não respostas ainda mais elevado que a anterior (64,1%). Esse fenômeno também foi observado como predominante entre falantes da faixa etária I, sexo feminino. As unidades léxicas mais produtivas provenientes dos inquéritos consultados como resposta para essa pergunta foram *canga* (24,6%) e *cangalha* (4,9%), com maiores percentuais entre os homens da faixa etária II. Destaca-se que o item léxico *canga* foi mencionado somente uma vez por falantes da faixa etária I e *cangalha* obteve dois registros no âmbito dos mais jovens, o que evidencia o desconhecimento do referente por esse grupo. Outro dado constatado no exame dos dados coletados a partir da questão 56/QSL/ALiB foi a alta produtividade de unidades lexicais que não nomeiam o conceito em pauta, mas que remetem a referentes associados a aparatos do universo rural.

Frente a isso, para fins de análise, foram formados dois grupos de nomes apurados como resposta para essa pergunta (56/QSL/ALiB) a partir da associação entre semas evidenciados pelas definições fornecidas pelos dicionários consultados. O grupo 1, “denominações atribuídas ao referente (56/QSL/ALiB)”, que agrupou as unidades lexicais *canga* e *cangalha*, ambas consideradas como válidas como denominação do referente descrito na questão e o grupo 2, “denominações atribuídas a outros referentes” que reuniu as unidades léxicas consideradas como não válidas em razão de nomearem outros referentes, mas que possuem relações de sentido com o veículo movido a tração animal, o “carro de boi”: *canzil*, *varal*, *cambão* e *quaieira*.

A elevada produtividade de formas lexicais não validadas como resposta para a pergunta 56/QSL/ALiB também pode estar associada ao desconhecimento do carro de boi e do arado por parte dos informantes, como no caso anterior. Tendo em vista que o carro de boi e o arado já não são tão comuns na atualidade, percebe-se a dificuldade de falantes urbanos apresentam para nomeá-lo, fator que justifica a tentativa de nomeação por associação a outros referentes e o alto índice de não respostas, em decorrência da não familiaridade com “a peça de madeira que vai no pescoço do boi, para puxar o carro ou o arado”.

A questão 61/QSL/ALiB – “o homem que é contratado para trabalhar na roça de outro, que recebe por dia de trabalho”, ao contrário das anteriores, gerou um alto índice de unidades lexicais como resposta, sendo *diarista* e *boia-fria* as mais produtivas. Observou-se, no âmbito dessa pergunta, o registro de denominações que remetem à história social do estado de São Paulo como é o caso da unidade lexical *boia-fria*, que é significativa em termos históricos, posto que esse tipo de trabalho tornou-se comum na região a partir do século XIX, com o Ciclo do Café, e se estende até os dias atuais, sobretudo depois da expansão da plantação de cana de açúcar e, contemporaneamente, a implantação de usinas de álcool no interior paulista.

Além disso, houve o registro de denominações com baixa produtividade para o conceito contemplado pela questão 61/QSL/ALiB, mas também significativas a respeito do reflexo da história social de São Paulo, como é o caso da unidade léxica *pau-de-arara*, registrada somente na região norte da área geográfica estudada, onde ocorreu maior fluxo da migração nordestina, em tempos passados, quando os nordestinos chegavam ao estado de São Paulo por meio desse tipo de condução (o caminhão pau-de-arara), como também utilizavam esse meio de transporte para se deslocarem para o trabalho no campo para o qual recebiam por dia de trabalho, o que justifica, na atualidade, o uso do item lexical *pau-de-arara* para nomear o trabalhador sem registro em carteira e que recebe somente por dia trabalhado. Outras denominações apuradas também se relacionam com a cultura dos paulistas, como *peão* que se reporta ao trabalho no campo com o uso dos animais.

Conclui-se, a partir dos resultados recolhidos como resposta para a questão 61/QSL/ALiB, que a maioria das unidades lexicais registradas demonstraram relações intrínsecas entre o léxico e a história social do estado de São Paulo como ocorre com os itens léxicos *boia-fria*, *peão*, *camarada* e *pau-de-arara*, enquanto outros revelaram vestígios de urbanização, como o uso da unidade *diarista* que define genericamente o conceito expresso na questão em pauta e está relacionado com o sema “diário, duração de dia” e “receber por dia trabalhado”, confirmando, assim, a hipótese da existência de um *continuum* em termos de marcas de urbanização e de ruralidade no vocabulário do grupo, pelo menos em relação a essa temática.

Em se tratando das questões examinadas em conjunto na etapa da análise dos dados – 62/QSL/ALiB “o que é que se abre com o facão, a foice, para passar por um mato fechado” e “o caminho, no pasto, onde não cresce mais grama, de tanto o animal ou homem passarem por ali” – 63/QSL/ALiB também percebeu-se a tendência de uso de determinadas unidades lexicais que contêm semas genéricos para nomear os referentes em pauta. Um exemplo disso é *caminho* que foi documentado com alta produtividade como resposta para ambas as

questões – 37,4% para a questão 62/QSL/ALiB e 28,4% para a 63/QSL/ALiB, respectivamente.

As unidades lexicais *trilha* e *trilho* também foram citadas como respostas para ambas as questões, mas se diferenciaram em termos de produtividade. Concluiu-se, por meio das pistas fornecidas pelas definições disponibilizadas pelos dicionários consultados, que as diferenças entre essas duas variantes lexicais podem ser explicadas da seguinte forma: o uso de *trilha*, que obteve maior produtividade para a questão 62/QSL/ALiB, pode estar atrelado aos traços semânticos “caminho entre vegetações” e “ação de trilhar”, o que lhe confere um caráter mais flexível, espontâneo e alternativo; já a opção pelo item lexical *trilho*, que foi mais produtivo como resposta para a questão 63/QSL/ALiB, pode ser esclarecida pelas definições fornecidas pelas obras lexicográficas que destacam o sema “rumo, direção, orientação, norma”, ou seja, consiste em um trajeto terrestre em que as demarcações são mais rígidas e pré-definidas e resultam de passagem contínua, normalmente de animais, pelo mesmo itinerário. Houve ainda o aparecimento da unidade lexical *picada*, documentada com alta produtividade como resposta para a questão 62/QSL/ALiB, que consiste em uma atividade manual diretamente executada pelo homem no ambiente rural, ou seja, a abertura de caminhos em matas fechadas com o uso de um objeto cortante.

Outros itens lexicais revelaram a presença de fatores culturais, como *carreador* cujas definições contêm indícios que remetem à cultura da lavoura, em especial, do café e foi documentado como resposta para a questão 63/QSL/ALiB e *carreiro* (mencionado como resposta para ambas as questões) que nomeia caminhos entre as plantações feitos pelo homem e/ou deixados por animais de caça. Ambos podem ser considerados como indícios da cultura de subsistência dos povos paulistas em épocas passadas. Para tanto, destacam-se as denominações atribuídas aos referentes descritos nas questões 62 e 63/QSL/ALiB que evidenciam sinais de ruralidade (*picada*, *trilho*, *trilha*, *carreiro*) e de urbanização (*caminho*, *passagem* e *estrada*).

Em suma, esta pesquisa resgatou características particularidades do vocabulário dos falantes entrevistados que remetem à existência de um provável *falar paulista*, hipótese atestada por outros trabalhos recentes de cunho dialetal, também a partir do *corpus* do Projeto ALiB, como o de Romano (2015) e o de Alencar (2018), à medida que o acervo lexical examinado no âmbito desta pesquisa revelou vestígios relacionados à cultura do homem paulista oriundo de localidades do interior vinculadas as 15 mesorregiões de São Paulo, delimitadas pelo IBGE, bem como atestou a manutenção de determinadas formas lexicais que remetem a aspectos da formação histórica e social do estado de São Paulo.

Este estudo também demonstrou que as perguntas do Questionário Semântico-Lexical vinculadas à área semântica *atividades agropastoris* selecionadas para este estudo motivaram o registro de um rico vocabulário que deixa transparecer questões de ruralidade e de urbanização que se refletem nas escolhas lexicais dos falantes. Os resultados também apontam para a confirmação da existência de um *continuum* rural no léxico de falantes citadinos manifestadas em atualizações ocorridas no nível lexical desses falantes materializadas na presença de formas distintas de nomear objetos culturais que remetem ao universo rural, apontando, assim, para tendências em termos de desuso de determinadas unidades lexicais em consequência de mudanças ambientais.

Em conclusão, espera-se que os resultados aqui partilhados possam contribuir para um melhor conhecimento do léxico da língua portuguesa em uso na modalidade falada por todo o território do estado de São Paulo e anseia, do mesmo modo, que esta proposta possa incentivar e encorajar outros estudos dialetais que abordem a temática do rural e do urbano pelo interior paulista, região ainda tão pouco explorada em termos de pesquisas dialetais, sobretudo se comparada à importância de São Paulo no processo de colonização e povoamento do Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Atlas Lingüístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

AGUILERA, Vanderci de Andrade; SILVA, Hélen Cristina da. Os dados lexicais do ALiB podem revelar que o velho permanece novo?. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; PAIM, Marcela Moura Torres (Orgs.). **Documentos 3 - Vozes do X WORKALIB**. Amostras do português brasileiro. 1 ed. Salvador: Vento Leste, 2012, p. 303-318.

ALENCAR, Beatriz Aparecida. **O léxico de brinquedos e brincadeiras infantis no estado de São Paulo**. 2018, 575 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, Três Lagoas, 2018.

AMARAL, Amadeu. **O Dialeto Caipira**. São Paulo: HUCITEC, 1920.

AQUINO, Almidio; THUN, Harald; DIETRICH, Wolf (Orgs): **Atlas Lingüístico Guaraní Românico** (ALGR). Tomo I. Kiel: Westensee, 2009.

ARAGÃO, Maria do Socorro; MENEZES, Cleuza. **Atlas Lingüístico da Paraíba**. I-II. Brasília: Universidade Federal da Paraíba: CNPq, 1984.

BARBOSA, Maria Aparecida. Lexicologia: aspectos estruturais e semânticos sintáticos. In: PAIS, Cidmar Teodoro. **Manual de Linguística**. São Paulo: Global Editora. 1986, p. 81-125.

BARROS FERREIRA, Manuela; CARRILHO, Ernestina; LOBO, Maria; SARAMAGO, João; CRUZ, Luísa Segura. Variação linguística: perspectiva dialectológica. In: FARIA, Isabel Hub; PEDRO, Emília Ribeiro; DUARTE, Inês; GOUVEIA, Carlos A. M. **Introdução à Linguística Geral e Portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, S.A., 1996, p. 479-502.

BENVENISTE, Émile. Problemas de lingüística geral I. Tradução de Maria da Gloria Novak e Maria Luiza Neri; revisão Prof. Isaac Nicolau Salum. 3ª ed. Campinas/SP: Pontes, 1991.

BERTRAND, Alvin L. *et al.* **Sociologia rural**: uma análise da vida rural contemporânea. São Paulo: Atlas, 1973.

BESSA, José Rogério Fontenelle. **Atlas Lingüístico do Estado do Ceará**. Ceará: Editora da UFC, 2010.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O léxico, testemunha de uma cultura. In: VÁZQUEZ, Ramón Lorenzo (coord.). **Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Românicas**. Sessão II: Lexicologia e Metalexigrafia. Vol. 2, 1992, p. 397-405.

_____. Dimensões da palavra. **Filologia e Língua Portuguesa**, São Paulo, v. 2, p. 81-118, 1998a.

_____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). **As ciências do**

léxico: lexicografia, lexicologia e terminologia. 1ª ed. Campo Grande: Editora UFMS, 1998b, p. 129-142.

_____. **Teoria linguística:** Teoria lexical e linguística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

_____. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia e terminologia. 2ª ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001b, p. 13-22.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino:** áulico, anatômico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em 02.jun.2017.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemo na escola, e agora?** Sociolinguística na sala de aula. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BOULANGER, Jean-Claude. A propôs du concept de «regionalisme ». **Lexique**, n. 3, p. 125-146, 1985.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **A Geografia Lingüística no Brasil**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1991.

CALDAS AULETE. **Dicionário Caldas Aulete**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. Versão online.

CAMACHO, Roberto Gomes. “Sociolinguística - parte II”. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs). *Introdução à Linguística: domínios e fronteira*. Vol. 01, 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 49-75.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A Geolinguística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional? **Revista GELNE**, v.4, n.2, p.1-16, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9088>>. Acesso em 20.jan.2019.

_____. **Atlas Lingüístico de Sergipe II (ALS –II)** 2002. 2 v. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. Caminhos da dialetologia no Brasil. In: HORA, Dermeval da; ALVES, Eliane Ferraz; ESPÍNDOLA Lucienne C. (Orgs.). **ABRALIN: 40 anos em cena**. João Pessoa: Editora Universitária, 2009, p. 137-171.

_____. **Geolinguística:** tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade. Projeto Atlas Linguístico do Brasil: antecedentes e estágio atual. **Alfa**, Revista de linguística/UNESP, São Paulo, v. 56 (3), p. 855-870, 2012.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *et al.* **Atlas Lingüístico do Brasil**. Vol. 1, Londrina: EDUEL, 2014a.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Vol. 2, Londrina: EDUEL, 2014b.

CARVALHO, Paola Mahyra de Oliveira. **Relações entre léxico e ambiente**: um estudo da norma lexical da região Centro-Oeste do Brasil. 2015, 219 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Campo Grande, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2015.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Rumos da Dialectologia Portuguesa. **Alfa**, Revista de linguística /UNESP/São Paulo, v.18/19, p. 115-153, 1972/1973.

CHAMBERS, Jack; TRUDGILL, Peter. **La Dialectología**. Madrid: Visor Libros, SL, 1994.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. **Atlas Linguístico do Brasil**: Questionários 2001. 2 ed. Londrina: EDUEL, 2001.

COSERIU, Eugênio. **Teoria da linguagem e linguística geral**. Trad. Agostinho Dias Carreiro. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1979.

_____. A geografia lingüística. In: COSERIU, E. **El hombre y su lenguaje**. Tradução de Carlos A. da Fonseca; Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1987, p. 79-117.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 8ª ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

CRISTIANINI, Adriana Cristina. **Atlas Semântico-Lexical da Região do Grande ABC**. 2007. 772f. Tese (Doutorado em Linguística), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CRUZ, Maria Luíza de Carvalho. **Atlas Linguístico do Amazonas**. 2004. 2 v. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CUNHA, Celso. **Língua portuguesa e a realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **Regiões Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC. INEP. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de lingüística**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org). **História geral da civilização brasileira**, Tomo I, vol. 1, A época colonial, do descobrimento à expansão territorial. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

ENCARNAÇÃO, Márcia Regina Teixeira. **Atlas Semântico-Lexical de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba** - municípios do Litoral Norte de São Paulo. 2010. 741f.

Tese (Doutorado em Linguística), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, Versão 5.0, Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FERREIRA Carlota; MOTA Jacyra; FREITAS, Judith; ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera; ROSSI, Nelson. **Atlas lingüístico de Sergipe**. Salvador: UFBA-FUNDESC, 1987.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FIGUEIREDO JUNIOR, Selmo Ribeiro. **Atlas Linguístico Pluridimensional do português paulista: níveis semântico-lexical e fonético-fonológico do vernáculo da região Médio Tietê**. 2018. 6 t. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

FIORIN, José Luís. A linguagem humana: do mito a ciência. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013, p. 13-43.

FRAGOSO, João Luís. O império escravista e a república dos plantadores. In: LINHARES, Yedda Maria (Org). **História geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

HERMANN, Jacqueline. Cenário do encontro de povos: a construção do território. In: IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). **História geral da civilização brasileira I**. A época colonial 1, do descobrimento à expansão territorial. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

_____. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**, Versão 1.0. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>>. Acesso em 20.mar.2019.

_____. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>. Acesso em 20.mar.2019.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Rodolfo. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

ISQUERDO, Aparecida Negri. “Marcas” do popular no nível lexical: um estudo no campo do entretenimento infantil. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. (Org). **A Geolinguística no Brasil: caminhos seguidos e perspectivas**. Londrina: EDUEL, 1998, p. 235-241.

_____. Achegas para a discussão do conceito de regionalismos no português do Brasil. **Alfa: Revista de Linguística**. Unesp, São Paulo, v.50 (2), p. 9-24, 2006a. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1408/1109>>. Acesso em 10.nov.2018.

_____. Lexicografia e Geolinguística: interfaces. In: MARTINS, Evandro Silva; CANO, Waldenice Moreira, FILHO, Waldenor Barros Moraes (Orgs.). **Léxico e morfofonologia: perspectivas e análises**. Uberlândia: EDUFU, 2006b, p. 113-134.

_____. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras... In: RIBEIRO, Silvana Soares Costa; COSTA, Sônia Bastos Borba; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). **Dos sons as palavras: nas trilhas da língua portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 42-59.

_____. Revisitando os conceitos de rural e urbano no português do Brasil: contribuições do Projeto ALiB. In: XXVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, 2010, Innsbruck. **Actes du XXVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes**. Berlin/New York: Walter de Gruyter GmbH & Co. KG, 2010. v. IV. p. 137-145.

_____. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Vol. VI. Campo Grande: Editora UFMS, 2012, p. 115-139.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

KOCH, Walter; KLASSMANN, Mário; ALTENHOFEN, Cléo. **Atlas Lingüístico-Etnográfico da região Sul do Brasil (ALERS)**. V. I e II. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: Editora da UFRGS/Editora da EFSC/Editora da UFPR, 2002.

LARA, Luis Fernando. **Curso de lexicologia**. México, D.F.: El Colégio de Mexico, 2006.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. 2a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 63-92.

_____. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

LYONS, John. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

MAHL, Marcelo Lapuente. **Ecologias em Terra Paulista (1894-1950)** – as relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do estado de São Paulo. 2007. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Assis, 2007.

MARINS, Luciene Gomes Freitas. **O rural e o urbano: novos e velhos falares no Centro-Oeste do Brasil**. 2012, 307 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2012.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). **Documentos 2: Projeto Atlas lingüístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006, p. 15-26.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O Português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

_____. **Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, vol. I, 1958; vol. II. 1961.

OLIVEIRA, Dercir. Pedro de (Org.). **ALMS - Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul**. 1. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

OLIVEN, Ruben George. **Metabolismo social da cidade e outros ensaios**. Rio de Janeiro. Biblioteca virtual de ciências humanas. 2009. Disponível em: <<http://www.bvce.org.br/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=67>>. Acesso em 02.out.2018.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A Lavoura Canavieira em São Paulo – expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PISCIOTTA, Harumi. O percurso dos estudos dialetais no Brasil. **Estudos linguísticos XXVIII**, Bauru/SP, USP, v.28, p. 257-262, 1999.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAZKY, Abdelhak. (Org.). **Atlas Lingüístico Sonoro do Pará**. Belém: UFPA/CAPES/UTM, 2004. *CDRoom*.

REIS, Douglas Sathler dos. O rural e o urbano no Brasil. In: **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambu/MG, de 18 a 22 set/ 2006. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1492>>. Acesso em 25.agosto.2018.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na história do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Global, 1984.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, José; ZÁGARI, Mário Roberto Lobuglio; PASSINI, José; GAIO, Antônio Pereira. **Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais** (EALMG). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

ROMANO, Valter Pereira. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. **Entretextos**, UEL/Londrina, v. 13, p. 203-242, 2013. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/16388> >. Acesso em 18.jan.2019.

_____. Percurso historiográfico e metodológico da Geolinguística. **Papéis**, UFMS, v. 18, p. 135-153, 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufms.br/index.php/papeis/article/view/3017> >. Acesso em 15.jan.2019.

ROMANO, Valter Pereira. **Em busca de falares a partir de áreas lexicais no Centro-Sul do Brasil**. 2015. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Volume1: 285 p.. Volume 2: Uma carta introdutória, 71 cartas linguísticas e 10 relatórios.

ROSSI, Nelson. **Atlas Prévio dos Falares Baianos**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1963.

SANTOS, Mércia Cristina dos; ISQUERDO, Aparecida Negri. **O léxico do homem urbano das regiões Norte e Sul do Brasil**: em busca de traços do continuum rural. In: XVII Encontro de iniciação científica UFMS, 2016, Campo Grande. Anais do XVII Encontro de Iniciação Científica, 2016. p. 470.

SANTOS, Mércia Cristina dos. Entre “picadas” e “trilhas” nas regiões Norte e Sul do Brasil: o que revelam os dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. **Revista Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 48, n.1, p. 498-522, 2019.

SANTOS, Milton (1926-2001). **A Urbanização Brasileira**. 5ª. ed., 3ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2013.

SANTOS-IKEUCHI, Ariane Cardoso dos. **Atlas Linguístico Topodinâmico do Estado de São Paulo**. 2014, 364f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

SAPIR, Edward. **Linguística como ciência**. Ensaios. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

_____. **A linguagem**: introdução ao estudo da fala. 2. ed. Tradução: J. Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Perspectiva, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa, 1789. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>>. Acesso em 02.jun.2017.

SILVA-CORVALÁN, Carmen. **Sociolingüística**: teoría y análisis. Madrid: Alhambra, 1988.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões.** 2007. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/migracoes_rurais_no_brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acesso em 18.ago.2019.

SILVA NETO, Serafim da. **Guia para estudos dialectológicos.** 2ª ed., Belém: Conselho Nacional de Pesquisa/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

_____. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Presença [Brasília], INL, 1976.

SIQUEIRA, Deis; OSÓRIO, Rafael. O conceito de rural. In: GIARRACCA, Norma. (org.) **Uma nueva realidad em America Latina?** Buenos Aires: Clacso – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. (Coleção Grupos de Trabalhos), p. 67-79. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929012130/5osorio.pdf>>. Acesso em 20.mar.2019

SOARES, Rita de Cássia da Silva. **Atlas Semântico-Lexical da Região Norte do Alto Tietê (ReNAT) – São Paulo.** 2012, 664f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck, 1911. **Formação histórica do Brasil.** 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

SOUZA, Bernardino José de. **Ciclo do carro de bois no Brasil.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2003.

SPINDEL, Cheywa R. **Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

TAUNAY, Affonso de E. **Histórias das bandeiras paulistas.** Tomo I. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

THUN, Harald. La geolingüística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay). In: International Congress of Romance Linguistics and Philology (21: 1995: Palermo). **Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza.** Org. Giovanni Ruffino. Tübingen: Niemeyer, 1998. v. 5, p. 701-729.

_____. A Dialectologia pluridimensional no Rio da Prata. In: STAHLZIWS, Ana Maria. **Estudos de Variação Linguística no Brasil e no Cone Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 63-92.

TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950).** São Paulo: Ed. Unesp, 2016.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. Nem tudo é urbano. **Revista Ciência e Cultura**. Vol. 56, n. 2, p. 26-29, 2004. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n2/a16v56n2.pdf>>. Acesso em 20.ago.2018.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil: Período Colonial**. V1. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967, p. 90-113.

ZÁGARI, Mário Roberto L. Os falares mineiros: esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **A Geolinguística no Brasil trilhas seguidas, caminhos a percorrer**. Londrina: EDUEL, 2005, p. 45-72.

ANEXO 1

Autorização para utilização dos dados geolinguísticos inéditos do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil relativo ao estado de São Paulo



DECLARAÇÃO

Ao utilizar como referencial empírico do trabalho de Dissertação de Mestrado intitulado **Norma lexical no português falado em São Paulo: reflexões acerca do rural e do urbano** que desenvolvo sob a orientação do(a) professor(a) APARECIDA NEGRI ISQUERDO, Membro Credenciado da Equipe Regional Bahia (**Projeto ALiB**), dados do *corpus* desse Projeto, **declaro**:

1. Estar ciente de que os materiais do Banco de Dados do **Projeto ALiB** a mim facultados não podem ser repassados, enquanto conjunto de dados, a outro(s) pesquisador(es) e/ou interessado(s) na matéria.
2. Ter pleno conhecimento de que a divulgação parcial ou final do trabalho deve ser sempre acompanhada da indicação da fonte (Banco de Dados do Projeto ALiB) e da citação do nome do orientador.
3. Autorizar que os resultados da análise por mim efetuada sejam utilizados nas publicações do Atlas Lingüístico do Brasil, em quaisquer dos volumes que venham a integrar a coleção, mediante a indicação da fonte e a citação do meu nome.
4. Oferecer a minha contrapartida ao Atlas Lingüístico do Brasil colaborando, se requerido, na transcrição de dados, catalogação e cópia de materiais e em outras atividades que não impliquem a pesquisa de campo.

E por estar de acordo, firmo a presente DECLARAÇÃO que tem, também, o CIENTE do Orientador.

Campo Grande, 26 de outubro de 2018

Múcia Cristina dos Santos

CPF: 442669348-90

RG: 45826689-9 SSP

CIENTE:

[Assinatura]

Orientadora: Aparecida Negri Isquerdo

REGISTRADO no Projeto ALiB sob nº 076

[Assinatura]
ALiB - Projeto Atlas Lingüístico do Brasil
Instituto de Letras - UFBA
Rua Barão de Jeremoabo, 147 - Ondina
40170-115-Salvador-Bahia-Brasil
Tel. (71) 3283-6236/Fax: (71) 3283-6208
alib@ufba.br / alib.ufba@gmail.com
www.alib.ufba.br